

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ALEXANDRE ANDRETA DOS SANTOS

A contribuição de Giovanni Pico della Mirandola no delineamento da concepção
de dignidade da pessoa humana: aspectos históricos e filosóficos
repcionados pelo Direito

Mestrado em Direito

São Paulo

2014

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ALEXANDRE ANDRETA DOS SANTOS

A contribuição de Giovanni Pico della Mirandola no delineamento da concepção
de dignidade da pessoa humana: aspectos históricos e filosóficos
recepçionados pelo Direito

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção
do título de MESTRE em Direito, na subárea
Filosofia do Direito, sob a orientação do
Professor Doutor Claudio de Cicco.

São Paulo

2014

ALEXANDRE ANDRETA DOS SANTOS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Direito, na subárea Filosofia do Direito, sob a orientação do Professor Doutor Claudio de Cicco.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Professor Doutor Claudio de Cicco (Orientador)

Instituição: PUC-SP

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

*À minha querida esposa, Camila Rocon de Lima Andreta,
com amor e gratidão.*

*Aos meus pais, Nely Andreta dos Santos e Irineu Ruiz dos
Santos, pelo carinho, ensinamentos e apoio. Obrigado por
compartilharem comigo os valores que compõem parte
indissociável da construção do meu caráter.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Claudio de Cicco, por ter me acolhido no curso de mestrado, pelos ensinamentos transmitidos e, em especial, pelo convívio e paciência na condução dessa dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa teve como escopo percorrer a linha do tempo sob o enfoque histórico-filosófico acerca da dignidade do homem. Os capítulos seguem a ordem cronológica da história, iniciando nos pré-socráticos e culminando em Giovanni Pico della Mirandola, no movimento Humanista e no Renascimento. Examina-se o que significou a liberdade e o livre-arbítrio em cada período e a perturbação trazida por ele antes mesmo dos filósofos da Grécia antiga. A evolução do tema no transcorrer na história parece desconstruir a pirâmide social de Platão, sugerindo uma maior flexibilidade e facilidade no tramitar entre as classes desta pirâmide, impingindo no homem uma sensação de liberdade nunca antes experimentada. Os burgueses catalisam este movimento no Humanismo, financiando filósofos dedicados ao assunto como Giovanni Pico della Mirandola que, em sua *Oratio* traz uma visão inédita acerca da dignidade, tratando-a como algo imanente ao homem, um dom divino que não poderia ser perturbado nem mesmo por Deus. Seu pensamento facilita o desenvolvimento do mercantilismo e incentiva práticas comerciais e marítimas cujos resultados interessantes à burguesia trouxeram a certeza de ser esse o caminho correto.

Palavras-chave: Dignidade humana. Giovanni Pico della Mirandola. Humanismo. Filosofia do Direito. *Oratio*.

ABSTRACT

This research aimed to address the dignity of man under a historical-philosophical approach along a timeline. The chapters follow the chronological order of history, starting with Presocratics and culminating in Giovanni Pico della Mirandola, the Humanist movement and the Renaissance. It is examined what freedom and free will meant in each time period and the unrest brought by that thinker even before the philosophers of ancient Greece. As the topic evolves throughout history it seems to deconstruct the social pyramid of Plato, suggesting greater flexibility and easy transit among classes. This leads man to a sense of freedom never experienced before. The bourgeois catalyze this movement in Humanism, funding philosophers devoted to the subject, like Giovanni Pico della Mirandola. In his *Oration*, Mirandola introduces a unique vision of the dignity, treating it as something immanent to man, a divine gift that could not be disrupted even by God. His thinking promotes the development of mercantilism and encourages commercial and maritime practices whose interesting results pleased the bourgeoisie and assured them they were on the right path.

Keywords: Human Dignity. Giovanni Pico della Mirandola. Humanism. Philosophy of Law. Oration.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	OS PRÉ-SOCRÁTICOS E OS SOFISTAS	15
2.1	Tales de Mileto	20
2.2	Anaximandro e Anaxímenes	22
2.3	Pitágoras de Samos	24
2.4	Heráclito de Éfeso	25
2.5	Parmênides	29
2.6	Os Sofistas	32
3	O HUMANISMO NOS SOCRÁTICOS	42
4	O SURGIMENTO DOS GRANDES IMPÉRIOS	53
5	A IDADE MÉDIA	57
5.1	Santo Agostinho	57
5.2	Santo Tomás de Aquino	59
5.2.1	Boécio	60
5.3	O feudalismo, a burguesia e o direito	61
5.3.1	A emergência do indivíduo	66
5.3.2	O Direito na Era Medieval	67
6	O RENASCIMENTO E O HUMANISMO	69
7	A VIDA E A OBRA DE GIOVANNI PICO DELLA MIRANDOLA	72
7.1	A vida de Giovanni Pico della Mirandola	72
7.2	A cabala	77
7.3	O humanismo em Giovanni Pico della Mirandola	80
7.4	Sua <i>Oratio</i>	81
8	CONCLUSÃO	97
	REFERÊNCIAS	101
	ANEXOS	
	ANEXO 1 – Discurso de Giovanni Pico Conde de Corcórdia (<i>Oratio Ioannis Pici Mirandulani Concordiae Comitiss</i>)	104

1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa busca mostrar que a reflexão sobre a dignidade do homem, ao menos em sua forma embrionária, já era um assunto comentado muito antes da existência do movimento humanista e do Renascimento, e que teve em Giovanni Pico della Mirandola uma nova dimensão.

Esse jovem filósofo vivenciou o apogeu do Humanismo, no período entre os séculos XV e XVI; mesmo não sendo o precursor desta doutrina, a *Oratio*¹, de sua autoria é reconhecidamente a maior expressão do sentido de dignidade do homem, além de ser o mais conhecido texto do primeiro momento do Renascimento².

Redigido no ano de 1486, nele o filósofo Giovanni Pico della Mirandola condensa todos os pensamentos de envergadura transcorridos na história e por ele profundamente estudados para, ao final, enaltecer a figura humana e seus valores, procurando encontrar seu lugar no universo num discurso mais antropológico.

O texto resgata a figura humana, colocando-a no centro do universo como a mais importante criação de Deus, capaz, por meio do livre arbítrio, de tornar-se o que bem entender, ascendendo ao mundo celestial, ou descendo ao mundo animal. O homem, como um microcosmo, possui em si todos os elementos do universo e duas naturezas: a humana e a divina, o que faz dele capaz de mover-se em sentidos opostos, das realidades superiores ou para a vida mundana. A primeira somente é possível de ser alcançada quando o homem se utiliza da moral, da razão, do amor ao conhecimento do divino, opondo-se aos vícios, à ignorância e às paixões³.

A *Oratio* é, de fato, a introdução às suas 900 teses⁴, representada por perguntas e respostas. Sua intenção foi promover um grande debate

¹ Posteriormente intitulada *De Hominis Dignitate*, teria sido publicada postumamente por seu sobrinho, Gian Francesco della Mirandola.

² PICCO DELLA MIRANDOLA, Giovanni, 1463-1494. **Discurso sobre a dignidade do homem**. 6.ed. (Textos filosóficos; 25). Título original: *Oratio de Hominis Dignitate*. Portugal: Edições 70, LDA. Introdução: Maria de Lourdes Sirgado Ganho e Luís Loia. Tradução: Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Edição bilingue. janeiro, 2011

³ Conforme trecho do discurso: “Desdenhando das coisas da terra, desprezemos as astrais e, abandonando tudo o que é terreno, voemos para a sede supramundana, próximo da sumidade da divindade.”

⁴ O autor foi muito criticado ao apresentar suas propostas e demonstrar intenção de debater. Foi considerado arrogante sob o argumento de que alguém com a sua idade (aproximadamente 26 anos) não

acerca de suas conclusões (teses), atraindo para tanto um maior número de filósofos, o que nunca ocorreu. Vislumbrando as críticas e censuras que seu projeto enfrentaria, Giovanni Pico della Mirandola, antecipando-se, apresentou junto às teses, a *Oratio*. Portanto, não estamos diante de uma obra autônoma, pelo contrário, para o autor a *Oratio* não tinha a mesma relevância nem as ambições das teses. Contudo, o que se perpetuou foi justamente o discurso.

Ao retrocedermos na história, além de Sócrates, Platão, Aristóteles e dos pré-socráticos, descobrimos que o tema já era objeto de debate – não com a mesma envergadura, complexidade e enfoque atualmente conhecidos – também no Egito, local para onde muitos filósofos gregos da Antiguidade se dirigiram a fim de aprimorar seus conhecimentos. Percebemos então que a preocupação com o homem e suas complexidades é assunto tão antigo quanto a própria história da civilização.

Antes de Sócrates, mais especificamente entre os pré-socráticos, os pensadores se dedicavam à origem das coisas, do universo e da natureza. No entanto, as questões humanas não passaram despercebidas; eram tratadas não somente entre os intelectuais, mas, também, no meio artístico. Como o interesse mais relevante eram os assuntos atinentes a *polis*, o tema não foi tratado como merecia e sequer foi motivo de reflexões mais profundas, pois considerada de somenos importância.

No entanto, graças aos pré-socráticos descobrimos que nas civilizações que antecederam a grega, como a egípcia, o tema já era debatido. Pitágoras e Tales de Mileto estiveram na Caldeia e no Egito a fim de aprimorar seus estudos, e de lá trouxeram ensinamentos valiosos utilizados até mesmo por reconhecidos filósofos que os sucederam⁵. Um exemplo é o pensamento “a alma é imortal”, citada por Tales de Mileto, mas por ele trazida do Egito⁶.

Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito de Éfeso e tantos outros, assim como Pitágoras e Tales de Mileto suscitaram reflexões humanistas inovadoras para a sua época e que permanecem atuais.

teria conhecimento para esta finalidade. Em razão de algumas teses, foi declarado herético pelo Papa Inocêncio VIII.

⁵ Aristóteles credits Tales of Miletus the creation of Philosophy.

⁶ They believed the Egyptians that the man was composed of the physical body (khat), the immortal soul (ka) and of an abstract personality (ba, or spirit). With the death of the body, the soul, already in the spiritual world, was judged by Osiris for the acts practiced when incarnated. After serving the sentence, in eventual condemnation, he would be reincarnated again, in the same body.

Sócrates, diferentemente dos pré-socráticos, não se debruçou sobre indagações acerca da natureza do universo. Seu objeto foi a natureza do homem e sua alma, cindindo ambas e tratando a segunda como a detentora da sabedoria e demais virtudes. Também discorreu sobre a moral e a ética.

Platão, que acreditava na imortalidade da alma e na sua reencarnação, inspirou os séculos que o sucederam. Pensadores em diversos locais do mundo, assim como a Igreja Católica, o seguiram. A Igreja, para fortalecer os novos pensamentos cristãos trazidos por Jesus Cristo, recita novamente os pensamentos de Platão na esperança de, com isso, ajudar no convencimento da boa nova.

Platão pensou numa cidade dividida em castas: governantes, guardiães e trabalhadores, cujos integrantes eram, já na infância⁷ selecionados e educados para comporem determinada classe, desconsiderando a vontade e o livre arbítrio do cidadão em integrá-la, bem como o potencial de mudança inerente ao homem capaz de torná-lo parte de outra classe se assim o desejasse. Surgia a pirâmide social de Platão composta por estamentos estanques, mas que será desconstruída por Giovanni Pico della Mirandola.

Marsilio Ficino⁸, intelectual do Renascimento, e grande estudioso de Platão, deste não destoava quanto ao discurso acerca do corpo e da alma como duas substâncias distintas e bem definidas; concebia a alma como uma vida separada e distinta do destino do corpo. Discordava, portanto, de Aristóteles, pois não aceitava que a alma fosse mera forma do corpo físico e a maneira de fundir num só ente corpo e alma.

Giovanni Pico della Mirandola, ao conciliar todo o conhecimento durante os seus estudos, sustentou em sua *Oratio* o potencial humano em tornar-se o que bem entender, ou seja, ascender aos céus, ou descer ao inferno, segundo suas escolhas. O que o torna capaz de tão grande feito é sua composição dotada por Deus de todas as propriedades que compõem o universo, e o fato de que o Criador inseriu o homem em posição privilegiada entre ele e as demais criaturas, ou seja, na posição intermediária.

⁷ Na sociedade platônica as crianças eram criadas pelo Estado como filhos da comunidade.

⁸ Marsilio Ficino viveu em Firenze, por volta de 1433 a 1499 d.C. É um dos responsáveis pelo resgate do pensamento platônico e do humanismo fiorentino no Renascimento; trabalhou para a reconciliação do platonismo com o cristianismo e a escolástica.

Pensamentos análogos foram emitidos, por exemplo, por Marsílio Ficino. Ele propõe uma visão do homem com forte afinidade cósmica e mágica, ao centro do universo, altamente espiritualizado e que ultrapassa o espírito do mundo. Segundo ele, a função essencial do pensamento humano é a de acessar racionalmente e intelectualmente a consciência da própria imortalidade e o agir humano, no fundo, exprime em todas as suas nuances a presença divina.

Também Plotino⁹, muito antes de Marsílio Ficino, nos induz no sentido de que a alma seria capaz de movimentar-se em qualquer sentido a depender da frequência de seus pensamentos. A sua doutrina, ainda muito estudada, recebe interpretações diversas ante a complexidade do assunto. No entanto, em alguns pontos há consenso; um deles é o fato de que para ele o universo é composto pelo *Uno*, *Nous* e pela alma. *Uno*, a primeira hipótese, seria Deus. Sua grandeza impede qualquer definição a seu respeito. *Nous* pode ser traduzida como intelecto, razão ou inteligência e uma das emanações do Divino. Por fim, a alma.

Para Plotino a alma procede do espírito. Este, como potência infinita, extrapola e acaba por gerar outro ente, inferior, pois fruto deste excesso, que é a alma. Num primeiro momento, acreditava-se que a doutrina de Plotino pregava o fato de que somente ao espírito era possível o pensar; que o pensar da alma limitava-se a contemplar aquele que a gerou, ou seja, o espírito. É a alma quem produz a vida de todas as coisas que existem, as sensíveis. Também as governa e ordena. Não obstante a classificação, todos – *Nous* e alma – decorrem, em última análise do *Uno* (Deus). A posição intermediária da alma em Plotino a mantém em estreito relacionamento com o corpo físico.

Sucedo que Pierre Hadot, em seu artigo *Les Niveaux de conscience dans les états mystiques selon Plotin*¹⁰, defende que Plotino teria seguido a tradição Platônica segundo a qual a alma é composta por diversas

⁹ Plotino nasceu em 205 d.C. no Egito; é considerado o fundador do neoplatonismo. Ainda jovem (aos 28 anos), dirigiu-se a Alexandria onde manteve contato com a filosofia platônica. Posteriormente, em Roma abriu uma escola. Seu principal discípulo, Porfírio, compilou seus cursos em 54 tratados agrupados em seis enéadas. A doutrina que o trouxe reconhecimento mundial é a das três hipóteses que compõem o universo: o Uno, o Nous e a alma, nessa sequência de importância.

¹⁰ HADOT, Pierre. Les niveaux de conscience dans les états mystiques selon Plotin. **Journal de Psychologie**, n. 2-3, p. 246-247, 1980.

partes, cujo agrupamento constitui a realidade humana. A parte inferior exerce as atividades da alma animal, esta representada pelas sensações e pelo movimento. A parte central constitui o racional. Por fim, e aqui sem ligar-se aos ensinamentos platônicos, Plotino defendeu a existência de uma parte superior da alma, o pensamento puro, típico do intelecto. Sobre esta parte é que o homem deve se concentrar, quietando as demais.

Com efeito, interpretando Pierre Hadot, mesmo em Plotino podemos concluir que o homem, segundo seus pensamentos e ações, é capaz de desenvolver a área inferior ou superior da alma, algo semelhante ao pregado por Giovanni Pico della Mirandola, aproximando-se do *Uno* ou do material. Mesmo aqueles que acreditam inexistir intelecto na alma ponderam ser possível acessá-lo quando para isso nos preparamos por nossas virtudes¹¹.

Destarte, para esta corrente que sustenta que a alma não possui intelecto, tal qual o espírito, entende, no entanto, ser possível acessá-lo utilizando-se da alma, ainda que unida ao corpo físico, tornando-se duas e uma ao mesmo tempo, conforme explicita Giovanni Pico della Mirandola:

Da nossa alma, uma parte está sempre voltada para coisas de lá, outra para as coisas daqui e outra no meio delas. Já que a natureza da alma é uma e nela há muitas potências, às vezes toda ela é transportada ao mais nobre de si mesma e do ser. Outras vezes, a parte pior, arrastada para baixo, arrasta consigo o meio.¹²

Estas diversas potências – que podem ser boas ou ruins – apreendidas pela alma não são de todo conhecidas por nós, salvo se nos concentrarmos nelas com a finalidade de decifrá-las. Acessá-las dependerá das inclinações do homem e refletirá o seu grau de evolução. Assim, aquele que apresentar boas inclinações – esta representada pela aproximação do celeste – será considerada evoluído.

O período renascentista vivido por Giovanni Pico della Mirandola contribuiu para propagar suas ideias, pois se trata de uma época de renovação do mundo greco-romano, na qual aconteceram significativas conquistas científicas e políticas, mas também uma intensa crise religiosa. Era premente a mudança de ideais e o resgate do cristianismo. O homem, então, passou a ser

¹¹ Neste ponto, Plotino aparentemente refere-se à possibilidade da separação da alma do corpo quando em vida, momento em que a alma se liga ao intelecto.

¹² Enéada II, 9.

reconhecido como o extraordinário da criação, o centro do universo, objeto de admiração e de respeito.

A *Oratio* vai além do quanto pensado pelos filósofos até então mencionados. O que diferencia este pensador e o coloca à frente dos demais é o fato de ir além do livre arbítrio e da exaltação do humano, de defender o homem como o dono do seu destino e artífice dos seus ideais, um ser indeterminado, cuja definição é possível quando e como o desejar.

Os pensamentos voltados a Deus, à razão, e à moral revelam uma simbiose de ideias teocêntricas e antropológicas, que em Sócrates não seguirá em nenhum destes dois sentidos, mas no indivíduo inserido na *polis*. No entanto, e por necessidades de sua época, Santo Agostinho retomará o teocentrismo, e o humanismo resgatará o antropocentrismo, mas sem nunca esquecer a Deus.

2 OS PRÉ-SOCRÁTICOS E OS SOFISTAS

Até os pré-socráticos, por volta do ano 624 a.C., cabia à religião a explicação de todas as coisas. O misticismo dominava o homem que tinha sua conduta pautada em dogmas. Esta Era muda com o nascimento de Tales de Mileto, que rompeu com o mitológico e buscou respostas às questões ligadas à natureza e ao homem pela razão. Surge, então, a filosofia.

Os pré-socráticos se esforçavam em responder às perguntas que rondavam a sociedade da época, tais como a origem das coisas, do universo e da natureza, do devir e do movimento da matéria. Estas indagações ocupavam o tempo daqueles pensadores embora não possamos negar que existisse uma preocupação com o aspecto antropológico. O tema será melhor elaborado em Sócrates, Platão e os estoicos.

A concepção de homem, as explicações da alma, *logos*, sociedade e demais assuntos correlatos ao Humanismo estão intimamente ligados ao Cosmo, à natureza e a Deus.

Não podemos mensurar desde quando o homem se preocupa com a sua natureza, origem e fim. Mas é certo que já no período pré-socrático¹³ os filósofos dedicavam parte do seu tempo ao estudo dessas questões.

A ausência de material resultou numa diversidade de interpretações acerca do entendimento que à época esposavam os pensadores. Some-se a isso o fato de que era comum um aluno ou discípulo aderir às ideias de seu mestre e difundi-las com suas palavras. Sucede que no meio destas explicações acabava-se por misturar pensamentos pessoais do expositor e do mestre. Evento semelhante foi vivenciado pelos sofistas que, após ter com os sábios, propagavam, agora como “sábios”, os ensinamentos adquiridos. Esta forma de transmissão de conhecimento, por certo, pode ter contaminado muito das doutrinas que atualmente estudamos, perdendo a sua originalidade e autoria.

¹³ O Egito daquele tempo já dedicava atenção ao tema. Cogita-se que Tales de Mileto tenha trazido daquela sociedade, quando lá esteve a estudos, afirmações como “a alma é imortal”.

Pedro dalle Nogare¹⁴ é um dos defensores de que os pré-socráticos se preocupavam com os problemas humanos. Para demonstrar a coerência da sua afirmação, menciona alguns daquele período, entre eles, Tales de Mileto (624-547 a.C.), reconhecido por Aristóteles como o fundador da filosofia¹⁵, o qual dizia que “Todas as coisas estão cheias de Deuses”. Reporta-se, também, a Xenófonos de Cólofon (580-460 a.C.), com a seguinte frase:

O nosso saber vale muito mais do que o vigor dos homens e dos cavalos. Tudo isso é um mau costume, e não é justo preferir a força ao vigor do saber. Não é a presença da cidade de um bom pugilista, nem a de um homem apto a triunfar no pentatlo ou na luta, ou pela velocidade dos pés que faria a cidade ficar em melhor ordem. Bem pequeno seria o proveito da cidade, quando alguém nas margens do Pisa, conquistasse a vitória nos jogos; pois isto não enche os celeiros da cidade.

À Heráclito de Éfeso (entre 500 e 400 a.C.) são atribuídas diversas frases como “Mesmo percorrendo todos os caminhos, jamais encontrarás os limites da alma”; “O mais belo símio é feio comparado ao homem”; “Eu me procurei a mim próprio”.

Demócrito (460-370 a.C.) trata de assuntos da alma e da ética. São frases suas:

Escolher os bens da alma é escolher os bens divinos; contentar-se com os bens do corpo é contentar-se com os bens humanos;

Nem o corpo nem o dinheiro fazem o homem feliz, mas a retidão e a prudência;

A beleza do corpo é animalesca se não for dignificada pelo entendimento;

A felicidade não reside nem em rebanhos nem em ouro: a alma é a morada do daimon.

¹⁴ NOGARE, Pedro dalle. **Humanismos e anti-humanismos**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p.26-27.

¹⁵ Interessante o comentário de Nietzsche, citado por Miguel Spinelli, sobre Tales: “A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição de que a *água* é a origem e o seio materno de todas as coisas. Será realmente necessário parar aqui e levar esta ideia a sério? Sim, e por três razões: primeiro, porque a proposição assere algo acerca da origem das coisas; em segundo lugar, porque faz isso sem imagens e fábulas; e, finalmente, porque contém, embora em estado de crisálida, a ideia de que “tudo é um”. A primeira destas três razões ainda deixa Tales na comunidade dos homens religiosos e supersticiosos, a segunda separa-o dessa sociedade e mostra-o como investigador da natureza, a terceira faz de Tales o primeiro filósofo grego.” (NIETZSCHE, Friedrich. **A filosofia na idade trágica dos gregos**. 4.ed.Tradução: Maria Inês Madeira de Andrade. Lisboa: Edições 70, 1987, p.27).

Não podemos afirmar que estas frases encerrem o sentido conforme expostas, pois foram extraídas de trechos, de fragmentos. No entanto, nos permitem interpretar que os filósofos pré-socráticos não estavam preocupados somente com o cosmo e a natureza, mas também com o homem, a alma e a ética, não obstante o antropocentrismo não ter sido o objeto de suas reflexões.

Anaximandro, sucessor do pensamento de Tales, concordava quanto à existência de um princípio responsável pela criação do Universo, mas discordava ser este a água, mas sim o infinito.

Não obstante o nome que lhe foi atribuído por Hermann Diels¹⁶ e Walther Kranz de *Filósofos pré-socráticos*, a designação inicial primeiramente foi de *sábios*, depois *filósofos* e, posteriormente, *filósofos da natureza*.

Foram os pré-socráticos que nos permitiram conectar o humanismo com civilizações como a egípcia e descobrir que o tema já era conhecido, ainda que com outra forma, nome ou sentido, por civilizações tão antigas quanto a própria história das cidades. Por certo, não estamos defendendo que o humanismo e a dignidade do homem tenham sido objeto de estudo por estas civilizações ou sociedades. Muitas práticas e costumes, como a escravidão, eram contrários ao ideal de dignidade. Todavia, seu primeiro estágio de desenvolvimento foi por elas criado, o que não passou despercebido pelos filósofos que se sucederam na história, a exemplo de Giovanni Pico della Mirandola.

Seria mesmo muito difícil imaginarmos que todo o conhecimento trazido pelos pré-socráticos não tivessem a participação, mesmo que modesta, de outros povos, como os egípcios, caldeus e fenícios.

Os ensinamentos destes antigos filósofos, de tão rico e profícuo, acabaram influenciando homens como Platão e Aristóteles que, em algumas de suas obras a eles se reportam.

¹⁶ Hermann Alexander Diels (1848- 1922), filólogo, helenista e historiador da filosofia. Coligiu documentos e fragmentos antigos sobre os pré-socráticos. Deste trabalho resultou *Os fragmentos dos pré-socráticos* (Die Fragmente der Vorsokratiker). Após 1934, Walther Kranz deu prosseguimento à obra a partir da sua quinta edição. Kranz, com a tomada do Poder na Alemanha pelo partido nacionalista, e sendo sua esposa judia, perdeu, em 1937, autorização para lecionar. Em 1943, aceitou o convite para lecionar na Universidade de Istambul e exilou-se na Turquia. Em 1950, foi nomeado professor honorário de Didática de línguas antigas e de repercussão da Antiguidade na Universidade de Bonn, onde faleceu em 1960.

O homem como objeto de estudo não estava limitado ao círculo dos filósofos. A arte de então e os poemas que a todos atingiam, também o traziam como realizador de grandes feitos, e de uma figura a ser enaltecida. De todos os poetas, Homero foi, e ainda é, o mais reconhecido.

Esta humanização da epopeia pode ser atribuída ao surgimento dos homens sábios. Considerados vigorosos e extraordinários, ganham espaço na sociedade e colocam-se ao lado de heróis, convidando os ouvintes a fazerem o mesmo, ou seja, a buscarem a mudança interior.

E mesmo que não seja o humano que está no foco da investigação, e sim o ordenamento das forças naturais (dentro do qual o humano está igualmente integrado e é por ele compreendido) ele é, em última análise, o seu beneficiário.¹⁷

Por meio de mitos, Homero¹⁸ não somente exalta o homem em seus feitos, mas também cria uma atmosfera de mudança espiritual na sociedade. Esta a razão pela qual Platão o elege como o educador de toda a Grécia¹⁹.

Com efeito, pela forma como foram trazidas e facilidade de compreensão, o poema e a representação teatral²⁰ podem ter favorecido uma reflexão mais profunda no espectador acerca do homem. A *Ilíada* de Homero enaltece seus feitos e sua nobreza frente às agruras no campo de batalha. Eduardo Bittar reconhece que Homero foi quem imprimiu o alto sentido de humanidade e o culto das virtudes que viriam a constituir o acervo e o legado da civilização grega antiga²¹.

¹⁷ SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.246.

¹⁸ Relevante mencionar que estes gregos saíram da fase mítica para a racional, e que o mito foi nutrido primordialmente pela epopeia Homérica.

¹⁹ “Por conseguinte, Glauco, quando encontrares encomiastas de Homero, a dizerem que esse poeta foi o educador da Grécia, e que é digno de se tomar por modelo no que toca a administração e a educação humana, para aprender com ele a regular toda a nossa vida, debes beijá-los e saudá-los como sendo as melhores pessoas possíveis e concordar com eles em que Homero é o maior dos poetas e o primeiro dos tragediógrafos [...]” (PLATÃO. **A República**. 607-A.3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2011).

²⁰ A Homero e Hesíodo são creditados a criação dos costumes religiosos gregos por parte de alguns antigos, e os modernos os tem como fontes para a religião grega. No entanto, Xenófanes, considerado o primeiro a conceber o Deus de forma abstrata, foi ferrenho crítico dos poetas por entender que eles antropomorfizavam os deuses, descrevendo-os com maneiras e jeitos dos mortais.

²¹ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de filosofia do direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p.66.

Igualmente, e com o mesmo grau de importância, merece tributo a tragédia grega, representada nas peças de Ésquilo²² (524 a 546 a.C.), Sófocles²³ (496 a 406 a.C.) e Eurípedes²⁴ (484 a 406 a.C.).

A peça *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo, por exemplo, bem representa a exaltação do homem, muito próxima a judaico-cristã, na qual como o criador do homem, Prometeu o faz a partir de argila e água e, após dar-lhe forma, Atenas lhe insufla a vida²⁵.

Na *Antígona*, de Sófocles, o destino do homem, imutável, é representado por necessidades e conflitos dos quais não consegue se livrar. Ele é possuído por um sentimento de culpa, luta consigo, e desta luta adquire força para realizar grandes feitos. No Coro da tragédia *Antígona* era recitado:

Numerosas são as maravilhas da natureza, mas de todas a maior é o homem! Singrando os mares espumosos, impelido pelos ventos do sul, ele avança, e arrosta as vagas imensas que rugem ao redor! Ge, a suprema divindade, que a todas as mais supera, na sua eternidade, ele a corta com suas charruas, que, de ano em ano, vão e vêm, revolvendo e fertilizando o solo, graças à força das alimárias!

A tribo dos pássaros ligeiros, ele a captura, ele a domina; as hordas de animais selvagens, e de viventes das águas do mar, o Homem imaginoso as prende nas malhas de suas redes. E amansa, igualmente, o animal agreste, bem como o dócil cavalo, que o conduzirá, sob o jugo e os freios, que o prendem dos dois lados; bem assim o touro bravo das campinas.

E a língua, o pensamento alado, e os costumes moralizados, tudo isso ele aprendeu! E também, a evitar as intempéries e os rigores da natureza! Fecundo em seus recursos, ele realiza sempre o ideal a que aspira! Só a morte, ele não encontrará nunca, o meio de evitar! Embora de muitas doenças, contra as quais nada se podia fazer outrora, já se descobriu remédio eficaz para a cura.

Industrioso e hábil, ele se dirige, ora para o bem [...] ora para o mal [...] Confundindo as leis da natureza, e também as leis divinas a que jurou obedecer, quando está à frente de uma cidade, muita vez se torna indigno, e pratica o mal, audaciosamente! Oh! Que nunca transponha minha soleira, nem repouse junto a meu fogo, quem não pense como eu, e proceda de modo tão infamante!²⁶

Werner Jaeger²⁷ insere Sófocles na história da educação humana:

²² Entre suas peças mais conhecidas estão *Agamêmnon Coéforas*, *Eumenides*, *Prometeu acorrentado* e *Os persas*.

²³ Entre suas principais peças estão *Édipo Rei*, *Édipo em Colono*, *Antígona*, *Ajax* e *Eletra*.

²⁴ Entre suas principais peças estão *Medeia*, *Hipólito*, *Andrômaca*, *As Troianas* e *Alceu*.

²⁵ PAVIANI, Luiz Carlos Bombassaro Jayme. *As fontes do humanismo latino*. v. 1. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p.26.

²⁶ Sófocles, 1996, p.164.

²⁷ JAEGER, Werner. *A formação do homem grego*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p.321.

Em escultor de homens como Sófocles pertence à história da educação humana, como nenhum outro poeta grego, num sentido inteiramente novo. É na sua arte que pela primeira vez se manifesta a consciência desperta da educação humana. É algo totalmente diverso da ação educadora, no sentido de Homero, ou da vontade educacional, no sentido de Ésquilo. [...] A arte com que Sófocles cria os seus caracteres é constantemente inspirada pelo ideal de conduta humana que foi a criação peculiar da cultura e da sociedade do tempo de Péricles.

O autor entende também que Sófocles foi o responsável pela humanização da tragédia e dela fez o modelo imortal da educação.

2.1 Tales de Mileto

Aos pré-socráticos é atribuída a origem da filosofia grega. Os mais citados e, quiçá, os mais importantes são Tales de Mileto (ano 624 a 548 a.C.) e Pitágoras (ano 570 a 497 a.C.). Tales de Mileto teria sido o primeiro a receber o apelido de sábio e a ele foi atribuída a célebre frase: *Conheça-te a ti mesmo e nada em demasia*²⁸. Além de filósofo, estudou política. Para aprimorar seus estudos, viajou ao Egito onde teve contato com novos pensadores. Pitágoras, sob a orientação de Tales de Mileto fez o mesmo e para o Egito se dirigiu. Deste acontecimento extraímos que a ciência oriental iluminou a grega.

Acredita-se que do Egito e da Caldeia Tales de Mileto e Pitágoras trouxeram o embrião da filosofia à Grécia, que se separa em dois ramos: o estudo do cosmo e a contemplação aos deuses.

Na tentativa de explicar a origem das coisas, Tales de Mileto defendia que a água era o princípio de tudo, e que a Terra era como um disco boiando no oceano. Sucede que esta concepção de origem pode ter sido influenciada pelo poema homérico *Ilíada*²⁹, no qual havia a mítica ideia de que o oceano era a origem. Tétis³⁰ e o oceano seriam os ancestrais de tudo. Werner Jaeger coaduna com este entendimento, afirmando:

²⁸ SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.16.

²⁹ Homero, *Ilíada* XIV, v. 201.

³⁰ Deusa do mar, mãe das Oceânidas.

Não é fácil definir se a ideia dos poemas homéricos, segundo o qual o oceano é a origem de todas as coisas, difere da concepção de Tales, que considera a água o princípio original do mundo; seja como for, é evidente que a representação do mar inesgotável colaborou para a sua expressão³¹.

Também Aristóteles manifestou-se sobre o tema, e relacionou a tese com a tradição: “Mas alguns pensam mesmo que os antigos [...], os primeiros a fazer teologia, admitiam a mesma teoria sobre a natureza. Eles faziam do oceano e de Tétis os ancestrais da geração [...]”³² Também atribui-se a Tales de Mileto a afirmação primeira de que a Lua é iluminada pelo Sol.

Outros ainda acreditam que Tales e Homero não seriam os verdadeiros criadores desta tese, mas que teria sido trazida do Egito quando lá estiveram. Na visão dos egípcios, o mundo surgiu da água primeva, que em si continha todos os germes de todas as coisas, posteriormente transformados em seres vivos.

Se aparentemente já existia uma crença mítica bem difundida a respeito, pergunta-se, então: porque em Tales ela ganhou mais força? A diferença reside no fato de que Tales despiu sua teoria de qualquer elemento teológico. Sua tese foi formulada em algo material, extraído da observação da umidade como o elemento em que tudo está presente. Conforme observou mais uma vez Aristóteles, “ele admitiu esta teoria mediante a observação de que o alimento de todas as coisas é úmido”³³.

Tales, assim como os demais pré-socráticos, buscava a origem de tudo. Percebeu que a água estava presente nas coisas vivas que, quando mortas, secavam. Não se atinha tanto em princípios metafísicos, por não serem facilmente perceptíveis como o era a água³⁴. No entanto, nem por isso deixou de mencionar algo neste sentido. É dele o princípio de que a alma é imortal, princípio este que pode ter trazido do Egito quando lá esteve. Também é dele a afirmação de que “todas as coisas estão cheias de Deuses”.

Os egípcios acreditavam que o homem era composto pelo corpo físico perecível (*khat*), por uma alma imortal (*ka*) e uma personalidade abstrata

³¹ JAEGER, Werner. **A formação do homem grego**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p.191.

³² SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p.32.

³³ ARISTÓTELES, *Metafísica*, I, 3, 983b 22-23.

³⁴ Os filósofos pré-socráticos estabeleceram quatro elementos físicos constitutivos das coisas: água, ar, fogo e terra.

(*ba*, ou espírito). Após a morte do corpo físico³⁵, a alma seguia ao mundo espiritual para encontrar-se com Osíris, que a julgaria de acordo com suas ações quando esteve encarnada. A depender do resultado do julgamento, seria levada a um lugar de venturas ou de maldade. Cumprida a “pena”, reencarnaria novamente junto aos vivos, no mesmo corpo. Durante a V Dinastia (ano 3.400 a.C.) declarava-se, “a alma para o céu e o corpo para a terra”.

Platão, posteriormente, também acolhe este entendimento. Defende que o corpo escraviza a alma, e que esta retorna em outros corpos; que a verdade está além de nossa percepção sensitiva (alegoria da Caverna).

2.2 Anaximandro e Anaxímenes

Anaximandro teria vivido entre os anos 610 e 547 a.C. e Anaxímenes entre 585 e 528-535 a.C. Discute-se se Anaxímenes teria sido discípulo de Anaximandro ou aluno de Parmênides.

Assim como Tales de Mileto, e a grande maioria dos filósofos de seu tempo, Anaximandro e Anaxímenes³⁶ se preocupavam com questões astronômicas e com a geometria, tudo numa tentativa de explicar mais racionalmente os assuntos relacionados à natureza.

À Anaximandro é atribuída a primeira obra intitulada *Sobre a natureza*, e o fato de ter desenhado sobre uma tábua a parte habitada da Terra, num tempo em que a comunicação era predominante oral. Hábil geômetra, ele teria escrito as obras *Sobre o movimento da Terra*, *Sobre as Estrelas* e *Sobre a esfera*. Diógenes Laércio, citado por Miguel Spinelli³⁷, também lhe confere a criação do relógio de sol³⁸.

Em que pese pertencer a mesma escola de Tales, Anaximandro defendeu que a origem de tudo era indefinida e indeterminada. Esta indefinição para os gregos chamava-se *apeiron*.

³⁵ A vida além-túmulo, reencarnação, o julgamento após a morte, e outros dogmas religiosos do antigo Egito estão retratados nos textos religiosos chamado de *Livro dos mortos*, mais conhecido como *Saída para a luz do dia*, tratado como o primeiro livro da humanidade.

³⁶ Tales, Anaximandro e Anaxímenes pertenceram à escola de Mileto, fundada por Tales.

³⁷ SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.53.

³⁸ Não é unânime a aceitação de que foi Anaximandro seu inventor. Para Heródoto, é babilônica a origem destes instrumentos; para Plínio (romano do século I d.C.), foi Anaxímenes seu inventor. Para Diógenes Laércio, Tales teria sido o primeiro a fixar o 30º dia do mês e a medir a trajetória do sol de um solstício a outro.

Há muitas discussões ainda hoje acerca do significado do *apeiron* de Anaximandro. Para Heidegger, sua tradução pode ser mesmo inviável, mas não há dúvidas que ela representa algo além da origem física do mundo, cuja concepção é ético-antropológica. Para o filósofo alemão, tentando interpretar o grego, o perigo está no esquecimento das nossas origens e do ser.

Neste sentido, Anaximandro teria feito as seguintes menções de cunho não religioso, mas mítico e racional: “Dado o fato de que os outros animais se nutrem desde cedo sozinhos, enquanto o homem é o único a precisar de um aleitamento prolongado.” Todavia, o pré-socrático não acreditava que a raça humana, para sobreviver, tenha sido sempre frágil conforme hoje verificamos. Acreditava ele que, no começo, tinha sido o homem gerado a partir de espécies diversas, única forma de garantir a perpetuação de uma espécie tão frágil que é a humana.

Também Censorino (astrólogo latino do século II d.C.), citado por Miguel Spinelli³⁹:

Anaximandro de Mileto acreditava que, do aquecimento da água e da terra, nasceram peixes ou animais muito parecidos com peixes. Foi no interior desses animais que se formaram embriões humanos, e ali ficaram retidos até a puberdade, uma vez que se romperam esses embriões, saíram homens e mulheres capazes de se nutrirem.

De fato, Claudio de Cicco, em suas aulas de Filosofia do Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pontuou que o homem é o animal que mais carece de cuidados e, diferentemente de outras espécies, demora a tornar-se biologicamente independente. Diante disso, necessita de atenção por muito mais tempo que os demais seres, mas essa fraqueza seria compensada com a sua capacidade de pensar e de criar, tornando-o capaz de subjugar animais de força e tamanho superiores aos dele.

Anaxímenes, seguidor de Anaximandro, desse difere quanto ao que seria a origem das coisas, e entende que esta é o ar.

³⁹ SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.56.

2.3 Pitágoras de Samos

Viveu entre 580/78 e 497 a.C. Ao ler os trabalhos de Platão e de Aristóteles é possível conhecer os pensamentos de Pitágoras, pois, até o momento não foram encontrados escritos deixados por ele.

Não obstante posições isoladas as quais lhe atribuem algumas obras, predomina no meio histórico que inexista qualquer estudo de sua autoria. Porfírio⁴⁰, discípulo de Plotino, que viveu no século III d.C., compartilhava do seu pensamento: “Não existia, com efeito, qualquer escrito pela mão mesma de Pitágoras”. Outros estudiosos antigos compartilham deste juízo, dentre eles Cláudio Galeno (Roma, século II d.C.) e Flávio Joseph (historiador judeu do século I a.C.).

Sâmio teria permanecido nos santuários do Egito por aproximadamente 22 anos estudando astronomia, geometria e iniciação nos ritos dos Deuses. Seus conhecimentos teriam sido aprimorados quando passou pelos árabes, caldeus e hebreus. A matemática, no entanto, foi ciência por ele desenvolvida graças aos estudos na Fenícia.

Ao se aprofundar nos conhecimentos sobre a matemática, Pitágoras se distanciou dos estudos empíricos praticados por Tales e exerceu a investigação racional, afastando-se do mítico.

Pitágoras acreditava ser o “número” a origem de tudo. Também é sua a definição de cosmo como “ordem”. Os pitagóricos acreditavam na imortalidade da alma. Por ser Divina e eterna, sua união ao corpo é, para ele, um castigo. Porfírio, em sua biografia sobre Pitágoras intitulada *Vida de Pitágoras*, escreveu:

Entretanto, todos sabiam muito bem que ele afirmava inicialmente que a alma é imortal; depois, que ela passa para outros seres vivos; além disso, que segundo certos períodos, os seres que nasceram um dia nascem novamente; que não há, propriamente falando, nenhum ser novo, e que é necessário crer que tudo que nasce com vida tem a mesma origem. Em todo o caso, é certo que Pitágoras foi o primeiro a introduzir na Grécia essas doutrinas.⁴¹

⁴⁰ Porfírio de Tiro (232 a 304 d.C.) esteve em Roma no ano de 262 para estudar com Plotino, ocasião em que por seis anos estudou o neoplatonismo. Escreveu sobre a vida de Pitágoras, que resultou no livro *Vida de Pitágoras*, talvez a maior obra sobre o filósofo.

⁴¹ DK 14 A 8ª; PORFÍRIO. *Vida de Pitágoras*, p.19.

A transmigração da alma em vários corpos é denominada metensomatose⁴². Já a possibilidade de reencarnação por várias vezes é chamada palingênese, que significa renascer ou retorno. Na filosofia Pitagórica este retorno (ou reencarnação) visa conhecer a verdade e aprimorar a alma.

Podemos extrair deste pensamento que, assim como aos egípcios, a alma em Pitágoras reencarnava, e que esta reencarnação era o caminho para a purificação, um fenômeno trazido pela doutrina espírita de Allan Kardec, seu codificador, e por ele escrito no século XIX, na França⁴³.

A metensomatose não era algo novo. No entanto, nos traz Porfírio⁴⁴ que Pitágoras foi quem a introduziu na Grécia. Ele acreditava na existência de uma alma universal e que a alma individual, ao sair do corpo, retornava à alma do todo.

Com efeito, como a maioria dos gregos, Pitágoras tratou de temas políticos. Defendia a existência de um governante que respeitasse as leis, e que estas eram necessárias para conter o impulso do homem que, por natureza tende ao excesso. Seu comportamento – o do homem – não é autorregulado mas necessita de um estímulo externo que, na sociedade, seria a lei e a autoridade do governante com poderes para limitar o atuar humano, após reconhecer que os homens são uns diferentes dos outros.

Pitágoras, inspirado na organização da natureza, acreditava na autoridade fundada nos Deuses. Somente assim seria possível um Estado justo⁴⁵ e organizado.

2.4 Heráclito de Éfeso

Assim como Pitágoras, o que sabemos a respeito de Heráclito (540 a 470 a.C.) está disseminado em obras, como nas biografias de Sócrates e Pitágoras, sobretudo em *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*, obra de Diógenes de Laércio, escrita no século III d.C. O autor renunciou aos títulos e à

⁴² Importante distinguirmos metensomatose de metempsicose. Esta é a transmigração do corpo por várias almas ao longo de sua existência, uma teoria pouco adotada. Prevalece a metensomatose.

⁴³ *O evangelho segundo o espiritismo*. Livro escrito por Hippolyte Léon Denizard Rivail. O pseudônimo Allan Kardec teria sido adotado para diferenciar as obras pedagógicas escritas por Hippolyte, da codificação espírita. O nome Allan Kardec foi escolhido por um espírito, provavelmente o mesmo que lhe intuiu na elaboração do trabalho.

⁴⁴ PORFÍRIO. *Vida de Pitágoras*, p.19.

⁴⁵ SPINELLI, Miguel. *Filósofos pré-socráticos*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.110.

herança da sua família em nome de uma vida filosófica. Consta que ao final de sua vida tornou-se um misantropo, vivendo nas montanhas e alimentando-se de ervas e plantas.

Acredita-se que a lição de Heráclito por nós aprendida estivesse em suas ações e estilo de vida, e não tanto em suas palavras. Era avesso às questões públicas, pois a tinha como viciada. Mantinha uma vida modesta, silenciosa e contentava-se com pouco.

Diferentemente de Tales de Mileto e Pitágoras, não há registro de ter viajado. Também não foi discípulo de ninguém, tendo a natureza como a sua mestra. Esta informação consta no fragmento 101: “Eu fui o próprio objeto de meu estudo”.

Ele combate o estudo enciclopédico, repetitivo e transformador da inteligência em mero arquivo de informações e não em raciocínio lógico e criador, de tal modo que não instrui, mas somente aloja-se em conclusões prontas⁴⁶, algo que comumente vivenciamos ainda hoje em pseudointelectuais da filosofia que sustentam um verniz de conhecimento que, de fato, nada representa de novo, quando não, tiram conclusões obtusas dos fatos históricos, desencaminhando a busca da verdade.

Sobre os sentidos das coisas do homem, suas emoções e necessidades, são de Heráclito as frases:

Lutar contra o coração é difícil; pois o que ele quer compra-se a preço de alma;
Se a felicidade consiste nos prazeres do corpo, deveríamos proclamar felizes os bois, quando encontram ervilhas para comer.

A exaltação da figura homem pode ser encontrada no seguinte fragmento: “O mais belo símio é feio comparado ao homem.”

Heráclito foi um autodidata. Sozinho buscou o conhecimento, tendo como fonte a natureza e, assim como a maioria de seu tempo, era mítico. Tentou trazer à vida social a harmonia que ele observou existir na natureza. Pregou que o conhecimento dos homens sobre a natureza é superficial, limitado aos sentidos, àquilo que enxergamos, mas que por detrás dela existe

⁴⁶ SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.151.

uma ciência a ser apreendida, e somente possível de ser desvendada pelo *logos*.

Sobre a alma, deixou diversas reflexões: “Mesmo percorrendo todos os caminhos, jamais encontrarás o limite da alma.” “Para as almas, morte é transformar-se em água e, para a água, transformar-se em terra; porém, da terra nasce a água, e, da água, a alma.” Deste fragmento podemos extrair, talvez, o ciclo da vida em Heráclito, da renovação, do constante aprimoramento, tal qual verificamos em Pitágoras.

Ao trazermos este pensamento à vida do homem, temos o ciclo expresso em Heráclito nos seguintes termos: “A mesma coisa em nós é estar vivo e estar morto, estar acordado e estar dormindo, ser jovem e ser velho. Aquele se transformando dá nesse, e esse, naquele.” Este constante renascer – morte e vida – é exigência do aprimoramento. A morte, além de necessária, é parte integrante da vida pois, para que esta aconteça, deve necessariamente substituir outra, e assim forma-se o ciclo; todavia, o nascer e o morrer mantêm a substância, a elemento criador. Esta criação é determinista (Heráclito usa o termo “justa”), ou seja, na origem do processo de geração já está o fim daquilo que virá a nascer, onde cada ser criado não ultrapassa os seus limites naturais. Miguel Spinelli⁴⁷ exemplifica dizendo que do coito humano não nascerá um macaco; afinal, uma melancia não gera uma abóbora.

A morte, conforme mencionamos, é o elemento continuador da vida; no entanto, pondera Heráclito: “nascer é um prazer ou dor, pois é submeter-se a uma condição ao mesmo tempo prazerosa e sofrida”, dando a entender que a vida poderá não ser prazerosa.

Para Heráclito, o homem não era racional. Dizia ele: “por natureza, o homem não é racional”. A interpretação comumente dada a esta frase é que se fosse o homem racional por natureza, não haveria ignorância em seu agir e raciocínio. Mas, pelo contrário, o que verificamos é um conhecimento construído ao longo dos anos, resultado de muito esforço. E continua: “O *êthos* humano não tem conhecimento, mas o divino bem.” Miguel Spinelli, ao interpretar os fragmentos, expõe:

⁴⁷ SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.177.

[...] todo homem (feito um fragmento do Cosmos) tem uma predisposição natural e permanente, como que um impulso ou movimento vital, através do qual pode reger a sua ação e guiar o seu próprio destino. Ou bem ele somente se insere dentro da tradição (dentro da sabedoria construída no tempo), ou então, diligente e atenciosamente, (como quem escuta), se põe no curso do movimento vital a partir de si mesmo [...] fazendo-se sujeito e objeto de seu próprio estudo, e acrescento, de seu próprio destino.

O que caracteriza o lado humano é a vontade de satisfazer suas vontades, e o *logos*, nesse particular, acaba gerando o conflito interno. O deliberar em Heráclito, feito pelo *logos*, e posteriormente trazido em Tomás de Aquino e tantos outros filósofos cristãos, é o deliberar bem. Para tanto, é necessário estabelecer um critério universal fundado na bondade.

Esta possibilidade de guiar-se segundo seu *logos* é um pensamento constante nas sociedades que se seguirão.

A ideia de um Estado forte que a tudo provê, inviabilizando o indivíduo de guiar-se por seus meios, tornando-o quase um inimputável, que tem no Estado o seu curador, é certamente uma figura refutada por Heráclito, pois, neste regime, o ciclo da vida não geraria a tão almejada mudança e o desenvolvimento do homem. Segundo ele, a alma, ao reencarnar, não encontraria novos fatos e conhecimentos e, em matéria de experiência, seriam os mesmos das gerações passadas. Verificaríamos uma estagnação da raça humana, mantendo o homem numa aparente sensação de conforto do qual nunca poderia sair.

Mítico que era, não só a natureza se reportava Heráclito. A Divindade estava em posição de destaque, acima de todos os demais seres. Dizia o filósofo: “O mais sábio dos homens, perante a divindade, aparenta um símio, em sabedoria, beleza e em tudo o mais.” O Deus em Heráclito era algo abstrato e metafísico que, assim como em nossos dias, possuía uma sabedoria perfeita e inalcançável.

A cosmologia de Heráclito invariavelmente desaguava em antropológica, pois tudo o que ele observava seria, ao final, aplicado aos homens inseridos na sociedade ou consigo mesmo. Entendia o cosmo como um todo organizado, e que também assim deveria ser a sociedade.

2.5 Parmênides

Parmênides nasceu em Eleia, acredita-se no ano de 530 a.C. e faleceu em 460 a.C. Ainda jovem, deixou sua cidade natal para deter-se com outros filósofos de Crotona, Síbaris, Metaponto, Taranto, dentre outras. Foi aluno de Xenófanos, mas não continuador assíduo e fiel de suas ideias. Atribuiu-se a Xenófanos a filosofia eleata⁴⁸ e a fundação da escola que leva este mesmo nome. Também teria sido, juntamente com Zenão, magistrado em sua cidade natal.

O eleatismo defendia a existência do Uno incorpóreo e eterno, imóvel, indivisível e contínuo, imune à mudança e à deterioração. Parmênides seguirá esta doutrina, mas sob outra ótica. Zenão, discípulo de Parmênides dará continuidade à teoria do Uno de seu mestre, tornando-a inteligível⁴⁹. Foi no desenvolvimento de suas ideias por meio de aporias que Zenão ingressou para a posterioridade. Sua forma de argumentar e de filosofar, sem retórica, mas logicamente, talvez tenha sido seu maior reconhecimento.

Não se conhece outra obra de Parmênides senão *Sobre a natureza*. A escolha do nome deve-se ao fato de seu teor não abordar somente temas metafísicos, mas também cosmológicos. Optou pela forma de poema⁵⁰, modelo literário da época.

O pouco que restou e recuperou-se deste poema deve-se a Sexto Empírico (século II) e a Símplício (século VI). Os fragmentos encontrados de sua obra indicam a forte tendência do autor em tratar de questões cósmicas, como os astros, a lua, a terra e o sol e, por isso, chamado filósofo da natureza. O fragmento 14 e 15 conta, talvez, com a mais impressionante afirmação de Parmênides, tal qual já deduzido por Tales de Mileto, quando afirma que a lua

⁴⁸ A profundidade de raciocínio e a argumentação são as características mais marcantes desta filosofia; é fruto da crença de que o conhecimento humano é inseguro e frágil, baseado primordialmente em opiniões e crenças. Xenófanos distingue verdade (*alêtheia*) de opinião (*dóxa*), que os homens recebem como verdadeiro o que observam pelos sentidos. Esse mesmo filósofo sustenta que o homem não é sábio por natureza; seu conhecimento deve ser adquirido, e, por mais que estude, nunca alcançará o saber pleno e absoluto, limitado que é. Somente ao Divino é permitido essa prerrogativa. Xenófanos valorizava o saber, o conhecimento, e dizia não ser a presença de um bom atleta na cidade que a fazia ter uma ordem justa ou os celeiros cheios de grãos. Parmênides, seu discípulo, neste ponto acompanha, em parte, o ensinamento do mestre, pois acreditava na possibilidade do homem instruir-se e superar-se.

⁴⁹ Platão, em seu diálogo *Parmênides*, assim apresenta Zenão, como o dedicado discípulo, obstinado em defender a tese do mestre. (SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.238).

⁵⁰ No entanto, há defensores no sentido de que o autor buscou um discurso conceitual, uma unidade argumentativa, o que muitas vezes pode tê-lo aproximado da prosa.

é iluminada pelo sol: “Brilhante durante a noite, de uma luz emprestada, ela vai em redor da terra [...] Sem cessar ela olha em direção aos raios do sol”.

Outra assertiva relevante encontrada em sua obra é a de que a terra é esférica e está dividida em cinco áreas, a mais tórrida (na linha do equador) seria também a de maior extensão.

Parmênides aboliu o conceito da literatura filosófica pré-socrática da *phýsis* à qual acredita que tudo é gerado e se corrompe (nasce, cresce e morre). Este princípio de movimento deixa de existir no filósofo em sua máxima “O universo é uno e imóvel”. Aristóteles, com base nesta afirmação de Parmênides, o classifica não como físico, mas como um metafísico. Isto, porque, segundo Aristóteles, o trabalho do físico orbita nas coisas que têm no movimento o seu princípio.

Parmênides defende que o único objeto possível de investigação é algo existente. Em suas palavras: “é” ou “existe”. Não há como conhecer o que não existe. A pergunta a ser feita é; “o que é?” Portanto, não se pode conhecer ou perguntar sobre algo que não é. Necessário, como premissa, a existência. Esta é afirmação primeira e que deve anteceder qualquer investigação. O fragmento 6 bem expõe seu pensamento: “necessário é dizer e pensar que só o que existe é; pois o ser é, e o nada, ao contrário, nada é: afirmação que bem deves considerar”.

Platão dizia não ser possível “supor o não ser como ser”. Por princípio, somente o existente é possível de ser conhecido. Parmênides, da mesma forma, têm na existência a condição necessária e prejudicial do pensamento sobre algo. Além disso, o discurso se torna complexo ao incluir, por exemplo, a justiça, a liberdade e o bem. A inovação do filósofo se assenta justamente nessa premissa, qual seja, a necessidade de, antes de qualquer discurso, afirmar a existência do objeto do estudo, e na negação do movimento tido, em sua época, como predicado da *phýsis*.

A preocupação de Parmênides estava em explicar o *arché* do todo cósmico. Até aqui nenhuma novidade, pois todos os demais assim também pensavam. A diferença reside em não considerar em seus estudos o movimento e a mudança, o que não significa, no entanto, não reconhecer a presença dessas propriedades. Contudo, por si só, elas não são capazes de

explicar o essencial e o que realmente interessa nas coisas. Segundo o fragmento 8 de sua obra:

Só nos resta, neste momento, uma única via da qual se possa falar: que é. Sobre ela há um grande número de sinais: que sendo não gerado é imperecível, um todo inteiro, inabalável e sem fim. Jamais foi e nem será, porque é todo presente, um e contínuo. Que origem poder-se-ia atribuir-lhe? Como e do que cresceria? Não te permitirei dizer nem pensar que ela possa ter crescido do não ser; porque o que não é não se pode ser dito e nem pensado. Se viesse do nada, qual necessidade o teria impelido a nascer mais cedo ou mais tarde? Assim, pois, é necessário que ele seja absolutamente ou não seja. Também a força da convicção jamais concederá que do não ente possa nascer algo. A justiça não permite, por um afrouxamento de suas amarras, que nasça ou pereça, mas o mantém. Essa decisão recai sobre a seguinte afirmativa: ou é ou não é [...] Como poderia perecer o ente? Como poderia ser gerado? Pois se nasceu, não é, e também não é se um dia devesse ser [...] Também não é divisível, pois é completamente idêntico a si mesmo. Nada poderia ser-lhe acrescido, o que impediria de conter-se, nem retirado, pois o ente é todo pleno. Por isso é todo contínuo, porque o ente é contíguo ao ente. Além disso, é imóvel nos limites de grandes liames, sem princípio e sem fim, uma vez que a geração e a destruição foram-lhe afastadas, repudiadas pela verdadeira convicção. Idêntico a si mesmo, em si mesmo repousa, imóvel em seu lugar, pois a poderosa necessidade o mantém nos limites de um liame que de todos os lados o encerra, de tal modo que ao ente está estabelecido como norma não ser inacabado. Ele é, portanto, nada lhe falta; não sendo, faltar-lhe-ia tudo⁵¹.

Sintetizando seu pensamento sobre a natureza, concluímos: 1) sendo o Cosmo eterno, não teve ele começo e nem terá um fim. Eterno que é, será sempre igual ao presente; 2) ente único, não pode ser comparado a outro e nem dividido. É todo e completo, sem nada a retirar ou acrescentar; 3) é todo, compreendendo em si tudo o quanto existe.

Como aluno e discípulo de Xenófanes, acreditava que o conhecimento pleno e absoluto somente em Deus poderia ser encontrado. Esta era a sua fonte de conhecimento. Distanciava-se do professor, da mesma forma, ao aceitar que a opinião, ao lado do conhecimento, ambas eram fontes de aprendizado. Nos fragmentos 1,28-30 e 8,51-52 da obra de Parmênides consta que se aprende, também, com as opiniões dos mortais, e que na opinião pode estar contida de algum modo a verdade.

Interessante é a ponderação do filósofo de que na opinião não está contida a razão, em que pese poder estar a verdade. A percepção, por si

⁵¹ SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.258-259.

só “é uma força bruta” a requerer um guia e uma orientação. Os sentidos são variáveis e mutáveis e somente a razão poderá garantir a validade da percepção sensível.

2.6 Os Sofistas

Os sofistas, movimento surgido no século V a.C. na época de Sófocles, na cidade de Atenas, trouxeram argumentos de pensamentos e suscitaram questões que até hoje continuam sendo objeto de estudos. A dignidade do homem, trazida por eles à tona, ainda é motivo de preocupação pelos modernos, notadamente em sociedades civilizadas como forma de preservação dos seus valores.

Muitos sustentam terem sido eles os primeiros humanistas que tiveram no homem o objeto de suas reflexões. Ainda que destoassem de sua época, não eram policêntricos, mas antropocêntricos. O homem aprendeu que para a conquista das multidões era necessário desenvolver a retórica, a oratória e a persuasão. Sua ideologia consistente na absoluta valorização do homem aproximava-se do ateísmo.

Com efeito, o sistema democrático grego propiciou o surgimento do sofismo, instrumento necessário para o alcance de grandes conquistas, como a aprovação de uma lei ou a absolvição num tribunal.

Os sofistas tiveram em Platão o seu maior rival. Foram eles, provavelmente, os responsáveis pela mudança de foco nas reflexões trazidas pelos pré-socráticos fundada no cosmo, no divino e na natureza para as questões humanas.

Conforme Eduardo Carlos Bianca Bittar⁵², os sofistas colocaram o homem no centro das atenções, com todas as suas ambiguidades e posturas contraditórias, rompendo com as tradições patriarcais e sacerdotais que imperavam na Grécia.

Acreditavam que a virtude poderia ser ensinada e que para cada argumento existia um contra-argumento; que a verdade nem sempre era absoluta, mas verossímil, ou seja, a verdade, assim como a visão de mundo

⁵² BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de filosofia do direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p.90.

eram relativas, o que se contrapunha à filosofia Socrática para quem as verdades são universais.

O conhecimento na fase pré-socrática era restrito e limitado a pequenos grupos. Aos sofistas é atribuído, também, a universalização do conhecimento, ainda que para isso cobrassem daqueles a quem ensinavam.

A dificuldade em estudar esta vertente filosófica está na ausência de documentos a seu respeito. O que conhecemos invariavelmente encontramos nas obras de Platão, seu obstinado opositor. A maior crítica que Platão e Aristóteles teceram sobre esta doutrina foi a cobrança pelos ensinamentos e a forma retórica de convencer seus interlocutores; em função disso, foram considerados os primeiros advogados do mundo.

Por muito tempo Platão e Aristóteles foram vitoriosos nestes embates. No entanto, diante de novos e recentes estudos, este quadro mudou. As acusações contra os sofistas foram diversas. Além de cobrar para ensinar, eram reconhecidos como superficiais, enganadores intencionais e criadores de sofismo no sentido pejorativo da palavra. Eram considerados pseudossábios, que questionavam sem fundamento e criavam discussões sem qualquer sentido. Foi na década de 1930 que surgiu uma nova percepção, considerando Platão um fanático reacionário⁵³.

Platão, justa ou injustamente, passou a ser visto sob outro ângulo, não mais positivamente, mas como o mentor de regimes totalitários surgidos no século XX. Diz Willian Keith Chambers Guthrie⁵⁴ ao citar Ronald Bartlett Levinson:

[...] hoje a amizade com Platão encontra-se sobretudo entre os estudiosos (e seus amigos e discípulos) cuja visão dele antecipou o surgimento do nazismo. É verdade que vigoroso impulso a este movimento se deu pelo surgimento de governos totalitários na Europa e na Segunda Guerra Mundial, e sem dúvida foi preocupante saber que o objetivo do partido nazista alemão, tal como se descreve em seu programa oficial, era produzir “guardiães no sentido platônico mais elevado”. Outra forma de ataque foi a psicanalítica, que viu em Platão o homossexual dominado pela culpa com premência irresistível de domínio.

Não cremos que possamos culpar Platão pelos desacertos da humanidade. A experiência nos mostra que o homem extrai interpretações

⁵³ GUTHRIE, Willian Keith Chambers **Os sofistas**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2007, p.15.

⁵⁴ GUTHRIE, Willian Keith Chambers. **Os sofistas**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2007, p.15.

diversas sobre aquilo que lhe interessa. Não podemos olvidar que tanto o nazismo quanto o comunismo, aproveitando do seu prestígio na história se reportem a Platão como forma de justificar o injustificável, fazendo ilações tendenciosas das suas obras como tentativa de convencer o inaceitável, escravizando a sociedade em torno de um objetivo que não espelha a dignidade do homem, mas o bem-estar do Estado e daqueles que estão no poder, retirando do indivíduo sua subjetividade e tantos outros valores caros ao ser humano.

Em Atenas vigorava o apogeu do regime democrático, no qual se pregava a igualdade entre os homens, ricos ou pobres, cujo mérito era o principal diferenciador, com a possibilidade de todos participarem do destino da *polis*, independentemente de sua origem. Outros motivos fomentaram o surgimento do movimento sofista, conforme explica Eduardo Carlos Bianca Bittar⁵⁵: a estrutura da democracia ateniense e da igualdade entre os homens, a esquematização da participação popular nos assuntos de Estado, a expansão das fronteiras gregas, o acúmulo de riquezas, a intensificação do comércio e a mercantilização da sociedade, dentre outros.

No entanto, existia a escravidão, invariavelmente de bárbaros, reconhecidos por Platão como raça inferior. Surgiu, então, uma forte corrente de opositores que defendia a ideia de que a escravidão não era algo da natureza, mas criado por lei⁵⁶, com a qual os sofistas irão concordar. O instituto, no entanto, foi mantido na Grécia e permaneceu em Roma.

Considerando que o homem era o ser mais importante, a lei deveria por ele ser criada; ela não era, portanto, um resultado da natureza. A cultura e os valores de cada povo definem o teor da lei, conforme posteriormente preconizado por Miguel Reale, o que pela natureza seria mesmo inviável, pois suas regras incidem de forma igual em qualquer parte. De fato, aos sofistas a natureza não detém o mesmo grau de importância atribuída pelos demais filósofos. A relatividade da verdade e de todas as outras coisas criam obstáculos a qualquer tentativa de padronizar ou dogmatizar conceitos, pois o que realmente importa é a figura humana.

⁵⁵ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de filosofia do direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p.92.

⁵⁶ Aristóteles entendia que o homem escravo assim o era por natureza, pois enquanto alguns nasciam para governar, outros nasciam para servir. A família em Aristóteles é composta de escravos e pessoas livres. A natureza do escravo não é pertencer a si mesmo, mas a outrem.

Posteriormente, e já no século III a.C., surgirá a doutrina estoica que, diversa do sofismo, propõe uma vida regrada tal qual a lei racional da natureza, e insere o homem neste contexto, situando-o como uma “engrenagem” do universo, razão pelo qual deve conhecer e observar suas regras se desejar uma vida harmoniosa.

Hípias⁵⁷, também sofista, assim como os demais, contrapunha natureza e lei. Acreditava numa espécie de contrato social da lei, no qual esta era fruto do acordo humano, frequentemente modificada, sem padrões fixos ou universais de comportamento. No entanto, acreditava em leis não escritas, divinas de origem e, por natureza, universais. Dentre estas leis, menciona a adoração aos Deuses e o respeito aos pais⁵⁸.

Antífon foi provavelmente o autor da obra *Sobre a concórdia*, composta por 29 fragmentos escrita sob a forma de máximas. Parte deles trata de questões filosóficas, como o fragmento nº65, que reza sobre a perniciosidade de se associar com bajuladores e não com amigos verdadeiros; questão antropológica: “o homem se chama a si mesmo o mais semelhante a deus dos animais” (fragmento nº54). Interessante são as máximas pessimistas sobre o casamento que diz se uma esposa se mostra inconveniente, o divórcio é desagradável e faz de amigos inimigos, mas conservá-la é doloroso. Uma boa esposa traz alegria, mas a dor fica às espreitas. É muito difícil ter de olhar para a sua própria saúde, necessidades diárias e bom nome, mas a necessidade se dobra quando são dois. Filhos não trazem nada senão preocupação, e logo tiram a liberdade de teus passos e a beleza de tua face (fragmento nº49). Se Deus dá ao homem riqueza e não juízo, ele de fato o priva de ambos (fragmento nº54). O caráter se forma pela companhia que se tem (fragmento nº62). O fragmento nº58 aborda o autocontrole: a urgência de o jovem se casar pode ser exemplo disso, como também o ímpeto de assaltar o próximo o fato de não poder chamar o homem de autodominado se jamais foi tentado. Sobre a educação das crianças, utiliza uma frase de Sófocles ao afirmar que não existe mal maior do que a anarquia, razão dos antigos educarem suas crianças sob a sujeição do domínio e da obediência para, quando se tornarem adultos, não sentirem o contraste da diferença de

⁵⁷ Foi contemporâneo de Sócrates.

⁵⁸ GUTHRIE, Willian Keith Chambers. **Os sofistas**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2007, p.264.

realidades, motivo da importância da educação, pois o bom termo depende do bom começo (fragmento nº60).

Pelos seus pensamentos, ao menos em parte deles, Antífon não segue rigorosamente a doutrina sofista. Não defende, por exemplo, a liberdade absoluta, mas a necessidade da ordem e das organizações, pois, somente assim seria alcançada a felicidade e diminuído o sofrimento.

Sugere-se que Protágoras tenha nascido em Abdera, nordeste da Grécia, por volta de 490 a.C. e morrido aproximadamente em 420. Dos 70 anos de vida, 40 foram dedicados ao sofismo. Teria morrido afogado num naufrágio quando, a bordo de uma nau, deixava Atenas após ser julgado e banido por sua impiedade para com os Deuses, e suas obras queimadas em praça pública. Segundo Protágoras, os Deuses existiam para os que acreditavam nele. Além disso, criticava os filósofos por ensinarem coisas sem importância.

Foi, certamente, o mais influente entre os sofistas. Muito do que sabemos sobre Protágoras está nas obras do seu maior crítico: Platão, o que o torna pouco confiável.

Protágoras passou a ser conhecido como uma espécie de conselheiro nas áreas profissional e pessoal. Expunha os argumentos necessários para uma lide seguir a contento, mostrando que para cada tese poderia ser construída uma contrtese, e assim praticava com seus alunos, demonstrando que a verdade nunca era absoluta, pois para cada ponto de vista um outro poderia ser exposto, o que tornava a verdade sempre relativa; portanto, o falso não existia. Como corolário desta assertiva estava a afirmação de que o falso não existia, pois, o homem era o único juiz de suas próprias sensações e crenças, que lhe eram verdadeiras enquanto assim lhe pareciam⁵⁹.

Este filósofo era adepto da persuasão pacífica e da necessidade de permitir ao próximo expor seu raciocínio, tudo visando garantir uma convivência harmoniosa em sociedade.

Defende ainda que no início da humanidade, lei e ordem não constavam do nosso vocabulário. Sucede que as vicissitudes da vida selvagem exigiram do homem o ajuste do qual decorre os dois princípios. Atualmente, e

⁵⁹ GUTHRIE, Willian Keith Chambers. **Os sofistas**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2007, p.248.

já mais amadurecida, a humanidade desenvolveu e aprimorou suas virtudes morais e intelectuais. Quem insiste em permanecer na ignorância precisa experimentar uma punição que, no entanto, deve ter como escopo a educação na virtude.

É sua a frase inserida na obra *A verdade*: “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são.”

O sentido desta frase permanece um enigma. Para alguns significa que o homem passa a ser medida; para outros que ele passa a ser aquele que mede. Para os que pensam desta forma, sua importância seria mais reduzida.

No entanto, entendemos que independentemente do sentido empregado, o homem ocupa posição de destaque em ambas. Sendo a medida de todas as coisas, é notório seu grau de importância, pois todas as demais terão nele seu parâmetro.

Como mensurador ou aferidor imaginamos que a sua importância será ainda maior. Nas circunstâncias tais quais apresentadas, acreditamos que como medidor, será o homem além do avaliador, também aquele que cria os critérios de medição e avaliação. Ou seja, sua atuação vai além de ser uma mera medida para, também, transformar-se em criador das regras e dimensões e, com base nelas, auferir as demais coisas.

Como mentor das regras e árbitro de tudo, Protágoras – se de fato foi este o sentido de sua frase – situa o homem em posição de destaque, até mesmo acima dos Deuses nos quais ele não acreditava.

A escola Epicurista nasce com o pensador grego Epicuro de Samos (341 a 270 a.C.). É fruto da Grécia decadente de seu tempo e mais uma doutrina que se distancia dos assuntos de interesse da *polis* para buscar outras formas de realização do homem que não a sua intervenção em questões públicas.

Segundo Moraes⁶⁰, este desinteresse pela política é encontrado em todas as filosofias helenísticas, como o estoicismo, o epicurismo, o ceticismo e o misticismo neoplatônico, dentre outras.

⁶⁰ MORAES. **Epicuro**: as luzes da ética, 1998, p.39.

Segundo a doutrina empírica, o cosmo seria formado por átomos que, atuando em harmonia permitiam a formação da vida. A morte, portanto, nada significava além da desarticulação destes átomos, sem dor alguma ou sensações. No entanto, nem o cosmo ou os próprios deuses, assim como os mitos e as lendas poderiam coagir o homem.

A sensação, representada por tudo aquilo que os sentidos humanos possam captar, será um dos pilares desta doutrina, acima até do conhecimento, numa clara concepção materialista. A experiência é outro fator que contribuirá para o seu desenvolvimento, no entanto, é adquirida pela sensação (notadamente pelas sensações de dor e de prazer) no qual este é o fim em si mesmo, um verdadeiro hedonismo.

O atuar humano está centrado na busca do prazer, da felicidade e em evitar a dor. As experiências vividas neste sentido, ou seja, o agir que lhe trouxe sofrimento serão empregadas a fim de evitá-lo, adotando-se outra postura.

Surge, então, o questionamento sobre o que é prazeroso e doloroso. Nem toda dor deve ser repelida e nem todo prazer deve ser buscado. Desta forma, de maneira interessante conclui Epicuro:

Exatamente porque o prazer é um bem primitivo e natural, não escolhemos todo e qualquer prazer; podemos mesmo deixar de lado muitos prazeres quando é maior o incômodo que os segue; e consideramos que muitas dores são melhores do que os prazeres quando conseguimos, após suportá-las, um prazer ainda maior.⁶¹

Ou então:

Nenhum prazer é em si um mal, mas as coisas que nos proporcionam certos prazeres acarretam sofrimentos às vezes maiores que os próprios prazeres.⁶²

Com esta frase, Epicuro pondera que as consequências devem ser sopesadas nas escolhas. Isto, porque, ao dizer “podemos mesmo deixar de lado muitos prazeres quando é maior o incômodo que os segue”, está agindo com racionalidade ou, então, com prudência, uma das balizas da doutrina. Ele também se preocupa em não causar sofrimento a outrem e permitir que outros

⁶¹ Epicuro. Carta a Manequeu. In: MORAES. **Epicuro**: as luzes da ética, 1998, p.92.

⁶² Epicuro. Máximas fundamentais. In: MORAES. **Epicuro**: as luzes da ética, 1998, p.93-97.

possam fruir do seu prazer. É a sociabilidade ética do epicurismo. Esta preocupação com o próximo proporciona uma sociedade prazerosa e tranquila.

Segundo Epicuro, somente o prazer tranquilizará a alma e o corpo. Para tanto, é necessário uma dose de prudência e de controle das paixões pela razão, assim como ensinaram Platão e Sócrates. São instrumentos que auxiliarão o homem a decidir. Este autocontrole das paixões e do exercício da prudência será presenciado em diversos filósofos nos séculos seguintes, como Tomás de Aquino e Giovanni Pico della Mirandola. Este, mesmo elegendo o homem como o artífice do seu futuro, adverte que a liberdade nas escolhas cobrará seu preço, que será representado pelo distanciamento do divino.

Neste contexto, qual seja, o da sabedoria, razão e prudência, e como forma de potencializá-los, são os prazeres divididos em necessários e naturais, como dormir, beber e comer; não necessários e naturais, como o sexo; e não necessário e não naturais, como a ganância. A classificação fala por si, e demonstra que nem todo prazer é, de fato, prudente de modo a torná-lo cobiçado.

A doutrina começou a ser interpretada e empregada por alguns de maneira equivocada, confundida com libertinagem, desregramento e licenciosidade. Contra este viés, Epicuro esclarece que os prazeres aos quais se refere não são o libertino e o depravado, mas o da ausência de dor psíquica e à ataraxia da alma:

aquela sóbria reflexão que examina a fundo as causas de toda escolha e de toda recusa e que rejeita as falsas opiniões, responsáveis pelas grandes perturbações que se apoderam da alma. Princípio de tudo isso e bem supremo é a prudência. Por isso, ela é ainda mais digna de estima do que a filosofia⁶³.

A justiça em Epicuro, ao lado da sabedoria, integra a felicidade do homem. A tranquilidade da alma somente pode ser alcançada por aquele que reúne estas duas qualidades.

Conforme mencionamos, esta doutrina não se limita à felicidade do indivíduo, mas abrange também a da sociedade. Sob este enfoque, a justiça

⁶³ Epicuro. Carta a Menequeu. In: MORAES. **Epicuro**: as luzes da ética, 1998, p.93.

serve não apenas para si, mas ao próximo, inserida que está num grupo social, e é representada pela não causação de mal ou dor a outrem. Também prega, como fez Aristóteles – ao dizer que se dê igualmente aos iguais e desigualmente aos desiguais – que a justiça deve ser aplicada segundo as condições apresentadas.

Em geral, a justiça é a mesma para todos, dado que ela representa uma vantagem para as relações sociais, Mas, considerando cada país em particular e outras circunstâncias determinadas, a mesma coisa não se aplica a todos como justa⁶⁴.

A injustiça, como fonte de dor e sofrimento, deve ser por todos repelida, ao passo que a justiça, como fonte do prazer, deve ser cultuada. Esta doutrina, portanto, tem na sensação a base da experiência, do conhecimento e a bússola do agir humano, sempre em busca da felicidade e na ausência de dor, desde que se faça prudente e sabiamente, pois somente assim o homem decidirá de maneira correta, atingindo a ataraxia da alma.

O estoicismo foi uma doutrina filosófica fundada em 300 a.C., por Zenão de Cício, durante o período helenístico. Nesta época, teve início o declínio da Grécia e, conseqüentemente a perda da autonomia e da liberdade política, características da *polis*. Com o surgimento dos grandes impérios e a extensão das fronteiras geográficas foram encerrados não só os debates públicos, mas também o padrão filosófico imperante na *polis*. Surge o conceito de natureza, cujas leis atreladas a ela passam a ser o modelo de conduta; o homem começou a ser visto como um cidadão do mundo e não mais um indivíduo circunscrito a *polis*.

Para muitos a doutrina estoica foi a responsável pela mudança de enfoque a respeito da noção de liberdade por tratá-la como potência de um agir a partir de si mesmo. A liberdade começou, então, a ser concebida como livre arbítrio, algo inerente ao homem e independente do seu *status*. Esta ideia de liberdade, no entanto, e mais uma vez, teve como pressuposto não só o conhecimento, mas também, uma forte conotação ética.

Novamente, a liberdade começava a ser abordada não de forma absoluta, mas como algo regrado e voltado a um fim maior. Este enfoque tinha

⁶⁴ Epicuro. Máximas fundamentais. In: MORAES. **Epicuro**: as luzes da ética, 1998, p.93-97.

como premissa o fato de que o homem vivia em sociedade e, portanto, deveria portar-se eticamente. A isonomia, a liberdade e a justiça eram considerados pilares que sustentavam a vida em sociedade, razão pelo qual a liberdade deveria estar pautada pela ética para que suas ações fossem virtuosas.

A virtude⁶⁵ para os estoicos era a baliza da liberdade. O homem, para exercê-la adequadamente deveria controlar suas paixões; a sabedoria, ao lado da virtude, é quem deveria exercer este papel. Sabedoria significa conhecer e se portar segundo as leis da natureza. Deste modo, a concepção de liberdade trazida pelos estoicos foi marcada por seu aspecto interno (que consistia em não ser coagido) e pelo aspecto externo (que significava um agir segundo as leis naturais). A conotação resultante desta filosofia era um agir a partir de si mesmo.

A igualdade também foi um traço marcante do estoicismo. Não havia distinção entre os homens decorrente de sua condição social. O surgimento dos grandes impérios faz do homem um cidadão do mundo (cosmópolis) desvinculando-o daquele conceito de cidadão da *polis*. A lei da natureza se sobrepunha a da cidade. E este direito – o natural – ultrapassava fronteiras físicas; por ser natural recepcionava a todos de forma idêntica, independentemente do local geográfico, elevando o sentimento de dignidade da pessoa humana. Cícero, seguidor da doutrina, elaborou sua definição estoica de direito natural entendendo que no âmago das leis positivadas existia uma outra lei, não escrita, mas que estava inserida na natureza e na dignidade do homem. O objetivo era, ao final, atrelar o direito às leis da natureza.

⁶⁵ Para os estoicos, sábio é o homem virtuoso; os vícios são fruto da ignorância.

3 O HUMANISMO NOS SOCRÁTICOS

Sócrates, como sabemos, nada de escrito deixou acerca dos seus pensamentos. O que dele se conhece foi registrado por seus discípulos, notadamente Platão, com as tendências e falhas inerentes à toda e qualquer interpretação humana. Ainda assim, não podemos deixar de mencionar aquele que talvez seja o maior preceito acerca do homem e inspiração do Humanismo encontrado no oráculo de Delfos e trazido por Sócrates: “Conhece-te a ti mesmo”. Outros pensamentos do filósofo que retratam a concepção de homem serão mencionados em seguida.

Sócrates não se deteve sobre a natureza do universo conforme comumente verificamos em outros pensadores de sua época. Seu discurso sempre foi sobre a natureza humana e sua alma. Esta é que detinha o pensamento puro, o valor de maior importância, pois dela decorriam todas as demais virtudes⁶⁶ (sabedoria, justiça, temperança, fortaleza, etc.). Ele traz a necessidade de autocontrole, do desenvolvimento da moral e da ética. Suas outras ideias, como foram registradas e trazidas a nós por Platão e Aristóteles, a esses nos reportaremos.

Platão, o mais importante dos discípulos de Sócrates⁶⁷, nasceu em Atenas. De origem aristocrática, seu pai foi descendente do último rei de Atenas, Codrus. Sua mãe, Perictione, pertenceu à linhagem de Sólon, um dos sete sábios da Grécia. Conviveu com as incertezas causadas pela guerra do Peloponeso e teve uma educação refinada para a sua época. Estudou poesia, música e praticou exercícios físicos. Sugere-se também que Platão tenha viajado ao Egito e à Itália, onde manteve contato com a escola Pitagórica. Morreu aos 81 anos.

Diferentemente de Aristóteles, Platão acreditava na imortalidade da alma e na sua reencarnação. A imortalidade é resultado da dedução lógica que tem como primeira premissa o fato da alma mover a si mesma; como segunda premissa: o que move a si é princípio de movimento; e terceira, princípio é imortal. Logo, a alma é imortal⁶⁸. Ficino, profundo estudioso de

⁶⁶ Para Platão a virtude não se ensina, mas vem por um dom de Deus àqueles que a possuem

⁶⁷ Atribui-se a Platão a frase: “Agradeço a Deus por ter nascido grego e não bárbaro, homem livre e não escravo, homem e não mulher; mas acima de tudo, por ter nascido na era de Sócrates”.

⁶⁸ PLATÃO. **Fedro**. 3.ed. Tradução: Carlos Alberto Nunes, Belém: EDUFPA, 2007.

Platão, chamou seu raciocínio de religiosidade preparatória para a fé cristã. Em sua obra *Teologia Platônica*⁶⁹ ou *De immortalitate animarum* menciona essa ideia no seguinte contexto:

Vamos nos livrar rapidamente, espíritos celestes desejosos da pátria celeste, a partir dos laços de coisas terrenas, para voar com as asas de Platão e com a orientação de Deus, para o lar celestial onde iremos contemplar abençoados a excelência de nossa espécie.

A imortalidade da alma já era assunto debatido entre os pré-socráticos. Tales de Mileto, antes mesmo de Platão, discursou a respeito e tinha o mesmo entendimento do filósofo. Acredita-se que Platão, ao menos neste ponto, teve muita influência da filosofia de Tales de Mileto.

Pitágoras, da mesma forma, segundo Plotino, e influenciado pelos egípcios, defendia a metemempsicose. Foi além, acreditava na palingênese. A filosofia pitagórica não só acreditava na imortalidade da alma, como também em sua sucessiva reencarnação como forma de lapidar o espírito, algo muito semelhante à doutrina espírita.

Platão, diferentemente de Heráclito, que acreditava no saber adquirido e construído, creu que a alma já trazia consigo certos conhecimentos adquiridos⁷⁰ em vidas pretéritas⁷¹ com os Deuses, o que foi denominado teoria da reminiscência. Ele acreditava que o conhecimento era inato a alma, e que a aprendizagem seria um mero despertar destes conhecimentos.

Segundo Platão, a alma poderia mudar ao longo do tempo. A reencarnação lhe garantiria um acúmulo de experiências e de saber capazes de alterar seu ser invariavelmente para melhor, segundo seu livre arbítrio. É na experiência da carne (ou do corpo) onde a alma, a ela aprisionada, vivencia difíceis experiências e faz escolhas que posteriormente poderão auferir sobre

⁶⁹ *Platonic Theology* (Cambridge, Massachusetts; London, England, 2001). **Harvard University press**. Traduzido para o inglês por Michael J.B. Allen.

⁷⁰ “[...] quando o conhecimento chega de certa maneira, é uma recordação. Ao dizer de certa maneira, quero dizer, por exemplo, que quando um homem vê ou ouve alguma coisa, ou percebe-a por qualquer um dos outros sentidos, não conhece apenas a coisa que chama a sua atenção, mas, ao mesmo tempo, pensa em outra que não depende de sua maneira de conhecer, mas de uma diferente. Não afirmamos que esse homem lembra o que surgiu em sua imaginação.” (PLATÃO. **Fedro**. 3.ed. Tradução: Carlos Alberto Nunes, Belém: EDUFPA, 2007, p.136.

⁷¹ Antes de se juntar ao corpo, a alma atravessou e bebeu das águas do rio Léthe (esquecimento) em sua travessia para o mundo sensível. Suas recordações passadas vão depender de quanto dessa água bebeu.

os seus acertos e erros, passando da ignorância para o conhecimento, tal qual revelado na alegoria da Caverna⁷².

Ignorantes, segundo o mito, são os que ficam no interior da caverna e não conseguem, e nem querem, conhecer nada além das sombras que nela penetram, até porque muitos não estão ainda preparados para conhecer a verdade, representada pelo mundo inteligível.

Este arcabouço de conhecimento trazido pela alma representa a verdade imutável do mundo inteligível. Santo Agostinho afirmou que conhecer a verdade é ver com os olhos da alma ou com os olhos da inteligência. O que o corpo apreende por meio dos seus sentidos não reflete o real conhecimento, pois o contato com as coisas sensíveis é mutável e fugaz.

Este mesmo mito nos revela que o aprendizado do verdadeiro conhecimento deve ser conquistado pelo próprio indivíduo, e não simplesmente ensinado ou trazido por outro, notadamente quando o conhecimento extrapola os limites do saber. Afirma Platão que aquele que se arrisca saindo da caverna e conhecendo o mundo exterior, se decidir voltar e contar o que viveu poderá até mesmo ser morto pelos demais que o tomarão por mentiroso e louco.

Sócrates experimentou igual situação quando tentou mostrar que existia um mundo bem diferente daquele vivido pelos cidadãos atenienses. Ao agir assim foi julgado e condenado à morte pelos seus pares.

Somente o esforço pessoal do prisioneiro da caverna em sair de sua área de conforto e se arriscar em locais desconhecidos é que lhe permite alcançar a verdadeira liberdade e, conseqüentemente, libertar-se das amarras da ignorância e do comodismo. Para tanto, é necessário existir liberdade entre os moradores da caverna a lhes permitir sair e conhecer o mundo real de luz e de sabedoria.

O homem tem livre arbítrio em suas ações, mas responderá por elas. Aquele que se arrisca na direção correta certamente colherá os frutos do seu trabalho e das suas escolhas, e, por isso, se tornará um homem melhor em todos os aspectos. Aqueles que, no entanto, preferirem permanecer na condição de ignorante, acreditando que o seu estado é o ideal, não terão a

⁷² PLATÃO. **A República**. Livro VII. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

mesma evolução e aprendizado, pois continuarão prisioneiros em sua própria ignorância.

A liberdade de trânsito entre as diversas esferas evolutivas é algo inerente ao homem, que será trazida e melhor desenvolvida 2 mil anos após Platão, em Giovanni Pico della Mirandola.

Quanto ao corpo físico, Platão nos traz o Mito Demiurgo⁷³, um artífice divino que deu forma à matéria existente no mundo terreno. No início, segundo Platão, existiam dois mundos: o celeste, organizado e perfeito; e o terreno ou da matéria, desorganizado. Demiurgo, sensibilizado com a condição informe da matéria, como um verdadeiro artesão, labora entregando a ela formas semelhantes ao mundo celeste, de modo a torná-la próximo ao perfeito tal qual no mundo das formas ou do mundo celeste.

Nesta época acreditava-se na tripartição da alma em funções específicas e direcionadas: uma alma logística, que corresponderia à cabeça (parte superior do corpo) da qual emanam as ideias; alma irascível, no peito (parte mediana), caracterizada pela coragem; e alma apetitiva, relacionada à parte inferior do corpo, e pela qual são ligados o povo, os comerciantes e os artesãos.

Em Platão, o racional deve se sobrepôr às demais, comandando-as e a virtude seria o mais importante dos instrumentos para este fim. Deste modo, uma conduta correta é uma conduta racional⁷⁴. “Não se afirma que uma alma que possui inteligência e virtude é boa, e que outra que é infamante e corrompida é má? Não se afirma com razão? – Com toda a razão”.⁷⁵

O oposto da virtude é o vício, que normalmente se instala na parte mediana e inferior da alma, permitindo sobressair-se em relação a racional. A razão (cabeça) valoriza as coisas divinas em detrimento da terrena. Como guia, deve o homem buscar inspiração nos deuses, e não nos animais. Deve a alma almejar o que há de mais puro e verdadeiro, distinguindo-a do corpo, muitas vezes impuro. Não deve deixar ser cooptada por ele, confundindo-se corpo e alma num só ente. A alma em sua essência não se presta para estes fins, senão o de alcançar a verdade suprema, galgando lentamente os estágios que

⁷³ Em grego, artesão.

⁷⁴ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de filosofia do direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p.114.

⁷⁵ PLATÃO. **Fedro**. 3.ed. Tradução: Carlos Alberto Nunes, Belém: EDUFPA, 2007, p.160.

a elevam aos deuses. Para tanto, deve manter-se pura, distante dos prazeres mundanos nos quais o corpo se deleita.

No entanto, se a alma se afasta do corpo maculada, impura, como se houvesse estado sempre mesclada com ele, até o ponto de julgar servi-lo, embriagada pelo corpo, até o ponto de crer que nada existe além do físico, do que se pode ver, tocar, comer e beber, ou do que se presta aos prazeres do amor, ao passo que detesta, receia e foge de tudo que é obscuro e invisível, de tudo que é inteligente, crês que essa alma pode, ao separar-se do corpo, ver em si mesma, por si mesma e sem mistura? Não, não creio. Ao contrário, conforme penso, sai toda misturada com uma corporalidade que, por ela haver-se habituado com o corpo, parece-lhe íntima e natural, porque nunca deixou de viver em comunidade com ela e multiplicou as oportunidades de exercitar-se nisso⁷⁶.

A busca da verdade em Platão, não tanto a material, mas a metafísica, e a vontade de entendê-la sob um enfoque idealista foi a semente para o Humanismo e, posteriormente a maneira de fundamentar o cristianismo. A alegoria da caverna, sua teoria a respeito da separação do corpo da alma, o mito de Er e a busca da perfeição foram pensamentos que reforçaram o ideal humano quando eclodiu o movimento humanista.

A preocupação com a educação em Platão, como forma de moldar o caráter do homem na busca de melhoria, o estímulo à arte, o predomínio nas esculturas da figura humana, a poesia na qual Homero enaltece os feitos humanos, enfim, por todo este ideal antropológico é que reconhecemos na Grécia de Platão o embrião do Humanismo.

Em vários dos mitos deste pensador, independentemente da mensagem a ser transmitida, neles estão inseridos a figura humana. O esforço em explicar a origem da alma, sua evolução e as causas que podem levar à involução, temas como a justiça e a razão, e as semelhanças da figura humana aos deuses demonstram a importância do homem já neste período.

A ânsia de entender a natureza humana e como aprimorá-la em sua eterna caminhada para a evolução – que para os gregos somente é possível por meio da educação – reforça a tese de que o Humanismo esteve embrionariamente na sociedade grega, e serviu de herança e inspiração ao movimento humanista do século XIV. Todavia, o homem, no Humanismo grego

⁷⁶ PLATÃO. **Fedro**, 1999, p.147.

era um ser eminentemente político, reconhecido somente quando inserido na sociedade.

Podemos concluir que as ações humanas em Platão, não obstante livres, devem pautar-se pela virtude. Este raciocínio prepondera nos séculos vindouros até Giovanni Pico della Mirandola que, em sua *Oratio* defende um homem livre em seus atos, mas que, a depender de suas escolhas, pode se aproximar de Deus ou dos animais. Destarte, segundo ele, esta liberdade não seria absoluta, mas regrada, disciplinada pelo racional e, quando extrapolada, reduziria o homem ao animal.

A contribuição de Aristóteles⁷⁷ para o Humanismo pode ser visualizada nos ensinamentos que nos traz acerca da sociabilidade do homem e em sua busca pela felicidade, esta considerada o fim principal. No entanto, a felicidade era um meio, não um fim como no Epicurismo.

Aristóteles pouca importância deu à matéria e, para Platão, tudo foi criado do nada. É neste ponto em que Pico della Mirandola mais discute sua tese e insiste em revelar como já em Platão a matéria é pensada como potência indeterminada, em modo não diverso do encontrado em Aristóteles. Eugenio Garin bem expõe este trecho⁷⁸:

[...] secondo Bessarione, Aristotele manteneva una sai pur larvata sussistenza della matéria prima, per Platone “ materia non ens est” e tutto fu creato dal nulla. E questa è proprio uma dele tesi più discusse da Pico, [...], già in Platone, la materia intesa quale potenzialità indeterminata, in modo non diverso da quel che troviano nell'aristotelismo.

Em sua obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles nos ensina o que é a verdadeira felicidade e a distingue de sensações fugazes, como o prazer. Com efeito, a necessidade de viver inserido num corpo social, lhe garante não apenas satisfazer suas necessidades mais instintivas, mas notadamente de realizar toda a sua potencialidade como homem.

Aristóteles não acreditava na teoria da reminiscência da alma, isto é, no fato de que a alma já trazia consigo certos conhecimentos.

⁷⁷ Estagira, ano 384 ou 383 a 322, a.C.

⁷⁸ GARIN, Eugenio. **Giovanni Pico della Mirandola**. Vita e dottrina. 5.ed. Firenze: Istituto Nazionale di Studi Sul Rinascimento, 2011, p.77.

A liberdade ou o livre arbítrio são características inerentes à dignidade do homem e, conseqüentemente, ao Humanismo. Na vida cotidiana da *polis* não havia preocupação com a liberdade e a escravidão era permitida.

Neste período – entre o Socrático e o Helênico – a liberdade do homem, ou o livre arbítrio que se conhecia era diferente do vivenciado no período renascentista.

À *polis*, como valor de maior relevo, se voltavam as atenções do homem. O que atualmente conhecemos como direito fundamental – liberdade – era mero instrumento criado e desenvolvido para ser utilizado nas deliberações de assuntos de interesse da cidade, uma verdadeira função pública como afirma Miguel Reale⁷⁹, na qual o indivíduo é “para” o Estado. Daí extraímos que a liberdade conhecida pelos cidadãos era somente a liberdade de concepção política. Não havia espaço para o indivíduo como homem em si.

A democracia ateniense do século V a.C. era a mais desenvolvida, e exigia do cidadão intensas discussões e debates. Fora deste contexto não se conhecia a liberdade. De acordo com Hanna Arendt⁸⁰,

[...] não há preocupação com a liberdade em toda a história da grande filosofia, desde os pré-socráticos até Plotino, o último filósofo da Antiguidade. E quando a liberdade fez sua primeira aparição em nossa tradição filosófica, o que deu origem a ela foi a experiência da conversão religiosa – primeiramente de Paulo, e depois de Agostinho.

A atividade agrícola e os afazeres familiares eram óbices àquele que buscava seu espaço nas discussões públicas. Para que fosse alçado à condição de cidadão em sua plenitude era necessário antes se desvencilhar dos assuntos da terra e domésticos para, então, dedicar-se integralmente às reuniões e discussões sobre os interesses da urbe. Do contrário, a figura humana estava desprovida de qualquer valor, relegada à própria sorte.

No âmbito familiar, o livre arbítrio era da mesma forma limitado e, em alguns casos, inexistente. O chefe de família detinha o poder absoluto decidindo entre a vida e a morte⁸¹ dos seus membros e escravos. Esta tirania

⁷⁹ A liberdade antiga e moderna. In: REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 3.ed. 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010, p.24.

⁸⁰ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p.191.

⁸¹ Cláudio de Cicco nos mostra que o pátrio poder durante as conquistas romanas perde muito de sua força. O filicídio deixou de ser um direito do pai. O filho ganhou o direito de defender-se contra os maus tratos infligidos pelo pai. Todas estas garantias e outras vieram com o direito romano como forma de

era fundamentada na religião e nos costumes. Os filhos, a esposa e os escravos não possuíam liberdade de escolha. Dependiam de sua autorização, e nele depositavam sua sobrevivência, pois era ele o responsável pela manutenção do lar.

De tão arraigados na sociedade grega, nem mesmo Sócrates, Platão⁸² e Aristóteles se opunham a estas práticas. Curiosamente admitiam e incentivavam todos estes costumes, até mesmo a escravidão⁸³ e a guerra⁸⁴. No entanto, ainda assim, o Humanismo que hoje conhecemos e exaltamos foi, também, por eles modelado⁸⁵.

Este modo de convivência, aceito e por todos praticado, facilitou a difusão das ideias de Platão em sua proposta acerca do ideal de sociedade. Para ele, o homem era limitado em suas habilidades. Não podia ser ao mesmo tempo, por exemplo, guerreiro e artesão⁸⁶. Sua personalidade era definida na infância e, por consequência, também a sua habilidade. Ou seja, a educação do infante era atribuída – sem opção de escolha ou mudança – segundo as aptidões por ele reveladas ainda na adolescência, integrando-o, no futuro, a uma das três castas que compunham uma cidade: os governantes, os guardiões e os trabalhadores⁸⁷. Esta era a pirâmide social de Platão.

Os estamentos dessa pirâmide, segundo Platão, eram estanques. Seus integrantes foram definidos na juventude, e assim educados. Desta forma, não seria possível trafegar entre elas quando formados. Também não era reconhecido o mesmo grau de importância às três castas. Aos filósofos

preservar a vida daquele que, no futuro seria o soldado de seus exércitos. (CICCO, Claudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p.80).

⁸² Atenas, ano 428 ou 427 a 348 ou 347, a.C. Platão só admitia a escravidão de bárbaros (Rep. 469-c). Em suas duas principais obras, *Leis* e *República*, enfrenta o tema discriminando os gregos como os marcados por boa inteligência e amor ao conhecimento, e os demais, como os nórdicos, orgulhosos e irascíveis, e os egípcios avaros (435e-436a).

⁸³ Quanto a este aspecto, Aristóteles em sua obra *Política* (1.253a), no segundo livro, nos traz contra argumentos acerca da escravidão por ele próprio defendido, ao escrever “afirmam que a autoridade do senhor sobre os escravos é contrária à natureza e que a distinção entre escravo e pessoa livre é feita somente pelas leis, e não pela natureza, e que por ser baseada na força tal distinção é injusta”.

⁸⁴ Aristóteles entende que a guerra, quando adequadamente usada, é algo natural entre os homens, assim como a caça é necessária para a sobrevivência humana. A guerra será justa quando os homens marcados para serem comandados ou escravizados se negarem a esta condição, podendo àquele distinguido pela natureza como comandante demandar pela guerra tal sujeição. (ARISTÓTELES. **A Política**. 1265b.)

⁸⁵ NOGARE, Pedro dalle. **Humanismos e anti-humanismos**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p.25.

⁸⁶ PLATÃO. **A República**. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2011, p.86.

⁸⁷ Tal qual à alma racional, irascível e concupiscível do homem, os governantes corresponderiam aos filósofos responsáveis pela direção do Estado e sempre na busca pelo ideal; aos guerreiros competia a defesa interna e externa do Estado; por fim, os produtores, colocados na base desta pirâmide social, a quem restaria a produção econômica do Estado que ajudará a sustentar toda a pirâmide.

atribuía-se maior mérito sobre as demais, e aos guerreiros sobre os operários. Conforme verificamos, e tal como na sociedade grega, resta pouco ou nenhum espaço para a liberdade de escolha.

Esta imobilidade social tem origem no mito de Er, de Platão. Nele, as almas se apresentam diante de *lachésis* (futuro), onde definem seu destino e sorte no porvir quando de uma nova aproximação junto ao corpo carnal. Cada alma, segundo suas experiências e aptidões, seleciona aquele estilo de vida que mais lhe convém, sem a interferência dos deuses nesta escolha.

Feito isto, a alma recebe um demônio que, por sua vez, a encaminha às dificuldades da vida e é apresentada ao *Clotho* (passado) e *Atropos* (futuro). Uma vez definido o seu destino, livremente escolhido pela alma sem qualquer direcionamento por parte dos deuses, aquele se tornava imutável e irrevogável. Posteriormente, as almas seguiam à planície do *Léthes* onde beberiam a água do rio Amelete, responsável pelo esquecimento das vidas passadas. Por fim, cada alma era conduzida ao seu local de renascimento.

Na República de Platão ao Estado tudo cabia. Não havia espaço ao indivíduo. Surge, então, para os modernos, o equivocado entendimento do ideal de Estado comunista, olvidando-se que este mesmo Estado pouco se interessa pelo povo, cuja opção limita-se a conformar-se com a posição social que lhe fora atribuída ainda na infância, mas escolhida ainda no além. O operário não poderia, por exemplo, estudar para tornar-se um filósofo. Estava fadado pelo resto de sua vida àquela condição imposta e ditada pelo Estado.

Esta concepção social num primeiro momento era coerente, especialmente quando cotejada com o Mito de Er no qual os deuses não interferiam na escolha da alma quanto à sua futura vida junto ao corpo. No entanto, quando no plano concreto do exercício de sua opção, este anteriormente definido, o Estado de Platão fazia outra análise cujo resultado determinava o destino daquela criança que poderia ou não coincidir com a escolha feita ainda no plano das ideias. Poderia ocorrer, por exemplo, quando diante de *lachésis* a alma ter optado por ser guerreira, enquanto a análise da sociedade de Platão, contrariando o futuro daquela alma, determinava por ser artesão ou filósofo.

Giovanni Pico della Mirandola, de maneira não intencional, mas imbuído dos ensinamentos cristãos, irá desconstruir essa ideia.

Na democracia ateniense havia um forte sentimento de igualdade entre os homens, notadamente entre ricos e pobres, fato que desagradava aos oligarcas, pois havia o entendimento de que as melhores decisões não necessariamente eram dos bem nascidos, mas dos mais inteligentes. O termo democracia era algumas vezes recepcionado como harmonia, em grego *homonoia* ou concórdia, que significa “ser de uma só mente”. Assim como a liberdade, a harmonia ou concórdia só era reconhecida na *polis*, pois ela significa a concordância dos cidadãos sobre assuntos de interesse geral. Guthrie⁸⁸, ao mencionar Péricles, declarava:

Péricles observa (Tuc. 2.37.1) que, na democracia ateniense, o poder está nas mãos do povo. Nas disputas privadas todos são iguais perante a lei, e atribuem-se responsabilidades públicas não segundo qualquer sistema de classes, e sim somente pelo mérito. A pobreza jamais é impedimento para o ofício público.

Protágoras⁸⁹, um dos mais conhecidos sofistas – ao lado de Górgias⁹⁰ e Isócrates⁹¹ – é o autor da frase “O homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto são”⁹². Ele defende uma educação humanista obrigatória, até mais que a educação científica, pois é ela quem garante uma vida harmônica em sociedade. Severamente criticado por Platão e Aristóteles – este último chegou a chamar sua conduta de prostituição, pois ensinavam somente àqueles que pudessem pagá-los – os sofistas foram os que, pela primeira vez voltaram a atenção às questões e aos problemas humanos como objeto de reflexão.

O cristianismo trará uma nova concepção de liberdade ou livre arbítrio, ao menos da esfera espiritual. O homem, na boa nova tem plena liberdade de ação, notadamente entre o certo e o errado, moral e imoral, sempre sob o enfoque religioso. Cômico de seus deveres, não necessita de

⁸⁸ GUTHRIE, Willian Keith Chambers. **Os sofistas**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2007, p.141.

⁸⁹ Ano 480-410 a.C. Em Atenas foi acusado e condenado por ateísmo, e sua obra sobre os Deuses queimada em praça pública. Fugiu para a Sicília.

⁹⁰ Ano 483 a 376 a.C.

⁹¹ Ano 436 a 338 a.C.

⁹² Segundo Platão, em seu livro IV *As Leis*: “Para nós, é Deus que deve ser a medida de todas as coisas em grau supremo, muito mais, a meu modo de ver, do que o homem, como alguns pensam.” (2.ed. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2010).

outros ensinamentos senão o da pregação cristã que lhe auxiliará em suas escolhas.

A liberdade de agir do cristão reside no fato de que, conhecendo a Palavra Revelada, não precisa de outra crença senão a crença no ensinamento de Jesus para governar-se a si próprio. Assim, não se ilude com as tentações do que é transitório, não age de modo a desgostar o outro, guia-se e pauta-se de acordo com o que pode fazer para melhorar sua condição pessoal e a de seu semelhante, vive na carne tendo em vista o que é do indivíduo [...] Aí está a liberdade de agir do cristão.⁹³

Assim como a liberdade em Atenas era somente aquela exercida pela *polis*, no cristianismo, da mesma forma, deve ser praticada conscientemente segundo os mandamentos de Deus, respondendo por ela. Nesse sentido é o ensinamento de Paulo de Tarso: “Ora, o que planta e o que rega são um; mas cada um receberá o seu galardão segundo o seu trabalho.”⁹⁴

Podemos dizer que o limite da liberdade do homem no cristianismo está na responsabilidade, esta representada pela necessidade de crescimento espiritual e sua razão de existir. A prudência nas escolhas talvez seja um dos mais difíceis exercícios neste sentido. Distinguir o lícito do moral e optar pelo caminho reto é, certamente, a mais difícil escolha do homem⁹⁵, seja ele culto ou ignorante, rico ou pobre, feio ou bonito. Aqui, certamente está a maior manifestação de igualdade, pois a todos, se assim o quiser, será possível adotar o caminho correto e atingir o reino de Deus.

⁹³ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de filosofia do direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p.193.

⁹⁴ BÍBLIA. Paulo. Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios. Cap. III, v.8.

⁹⁵ Epicteto, filósofo grego estóico nascido em 55 d.C., escravo que viveu a maior parte de sua vida em Roma e dedicou-se a difundir o que seria uma vida feliz e como ser uma pessoa boa, foi o autor da frase: “Não adquirimos a liberdade satisfazendo o que desejamos, e sim eliminando o nosso desejo.” Extraímos desse pensamento que o controle das paixões, capaz de nos conduzir a caminhos tortuosos, é a razão de uma vida feliz.

4 O SURGIMENTO DOS GRANDES IMPÉRIOS

A Grécia antiga, após a condenação de Sócrates no ano 399 a.C., caminha para o declínio. Há um desapontamento generalizado com a política vigente. As correntes filosóficas optam por se afastar dos assuntos da *polis*. Neste cenário, surge o epicurismo, o estoicismo, o cetismo, o misticismo, o neoplatonismo, tudo em decorrência desta descrença⁹⁶.

O surgimento do império Helênico, com o domínio Macedônico sobre a Grécia, e depois desta por Roma leva a *polis* gradualmente a perder importância.

Os novos impérios que se sucederam, primeiro o helênico e posteriormente o romano, enfraqueceram aquele atuar filosófico característico das cidades-estado gregas, consistente em intermináveis discussões e diálogos em torno de temas de interesse local e coletivo, e nos quais a participação de cada cidadão não somente era importante, mas sobretudo estimulada. Também fez desaparecer a cidade como um ente soberano, mantendo apenas sua aparência de urbe⁹⁷, subordinando-a a Roma quanto às decisões estratégicas⁹⁸.

A democracia praticada por muitos, isto é, pelo povo, é substituída por uma nova: a exercida pelo tirano ou por aristocratas. A liberdade política atribuída aos homens livres não é mais necessária. As questões de Estado não mais fazem parte do cotidiano dos cidadãos que, agora, perderam sua identidade com a cidade e sua religião, passando a integrar uma realidade de dimensões desconhecidas, que é o Império.

A oratória perde a sua razão de existir e a filosofia muda o foco. O homem, à procura de sua identidade, busca entender esta nova realidade. Outras profissões surgem em substituição à função pública de participar da condução do destino da *polis*, esta considerada a mais nobre. Para escapar da

⁹⁶ MORAES. **Epicuro**: as luzes da ética, 1998, p.61-62.

⁹⁷ Trataremos, nesta pesquisa, *polis* ou cidade como sinônimo de urbe. No entanto, importante mencionarmos a ponderação de Fustel de Coulanges. Segundo ele, para os antigos, cidade é a associação religiosa e política das famílias e tribos, enquanto a urbe é o local de reunião, o santuário da associação (COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p.174).

⁹⁸ Não podemos nos enganar acreditando que as cidades conquistadas, principalmente a Grécia, resistiram a esta dominação. Após serem conquistadas, Roma passou a ser admirada e desejada como metrópole de seu Estado. Fustel de Coulanges, citando a Grécia, escreveu: "Poucas gerações mais tarde, influenciada pela vaidade, pela ambição e pelo interesse, aspirou tornar-se Roma". (COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p.477).

ociosidade, o cidadão sai em busca de novas atividades que garantam sua subsistência. Ofícios como marcenaria, carpintaria e tapeçaria até então pouco valorizadas ou inexistentes começam a ser exercidos por mais pessoas.

O Império Romano trouxe parte da cultura grega para si. Não obstante ser o dominador, não resistiu à sua robustez cultural, rica em diversos aspectos, e acabou por recepcioná-la na sociedade, sem muito inovar. Nesta absorção estava inserido o estoicismo – que pregava uma conduta virtuosa e obediente às leis – e o epicurismo.

Nesta mesma época, no oriente, a cultura grega ainda permanecia viva graças ao trabalho de Alexandre, “o Grande” que, em suas conquistas bélicas difundiu a cultura grega, notadamente Platão e Aristóteles. Não obstante esquecidos em Roma, ambos eram estudados por Averróis e Avicena. Posteriormente, com a expansão muçulmana, a cultura grega foi levada ao ocidente.

Neste contexto histórico, aparentemente contraditório, o indivíduo ainda procurava o seu lugar na sociedade, na qual a referência religiosa – tão essencial ao ser humano – se alterava, onde os deuses gregos e romanos nem sempre coincidiam. Surgia o cristianismo, marcando assim o fim da Idade Antiga que se perenizará até a atualidade. A velha religião, tanto a grega⁹⁹ quanto a pagã romana, e o culto aos antepassados foram substituídos por uma nova crença. O Deus passou a ser único, de todos e para todos. Separou-se a religião do Estado e do Direito¹⁰⁰. O cristianismo, ao menos na esfera espiritual, trouxe o verdadeiro sentido da liberdade. Ao exaltar o amor ao próximo indistintamente, ou seja, estrangeiro ou não, a caridade e a fraternidade, foram elevadas as virtudes morais e privadas em detrimento das públicas.

Os novos dogmas e ensinamentos não mais exigiam do homem sua dedicação à *polis*. Nas palavras de Fustel de Coulanges:

Os sentimentos e os costumes então se transformaram com a política. A ideia que se fazia dos deveres do cidadão enfraquecera. O

⁹⁹ Para Renan, nas palavras de Miguel Reale: “A religião de Atenas era o culto de Atenas, de seus fundadores míticos, de sua leis, de seus usos [...] Essa religião era, em toda a força de expressão, uma religião de Estado. Ninguém podia ser Ateniense recusando-se a praticá-la. (REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 3.ed. 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010, p.7.). Esta interpretação vai ao encontro do pensamento de Fustel de Coulanges.

¹⁰⁰ No entanto, é inegável a influência que o cristianismo ainda exerce em diversas sociedades e países, notadamente em seu direito e costumes.

dever por excelência não consistiu mais em dar seu tempo, sua força e sua vida ao Estado. A política e a guerra já não representavam tudo para o homem; o patriotismo já não abrangia todas as virtudes, pois a alma já não tinha pátria. O homem percebeu que tinha outras obrigações, além de viver e morrer pela cidade. O Cristianismo distinguiu as virtudes privadas das virtudes públicas. Ao rebaixar estas, elevou aquelas; colocou Deus, a família, a pessoa humana acima da pátria, e o próximo acima do concidadão.

A verdadeira liberdade e igualdade trazida pelo cristianismo assentou-se em seguir os ensinamentos da palavra de Jesus Cristo. Todo o resto era efêmero e dele se deveria afastar. Cada seguidor precisava possuir o discernimento necessário para distinguir o certo do errado, mas não sob a perspectiva material, como a política e as finanças e sob o aspecto familiar, mas sim para o seu crescimento espiritual. E sob este enfoque possuir plena liberdade para conduzir-se segundo o seu livre arbítrio, outro apanágio da boa nova¹⁰¹. Será nesta liberdade, no entanto, que residirão as raízes da possibilidade do homem afastar-se de Deus. Como mencionado por Luiz Antonio Rizzato Nunes, tal distanciamento significa afastar-se do ser e caminhar na direção do não-ser, e se o pecado existe é porque se fez mau uso do livre-abítrio, pois a essência do pecado está na vontade subordinando, num caminho contrário, a alma ao corpo¹⁰².

No entanto, o uso dessa liberdade foi regrado. O objetivo dessa conduta não era limitá-la, mas responsabilizar os indivíduos pelas suas escolhas. Para o seu bom uso era necessário ter prudência. Eleita como uma das quatro virtudes cardeais¹⁰³, era para Santo Tomás de Aquino¹⁰⁴ a mais importante, pois “é a arte de decidir corretamente.”¹⁰⁵

A Igreja Católica resiste à queda do Império Romano do ocidente¹⁰⁶ e aos bárbaros germânicos. As perseguições levadas a efeito por Nero e por Fariseus não foram capazes de sucumbir à doutrina cristã e seu triunfo fora grandioso. Por força da obra de Santo Agostinho, a *Cidade de*

¹⁰¹ Boa nova é a tradução da palavra “Evangelho”.

¹⁰² NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **Intuição**. 1.ed. São Paulo: Método, 2000, p.113-114.

¹⁰³ Ao lado da justiça, fortaleza e temperança.

¹⁰⁴ Para Aristóteles, prudência é a “sabedoria prática”, e é uma das cinco qualidades ao lado da arte, conhecimento científico, sabedoria filosófica e o entendimento, por meio dos quais a alma alcança a verdade (ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. 3.ed. Tradução: Edson Bini. Bauru: Edipro. 2009, p.180). O filósofo define como homem prudente aquele capaz de deliberar sobre o que é bom e proveitoso para si mesmo, e que não se delibera sobre coisas imutáveis. A prudência, ainda segundo o autor, é uma qualidade racional de consecução da verdade, que concerne à ação [...] (p.183).

¹⁰⁵ AQUINO, Tomás de. **A prudência**. 1.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹⁰⁶ Em 476 d.C.

Deus, as leis do Estado passaram a ter como paradigma o ideal de perfeição Divino, este consubstanciado nos dez mandamentos¹⁰⁷, nos quais o homem e a sua evolução tornaram-se mais importante que o Estado.

Com o surgimento do feudalismo, um novo estilo de vida foi imposto. Os muros dos feudos significavam muito mais que limites materiais; dentro deles existia um ambiente no qual a privacidade e a liberdade eram, por força desta mesma estrutura, mitigadas.

No decorrer do século XII a economia prosperou. O homem, por meio do comércio, buscava a sua autonomia pessoal e a independência em relação à família.

O exercício do comércio e da traficância expandiu a sensação de liberdade. O lucro aliado às novas conquistas trouxe ao homem uma experiência inédita, a sensação de realização e de autonomia que nos feudos, além de desconhecida, não seria permitida. O homem começou a ganhar importância sobre o sagrado e o trabalho deixou de ser um meio de subsistência e tornou-se uma forma de fazer fortuna.

É neste cenário que cresceu Giovanni Pico della Mirandola. A ciência e o mercantilismo permitiram significativas realizações que na sociedade platônica seria quase inviável. A descoberta da América e a circum-navegação imprimiram novos ares à sociedade da época. Este cenário propiciou o surgimento de cientistas como Galileu Galilei¹⁰⁸, Nicolau Copérnico¹⁰⁹ e Leonardo da Vinci¹¹⁰, dentre vários outros.

¹⁰⁷ CICCO, Claudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p.89.

¹⁰⁸ 15fev.1564 a 8jan.1642. Fez descobertas decisivas para a defesa do heliocentrismo. Desenvolveu diversos instrumentos como a balança hidrostática, o termômetro e o precursor do relógio de pêndulo. É considerado o "pai da ciência moderna".

¹⁰⁹ Viveu de 19fev.1473 a 24 maio 1543. Astrônomo e matemático, desenvolveu a teoria heliocêntrica do sistema solar. Foi também governador, administrador, jurista, astrólogo e médico.

¹¹⁰ Viveu de 15 abr.1452 a 02 maio 1519 e ficou conhecido por seu tratado sobre medicina.

5 A IDADE MÉDIA

5.1 Santo Agostinho

Santo Agostinho, filósofo de transição da Antiguidade para a Idade Média, viveu numa época em que se buscava uma razão racional para os dogmas da Igreja católica¹¹¹. Essa busca encontrava no pensamento helênico um terreno fértil, mistificando-se assim o racional¹¹². Antes dele o homem era visto como alguém destituído de vontade, cujas ações eram tomadas por Deus. Este dogma deixava sem resposta o porquê praticamos condutas erradas.

Santo Agostinho vivenciou a época do declínio do Império Romano, que iniciou no século III e terminou no século V com a queda do Império Ocidental, momento em que o cristianismo já havia sido aceito em substituição ao paganismo (ano 313) e oficializado pelo Imperador Constantino I (por volta do ano 390).

A noção de justiça encontrada em Agostinho não era a mesma buscada e discutida, por exemplo, em Aristóteles. O maior ato de justiça era a submissão do homem à lei de Deus. O corpo deveria submeter-se à alma, a alma a Deus e as paixões à razão.

O autor debatia o que pertencia à Cidade de Deus – reino do inteligível – (*lex aeterna*) e à Cidade dos homens – reino do sensível – (*lex temporalis*)¹¹³. Discutiu ainda a relação, as diferenças e as influências entre a lei humana e a divina, existente em cada uma das cidades¹¹⁴.

Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial. Gloriosa-se a primeira em si mesma e a segunda em Deus, porque aquela busca a glória dos homens e tem esta por máxima glória a Deus.

¹¹¹ Claudio de Cicco ensina que o cristianismo não foi uma corrente filosófica, dentre tantas outras. Foi uma mensagem, forma de conduta ética baseada na fé em Jesus, e não numa tentativa, como a de Aristóteles e Platão, de dar uma explicação racional do universo (CICCO, Claudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p.85.)

¹¹² Diante da necessidade de justificar racionalmente os postulados cristãos, questiona-se se os textos helênicos não foram desvirtuados.

¹¹³ Representadas simbolicamente por Babilônia (cidade dos homens) e Jerusalém (cidade de Deus).

¹¹⁴ Há quem defenda que esta dicotomia entre as duas cidades é fruto da época em que o Santo era adepto do maniqueísmo.

A cidade terrestre era fruto do livre arbítrio do homem, composta por homens orgulhosos e vaidosos, que não buscavam o bem comum, este representado pela busca a Deus. Sua origem estava nos filhos de Adão, Abel e Caim¹¹⁵. Este matou o primeiro por inveja, momento em que surgiu a cidade terrestre¹¹⁶.

Para Santo Agostinho, é na cidade de Deus que se faz a justiça perfeita. Na dos homens a paz é temporária. O intuito, segundo ele, é que os habitantes da cidade dos homens a abandonem para viver na cidade de Deus. Para tanto, devem se submeter às leis divinas.

Agostinho, mantendo-se fiel aos ensinamentos cristãos, reconhece que a opção de escolha entre a cidade de Deus e a dos homens está no campo do livre arbítrio, e que ninguém poderá ser forçado a eleger uma delas senão o próprio homem e segundo sua vontade, rompendo com a tradição de que a vontade do homem confunde-se com a de Deus.

Segundo Santo Agostinho, os filhos da cidade de Deus vivem no mundo terreno, contudo, caminham olhando a eternidade, sem apego aos bens materiais, mas utilizando-os como mero instrumento na busca da felicidade maior, qual seja, Deus. Sobre os objetivos das cidades, explica:

Na paz final, entretanto, que deve ser a meta da justiça que tratamos de adquirir aqui na terra, como a natureza estará dotada de imortalidade, de incorrupção, carecerá de vícios e não sentiremos nenhuma resistência interior ou exterior, **não será necessário a razão mandar nas paixões, pois não existirão.** (grifo nosso).

Segundo o seu ensinamento, as duas cidades existem e caminham no interior de cada homem. Ambas vivenciam as mesmas dificuldades, mas são separadas pela vontade, esta representada pela vontade do Criador.

A justiça agostiana é “a ordem do amor”, “é o triângulo justiça, amor e verdade”. É o amor de sacrifício, de doação, o que vai além da virtude defendida por Platão. Não existe justiça sem amor à Deus.

¹¹⁵ Aponta, também, como fundadores da cidade terrestre Rômulo e Remo, que lutaram por inveja e ciúme, até a morte de um deles.

¹¹⁶ O santo de Hipona atribui a ruína do império (cidade terrestre) por não estar alicerçada no amor a Deus. O culto era prestado a deuses pagãos e não havia justiça.

Santo Agostinho¹¹⁷ escreveu entre 413 e 426 a obra *Cidade de Deus*, na qual prega que o direito e a política nada mais são do que um prolongamento da ordem divina, e que a prática das leis de Deus devem se sobrepor aos interesses do homem e da cidade.

O individualismo não possui espaço nesta doutrina, cujo fim último é a busca da perfeição, esquecendo-se o homem de si e entregando-se aos mandamentos do Cristo.

Num primeiro momento poderíamos dizer que a *Cidade de Deus* vai de encontro ao discurso da dignidade do homem, cuja base é o individualismo. No entanto, devemos observar que o humanismo agostiniano prioriza a realização do bem comum de modo a alcançar a perfeição e alçar ao reino de Deus.

A fé em Santo Agostinho é o fim em si mesma e a única fundamentação na sujeição aos dogmas cristãos, posteriormente considerada um fideísmo. Este pensamento será abandonado no Renascimento e no Humanismo nos quais o homem começa a se enxergar no centro do universo, numa visão mais antropológica que teocêntrica.

Com o auxílio de Santo Tomás de Aquino e a redescoberta das obras de Aristóteles, o homem tornou-se mais independente e racional. O desenvolvimento da ciência e as grandes descobertas marítimas e territoriais trouxeram a sensação de poder suficiente a suprir suas necessidades, olvidando-se dos preceitos cristãos. Iniciou-se, então, o caminho para o declínio.

5.2 Santo Tomás de Aquino

Santo Tomás de Aquino está inserido na Baixa Idade Média (séculos XIII e XV) culminando com o renascimento do comércio, que impulsionou o desenvolvimento urbano e levou o feudalismo à extinção.

A harmonização entre a fé e a razão era um dos grandes desafios a ser superado pelos filósofos daquela época. A necessidade de conciliar os dogmas cristãos, como a providência, a revelação divina, a resignação e outros tantos, até então desconhecidos do pensamento grego foi fruto da tensão à

¹¹⁷ Tagasta, 354 a 340 d.C.

época vigente. Houve uma tentativa de reinterpretar os princípios platônico e Aristotélico de modo a conciliá-los cada vez mais ao crescente valor de ordem espiritual delineado pelo cristianismo¹¹⁸. Esta influência na filosofia ficou bastante marcada a partir do século V.

Até o século XIV imperava o pensamento de Santo Agostinho¹¹⁹. Mais conservador, ele defendia que a fé se sobrepunha à razão. Tomás de Aquino¹²⁰ abriu a possibilidade de obter respostas por meio da razão sem, entretanto, negar a fé.

Era uma época de tensão entre a tradição cristã medieval e o novo pensamento que se formava baseado nas obras de Aristóteles, até então adstrita aos domínios árabes¹²¹.

Além de Aristóteles, Boécio, considerado talvez o primeiro a melhor definir e conceituar *pessoa humana*, também inspirou Tomás de Aquino, que adotou integralmente este conceito em sua *Summa Theologiae*.

Pela importância conquistada por Boécio ao longo da história – consequência do seu pensamento sobre o tema – faremos uma breve menção aos seus estudos, cuja maior preocupação era não parecer herético.

5.2.1 Boécio

Anício Mânlio Torquato Severino Boécio¹²² elaborou um raciocínio lógico que culminou na definição de pessoa humana. Quando ainda se respirava o pensar Aristotélico e Platônico, notadamente de que o homem, enquanto realidade somente o era quando inserido na pólis, Boécio inovou e,

¹¹⁸ Questiona-se se dessa interpretação não se perdeu em autenticidade do pensamento dos filósofos gregos.

¹¹⁹ Seguidor do idealismo de Platão.

¹²⁰ Seguidor do realismo de Aristóteles; alguns acusaram-no de heresia.

¹²¹ As obras de Aristóteles, que haviam desaparecido da Europa, foram preservadas pelos árabes e por eles estudadas e difundidas.

¹²² Nasceu em Roma (480 a 524 d.C) e estudou ciência, literatura e filosofia grega. Percebeu que as invasões bárbaras que estavam ocorrendo em Roma poderiam colocar em risco todo o acervo cultural, a garantia da preservação e transmissão da cultura antiga para a posteridade. São dele diversas obras, com as definições de pessoa (*substância individual de natureza racional*); de felicidade (*estado de perfeição que consiste em possuir todos os bens*); de eternidade (*a posse total, perfeita e simultânea, de uma vida sem fim*). Como tradutor e comentarista, permitiu a conexão entre a cultura antiga e a Idade Média. É considerado o fundador da Escolástica. Dentre as suas obras, talvez a mais relevante seja *De Trinitate* (A Trindade é um único Deus, e não três); são consideradas "primícias do método escolástico" o que faz de Boécio um precursor de São Tomás, segundo Stewart e Rand. Também tratou de tema como a felicidade, e exaltou o livre arbítrio e a autodeterminação. Recebeu forte influência platônica, aristotélica e agostiniana.

influenciado pelos dogmas cristãos, migrou da noção de bem comum dos gregos, caminhando para a busca da felicidade individual como uma conquista subjetiva. Iniciou seu pensamento a partir do seguinte raciocínio: “as essências certamente podem ser nos universais, mas é apenas nos indivíduos e nos particulares que elas têm substâncias”¹²³. O homem é um composto de substância espiritual e corporal.

O coletivo em Boécio perdeu a importância. Talvez por ter estudado a conquista do Estado grego e testemunhado a queda do Império Romano pela ação dos bárbaros – em ambos os casos a cidade e o império desapareceram, restando somente o indivíduo – é que a coletividade para Boécio perdeu importância. Estes dois eventos – perda do espírito coletivo da Grécia e o desmantelamento do Império Romano do ocidente – fez Boécio convencer-se de que o importante, o que permanece, é o indivíduo¹²⁴ e que os grupos sociais ou coletivos são efêmeros.

A alma em Boécio foi tratada, talvez, com a mesma importância que em Platão, pois, para ele as coisas inanimadas, os animais e vegetais nunca poderão ser alçados à condição de pessoa, visto que somente o homem possui alma racional; assim, Boécio o colocou num patamar superior ao restante, exceto em relação aos anjos e ao Divino.

5.3 O feudalismo, a burguesia e o direito

A Idade Média na Europa foi marcada pelo sistema feudal surgido no século V e extinto no século XV.

A queda do Império Romano do ocidente ocorrido no ano de 476 d.C.¹²⁵ marcou uma profunda mudança na organização política-cultural e econômica da Europa, notadamente pela descentralização do poder, antes nas mãos do imperador. Surgem, então, diversos reinos soberanos, com poderes locais e autonomia de autogestão. É o início do feudalismo.

¹²³ (SAVIAN FILHO, Juvenal. **Metafísica do ser em Boécio**. 1.ed.São Paulo: Loyola, 2008, p.78-79).

¹²⁴ Em sua obra *Contra Êutiques e Nestório*, Boécio expõe: “porém, dentre todas as substâncias, ‘pessoa’ não pode ser dito, de maneira nenhuma, nas universais, mas somente nas singulares e nos indivíduos; não há, pois, nenhuma pessoa do animal ou do homem geral, mas denominam-se pessoas singulares Cícero ou Platão ou indivíduos singulares.” (SAVIAN FILHO, Juvenal. **Metafísica do ser em Boécio**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2008, p.164-165)

¹²⁵ A parte oriental do Império Romano, denominado Império Bizantino, perdura até 1453, ano em que ocorreu a queda de Constantinopla.

Os feudos eram formados pela combinação de diversos fatores que envolviam os costumes, a cultura, a religião, todos componentes já existentes em Roma, mas que sem o comando centralizado, foram necessariamente configurados para tornar possível uma convivência contínua e segura entre as comunidades. Por volta do ano 1000 d.C., quase todos os habitantes da Europa residiam em feudos.

Somente a partir dos séculos VIII e IX este novo sistema feudal assumiu uma forma definitiva. Ou seja, foram necessários cerca de três séculos para que a sociedade se adaptasse após a queda do Império Romano. Todo o período foi marcado por sucessivas guerras, invasões e conflitos. Os pequenos agricultores, sem condições de se defenderem, eram compelidos a trabalhar nos feudos, locais protegidos de ataques e de saques contínuos. Trafegar fora dos muros do feudo era uma atitude arriscada¹²⁶.

Surgia uma nova pirâmide social: a primeira, no topo, e responsável pela fé era o clero; a segunda, na posição intermediária, e responsável pela manutenção da segurança no feudo e pelas guerras era a nobreza; a terceira, na base da pirâmide, era formada por servos que trabalhavam para garantir o sustento da população. Foi essa a tese sustentada pelo antropólogo francês Georges Dumézil em sua obra *Mythe et épopée*, do ano de 1968, e *L'ideologie tripartite des indo-Européens*, do ano de 1958¹²⁷.

Essa nova classificação, segundo a Igreja, agradava à lei. Isto, porque, acreditava-se que cada indivíduo vinha ao mundo terreno com um papel pré-determinado a desempenhar: um grupo rezava, outro lutava (senhores feudais e seus exércitos), e outro trabalhava (povo, camponeses). Neste novo contexto não existia mobilidade social, que era determinada na infância, tal qual na pirâmide de Platão.

O poder, antes concentrado nas mãos do imperador de Roma, se fragmentou entre os diversos reinos surgidos após a queda de Roma, agora nas mãos dos senhores feudais. O rei era uma figura simbólica que dependia

¹²⁶ “Quando as pessoas se arriscavam fora da clausura doméstica, era ainda em grupo. Todas as viagens eram feitas pelo menos em dupla, e se os companheiros não eram parentes, ligavam-se pelos ritos da fraternidade, constituindo, pela duração do deslocamento, uma família artificial.” (ARIES, Philippe. **Histórias da vida privada**. v. 2. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.503).

¹²⁷ COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação Histórica dos direitos humanos. VII.ed. São Paulo: Saraiva, p.87.

do seu exército para manter o status. Não possuía, por exemplo, poderes para intervir nos feudos.

A base econômica de sustentação predominante no feudo era, inicialmente a agricultura de subsistência; como não havia moedas, predominava a troca. A cada família era entregue um pedaço de terra para o cultivo de maneira que todos pudessem trabalhar, garantir sua subsistência e, principalmente, sustentar a nobreza.

Neste período, por volta do século XI, começava a surgir uma nova classe social, os herdeiros dos vassalos que, sem opção, passaram a se dedicar ao comércio. Eram burgueses¹²⁸, habitantes dos burgos, excluídos da pirâmide social, mas que passaram a desempenhar um importante papel na história. Seu poder, diferentemente do até então predominante, não se assentava em bens imóveis, mas na riqueza mercantil, na concentração de moedas.

Os membros da Igreja – instituição mais poderosa da época – ocupavam o topo da pirâmide social. O clérigo vinha em sua maioria da nobreza; o segundo filho era escolhido para a carreira eclesiástica. O poder da Igreja extrapolava a difusão da fé. Além de ser a maior proprietária de terras e o principal símbolo de representação de riqueza, a Igreja direcionava o ensino, uma vez que seus membros eram praticamente os únicos letrados da sociedade, além de possuírem poderes suficientes para reprimir severamente quem se desviasse dos seus dogmas. A cultura e a arte, da mesma forma, eram por ela ditada. Imagens e esculturas de Deus e de anjos, assim como cenas e passagens bíblicas¹²⁹, dominavam a obra dos artistas.

No século XI, um manuscrito apócrifo atribuído a Adálbero, bispo franco de Laon, tratou da divisão de funções da estrutura tripartida da sociedade medieval. Nele há diversos conselhos a Roberto, o piedoso, rei dos francos. Dentre eles, destacamos:

A ordem eclesiástica compõe apenas um só corpo, mas a sociedade inteira está dividida em três ordens. A par do já citado corpo, a lei reconhece outras duas condições (sociais): o nobre e o servo não se

¹²⁸ Alguns preferem utilizar o termo “burguês” somente após o século XVII. Antes disso, entendem ser preferível o termo “mercadores” ou “comerciantes”.

¹²⁹ A igreja necessitou assim proceder, pois numa época de iletrados, o desejo era uma das únicas formas de instruir os fiéis.

regem pela mesma lei. Os nobres são os guerreiros, os protetores da igreja. Defendem todo o povo, assim os grandes como os pequenos, além de se protegerem a si próprios. A outra classe é a dos servos. Esta raça de desgraçados nada possui sem sofrimento. A todos, fornecem eles provisões e vestuário, sem os quais os homens livres pouco valem. Assim, pois, a cidade de Deus, tida como uma, na verdade é tríplice. Uns rezam, outros lutam e outros trabalham. As três ordens vivem juntas e não sofreriam uma separação. Os serviços de cada uma dessas ordens tornam possíveis as atividades das duas outras. E cada qual, por sua vez, presta apoio às demais. Enquanto esta lei esteve em vigor, o mundo teve paz. Mas, agora, as leis se debilitam e toda a paz desaparece. Mudam os costumes dos homens e muda também a divisão da sociedade.¹³⁰

Neste novo cenário, a burguesia procurava se inserir na sociedade. Não obstante, não encontrou dificuldades em ascender na escala social ao adotar, para tanto, diversos instrumentos que a tornaram detentora não apenas do capital, mas também do poder político, por ela tão almejado.

As Cruzadas talvez tenham sido o primeiro grande impulso para a expansão do comércio. Estas expedições, organizadas pela nobreza e convocadas pelo Papa Urbano II, tinham como objetivo libertar a Terra Santa (Palestina), onde Jesus Cristo pregara, do domínio dos turcos que proibiram a pregação cristã.

A Europa medieval, profundamente religiosa, acreditava que a causa dos seus problemas era a blasfêmia do Islã que ocupava o Santo Sepulcro. A Igreja incutiu nos fiéis que a luta contra esta indevida ocupação lhes garantiria um lugar no céu, pois agradaria a Deus.

Contudo, importante mencionarmos o viés comercial deste empreendimento. Os nobres e os demais comerciantes tinham pleno interesse em abrir o caminho para o oriente e, assim, ter acesso aos produtos vindos de lá como tecidos, joias, canela e inúmeras especiarias, todas muito apreciadas no ocidente.

A primeira Cruzada remonta ao ano de 1095. Diversas outras se sucederam até o fim destas expedições, em 1270. A avaliação, ao menos para os fins religiosos, considerou-as um verdadeiro fracasso porque não conseguiram conquistar definitivamente a Terra Santa. Não obstante, proporcionaram um crescimento econômico significativo por meio do

¹³⁰ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. VII.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p.88.

comércio¹³¹, notadamente nas cidades ao norte da Itália, além de fortalecerem as rotas comerciais dos Alpes e do Reno, trechos em que surgiram novas cidades e outras foram restabelecidas. Contatos comerciais entre o ocidente e o oriente foram realizados e firmados de forma duradoura; além disso, a navegação marítima no Mediterrâneo passou a ser tratada como uma rota de comércio. Surgiu o comércio em grande escala e novas práticas se espalharam.

Na sequência da história temos Marco Polo¹³² que, seguindo os passos de seu pai Niccolò, foi mercador e explorador veneziano no Oriente. Marco, por mais de duas décadas permaneceu distante de sua terra natal em assuntos de diversas naturezas¹³³, mas preponderantemente exercendo o comércio.

Toda essa atividade gerou um êxodo agrícola do campo à cidade. Camponeses, artífices, ferreiros, dentre tantos outros, atraídos pela prosperidade do comércio representado pelas feiras e pela promessa de trabalho livre, migraram para estas cidades na esperança de tempos melhores.

A moeda ganhou força. Como os centros e feiras comerciais eram vários e localizados em diversos locais, era possível encontrar num mesmo local moedas provenientes de diferentes lugares, o que, de certo modo, dificultava o comércio. A situação fez surgir o câmbio e, por necessidade, o cambista, que cobrava taxas pelo seu trabalho encarecendo a mercadoria.

Os burgos eram cidades situadas ao lado da muralha da fortaleza do senhor feudal nas quais era exercida a mercancia; nelas, os moradores eram obrigados a pagar altos impostos ao senhorio. Esta situação acabou gerando sérios conflitos, o que levou a burguesia a apelar ao Rei para interceder e obter ao final a isenção do pagamento de impostos sobre os negócios realizados nos burgos.

¹³¹ A mudança que as Cruzadas trouxe à Europa ficou conhecida como Renascimento Comercial e Urbano, isto é, o desenvolvimento do comércio e das cidades, o que levou ao enfraquecimento dos feudos.

¹³² Nascido em Veneza, em 15 set.1254, e falecido na mesma cidade, em 9 jan.1324.

¹³³ Comandou tropas na guerra contra Gênova e acabou prisioneiro, ocasião em que ditou a um prisioneiro as suas aventuras de viagem.

5.3.1 A emergência do indivíduo

É no decorrer do século XIII que constatamos o maior desenvolvimento relacionado à autonomia pessoal, ao mesmo tempo em que verificamos o crescimento da economia. O sistema feudal não era compatível com esta nova realidade visto que sua produção limitava-se a suprir as necessidades locais. Entre 1346 e 1353 surgiu a peste bubônica (peste negra), uma grande epidemia que eliminou aproximadamente 1/3 da população europeia, diminuindo a quantidade de servos em todos os feudos. Sem condições de atender a esta crescente demanda externa e interna, começava aí a sua derrocada¹³⁴.

A vida no feudo era frugal, sóbria. Produzia-se o necessário para o próprio sustento e para o pagamento dos impostos. A vida em família permanecia como na Antiguidade, ou seja, o chefe detinha o poder soberano no lar, restando aos demais o dever de obediência. Não havia espaço para o “eu”. Nem mesmo no feudo poderia o homem, notadamente o trabalhador, exercer suas capacidades de modo a sentir-se útil e valorizado, enaltecendo a sua moral, vitalidade e potenciais habilidades.

Com efeito, o comércio, impulsionado pela burguesia, é o que ditará as mudanças deste contexto, única forma de proporcionar a independência ao indivíduo não somente em relação ao senhor feudal, mas também à família que de tudo dele dependia.

Surgia, então, o ideal de lucro, da capacidade individual, que representava a autonomia do indivíduo e suscitava a progressiva valorização da pessoa humana. Esta mudança de cenário refletia-se na cultura e nos costumes, que começava a cultuar a figura do homem.

[...] Assim, nas imagens que essa sociedade quis dar da perfeição humana. Parece que, por volta de 1125-1135, no pórtico de Saint-Lazare d'Autun, por exemplo, os entalhadores de imagens receberam dos idealizadores do programa iconográfico a instrução de se libertar das abstrações, de animar cada personagem com uma expressão pessoal; dez anos mais tarde, no pórtico real de Chartres, os lábios, os olhares se tornam realmente vivos; depois são os corpos que vemos, por sua vez, libertar-se do caráter hierático; enfim, muito mais

¹³⁴ Outros fatores contribuíram para o fim dos feudos: o renascimento comercial proporcionado pelas Cruzadas, o aumento da circulação de moedas (que reduziu o sistema de trocas imperante no feudalismo), o êxodo rural causado pelo desenvolvimento dos centros urbanos e o surgimento da burguesia, que financiou a retirada de poder dos senhores feudais.

tarde, no último terço do século XIII, uma nova etapa é transposta, decisiva, quando irrompe na escultura o retrato, a busca da semelhança.¹³⁵

O acúmulo de riqueza, dentro da estratificada e rígida pirâmide social, era a única forma de o homem livrar-se dos grilhões que o mantinham preso em sua realidade que já não mais o satisfazia. Buscava não apenas a liberdade, mas o respeito, a valorização e, sobretudo, uma voz ativa na política, ou seja, almejava o poder. Os sábios, buscando um fundamento que justificasse todas estas mudanças, fizeram uma nova leitura das escrituras para, ao final, concluírem que a salvação não seria atingida somente pela participação em ritos religiosos, mas também pela transformação interior.

5.3.2 O Direito na Era Medieval

A Alta Idade Média foi marcada pelo direito romano e pela consolidação do direito canônico¹³⁶. A Baixa Idade Média (entre os séculos IX e XV) ficou caracterizada pelo direito aplicado nos feudos e pelo renascimento do direito romano. Assim, observamos a existência de diversos regimes, numa clara fragmentação jurídica que dificultava a atuação dos mercadores que em cada região não sabiam como deveriam se portar ou a qual lei seguir.

A Igreja passou a ser a referência da sociedade nos aspectos social, moral e jurídico¹³⁷. Seu direito canônico era fruto das interpretações das escrituras, algo já posto, portanto, imutável, e não de algo criado pelo homem.

O Estado, por sua vez, tinha uma organização político-legislativa; nele, o feudo era uma unidade autônoma administrativa, econômica e jurídica. O senhor feudal era quem exercia a justiça utilizando regras consuetudinárias segundo as suas próprias convicções, sem qualquer relação com o direito romano. Raras eram as normas escritas, algumas editadas pelo rei que, em hipóteses excepcionais – e como última instância – era chamado

¹³⁵ ARIÈS, Philippe. **Histórias da vida privada**. v.2. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 506.

¹³⁶ O direito canônico retira suas regras dos dogmas e princípios cristãos, do Antigo e Novo Testamento. Assim, a Igreja não cria o direito, mas o retira das escrituras.

¹³⁷ A Igreja serviu como referência e muito influenciou a formação dos Estados soberanos. A concentração de poder na figura do Papa, sua organização hierarquizada, a busca pela justiça e paz foram preceitos adotados por alguns governantes.

para dirimir conflitos, em sua maioria, sobre competência. O sistema aplicado e que vigorava à época era o da justiça ao caso concreto, dos costumes, do procedimento oral, sem fundamento numa lei escrita, promulgada ou editada; eram adotados diferentes critérios, segundo as convicções de cada senhor feudal.

Neste contexto, a nobreza feudal era quem detinha a terra e o poder de fato, limitando assim a atuação do rei. A partir do século XII, esse sistema começou a se transformar; a nova classe burguesa, insatisfeita com a fragmentação causada pelo feudalismo, empenhou-se em concentrar nas mãos dos reis o poder político-administrativo. Como a nova classe detinha dinheiro, patrocinou a centralização no monarca da quase totalidade das prerrogativas antes exercidas pelos senhores feudais.

Para os burgueses esta descentralização era extremamente inconveniente. A variedade de impostos cobrados pelos diversos feudos, a ausência de uma moeda comum, de pesos e medidas padronizadas, além da insegurança jurídica fizeram os comerciantes se aproximarem do rei.

A nova aliança formada entre a burguesia e a monarquia consistia, por parte dos burgueses, em financiar a criação de exércitos a serviço daquela com o objetivo de garantir a hegemonia do rei sobre os senhores feudais. O rei, por sua vez, adotaria medidas que estimulassem e favorecessem o comércio.

Estas profundas mudanças foram o embrião para o surgimento dos novos Estados dotados de poder centralizado e território, a exemplo da França e da Inglaterra. São, também, os pilares que desenvolverão o conceito de soberania.

6 O RENASCIMENTO E O HUMANISMO

O homem da Idade Média que antecedeu ao movimento renascentista era fideítico e mítico¹³⁸. Não se reconhecia como indivíduo, mas como raça, povo, família ou qualquer outra forma coletiva ou, então inserido em um contexto mais amplo, qual seja, a *polis*.

Com a eclosão do Humanismo¹³⁹, e ao tomar conhecimento dos escritos Aristotélicos, o homem tornou-se indivíduo, resgatou a cultura grega e o estoicismo como ideal¹⁴⁰, mas não fez deles uma cópia, mas uma inspiração, que encontrou na Itália um terreno fértil para os fins propostos. As traduções das obras de Platão por Marsílio Ficino também foram preponderantes para sedimentar esta nova doutrina.

O Humanismo é um movimento inserido em outro, também de grande envergadura: o Renascimento¹⁴¹, que o disseminou. Houve um rompimento com o pensamento medieval e a retomada da cultura greco-romana como fonte de inspiração e de ideal. O homem, e não mais os deuses medievos, foi inserido no centro das atenções, num movimento que lentamente se distanciava da Igreja.

O mundo deixava de ser explicado pela fé e começava a ser compreendido segundo a razão. Começava o desenvolvimento e a valorização das ciências, que ganhava força e credibilidade com suas descobertas, invariavelmente tornando a vida do indivíduo mais confortável, e refutando, fundamentadamente, alguns dogmas da Igreja. Com a valorização do indivíduo, o coletivo perdeu importância. O incremento do comércio exigia este novo pensamento competitivo, valorizando as ações individuais como potências racionais.

¹³⁸ O mítico faz do homem um ser temerário. A racionalidade, empregada em Boécio no século V d.C. torna o indivíduo mais confiante e preparado para enfrentar o infortúnio.

¹³⁹ Entre os séculos XII e XIII, o termo humanista designava um grupo de pessoas dedicadas à reestruturação dos estudos ministrados nas universidades; enfatizavam-se os estudos humanistas como filosofia, história e poesia. Era necessário conhecer a língua e a escrita grega e latina, pois a base de estudo eram os textos da Antiguidade Clássica. Isto porque os humanistas pretendiam revitalizar o cristianismo por meio das ideias dos clássicos.

¹⁴⁰ BURCKHARDT, Jacob. **A civilização da Renascença Italiana**. 1.ed.Lisboa: Presença, 1968, p.111. Este autor destaca o Renascimento desenvolvido na Itália dos demais países europeus como o mais sofisticado e pioneiro. Vai além, ao atribuir ao país peninsular a condição de locomotiva do movimento.

¹⁴¹ Para alguns, o Renascimento não reflete um período histórico, mas um espírito novo surgido na Itália que teve início com a obra *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, no início do século XIV.

Etimologicamente, e segundo Pedro dalle Nogare¹⁴², Humanismo vem de *humanitas* ciceroniano¹⁴³, que significa o estudo dos clássicos antigos. Renascimento, de seu turno, significa o renascer da cultura, cuja expressão maior foi o desenvolvimento da arte e da ciência. O termo foi escolhido pelos próprios que dele participaram como uma forma de distingui-lo de outros movimentos que o precederam. Prossegue Pedro dalle Nogare explicando que o Humanismo significou o estudo dos clássicos durante os séculos XIV e XV, cuja vinculação com o Renascimento, não obstante tratar-se de esferas distintas, era inseparável.

Jacob Burckhardt, no entanto, acreditava que mesmo sem a influência greco-romana, o Renascimento seria possível na Itália, pois a península do século XII e seguinte estava repleta de grandes inteligências, ingredientes suficientes para impingir o desacordar intelectual da época. Todavia, o autor reconhece:

Mas não é menos verdadeiro que tudo o que vimos ou teremos de considerar aqui leva mais ou menos o cunho do mundo antigo e que as pegadas da Antiguidade se encontram sempre à superfície senão no próprio fundo das coisas [...] A aliança das duas épocas da vida intelectual dum mesmo povo, épocas separadas por longos anos, aparece como o produto dum trabalho perfeitamente independente e, por consequência, legítimo e fecundo.¹⁴⁴

Destarte reconhecemos que desde o Império Romano a cultura grega sempre exerceu uma forte influência sobre os povos durante a Idade Média. Sua riqueza nos diversos aspectos da vida (intelectual, artístico, literário e cultural) de tão imponente seria impossível não ser percebida mesmo na Itália do Renascimento. Sucede que, nesta sociedade o pensar clássico tomou novos rumos e intensidades, que resultaram na valorização do homem, agora como um objeto direto de especulações. O teocentrismo que marcou a Idade Média foi substituído pelo antropocentrismo.

O Renascimento almejava o retorno ao estilo de vida clássico que marcou Grécia e Roma, ideal que se manifestava nas pinturas e esculturas¹⁴⁵,

¹⁴² NOGARE, Pedro dalle. **Humanismos e anti-humanismos**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p.56.

¹⁴³ Cujo significado é erudição e cultura.

¹⁴⁴ BURCKHARDT, Jacob. **A civilização da Renascença Italiana**. 1.ed.Lisboa: Presença, 1968, p.141.

¹⁴⁵ Segundo Claudio de Cicco, ainda que pesem as ponderações de Jacob Burckhardt, muitas das obras dos renascentistas seguiam um estilo rígido quanto à imitação dos clássicos. Para provar sua afirmação, cita o afresco *O juízo final*, de Michelangelo, no qual Jesus é representado sob a forma de um atleta

mas não apenas. Foi uma fase de grandes conquistas e descobertas. Na cultura citamos Michelangelo Buonarroti, Sandro Botticelli, Veronese, Fra Angelico, Leonardo da Vinci e Nicolau Maquiavel. Na ciência, mencionamos Galileu Galilei e Johann Gutenberg.

Estas descobertas foram o embrião da ciência moderna e inculcaram no homem a sensação de ser ele o criador de seu próprio destino que utilizava da natureza para as suas realizações pessoais.

Foram marcantes o significativo crescimento, a pujança econômica e o aumento de oportunidades, ou seja, nascia um campo fértil para pensar novas formas de exploração econômico-financeira que tornavam o homem mais participativo em seu meio sem depender do Estado ou dos assuntos de interesse deste.

Tornou-se imperioso desenvolver uma engenharia jurídica para criar companhias de grande porte e separar a responsabilidade dos sócios em relação à sociedade¹⁴⁶, instituto que permitiu a circum-navegação, um empreendimento impossível sem distinguir a responsabilidade entre os envolvidos e a sociedade que compunham, invariavelmente voltada a negócios de grande risco.

Passou-se a acreditar que este novo estilo, lastreado na ciência, na difusão do comércio e no conhecimento possibilitaria uma sociedade mais feliz e próspera, perdendo o Estado a sua importância.

olímpico, muito semelhante ao semideus Hércules (CICCO, Claudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p.137.)

¹⁴⁶ Para Nicholas Murray Butler, citado por Alexandre Couto Silva em *Responsabilidade dos administradores de S.A.*, a importância do surgimento do instituto da separação judicial supera à da descoberta da máquina a vapor e da eletricidade.

7 A VIDA E A OBRA DE GIOVANNI PICO DELLA MIRANDOLA

7.1 A vida de Giovanni Pico della Mirandola

A caminhada de Giovanni Pico della Mirandola foi reduzida a uma biografia escrita após sua morte por seu sobrinho, Gianfrancesco¹⁴⁷. Posteriormente, vida e obras passaram a ser objeto de interesse de vários intelectuais de diversas partes do mundo.

Giovanni Pico della Mirandola, nascido em Mirandola, na Itália, em 24 de fevereiro de 1463, é originário de uma família importante e antiga da região de Mirandola, que viveu durante os primeiros séculos depois de Cristo. No entanto, foi somente em 1311 que sua família ganhou notoriedade, quando Francesco, um dos seus membros, em troca dos serviços prestados ao Imperador Henrique VII, obteve um feudo.

Seu pai, Giovanni Francesco (1415-1467), Lorde de Mirandola e Conde de Concórdia, assim como os demais nobres, esteve na guerra a serviço dos reis. A constante ausência do pai aproximou Giovanni Pico della Mirandola de sua mãe, Giulia dei Boiardo, reconhecidamente mais culta e gentil.

Desde cedo os mais próximos profetizavam que Giovanni Pico della Mirandola não tinha vocação às armas como frequentemente era praticado em sua família, mas aos estudos, visto que era conhecido por levar um estilo de vida monástico, como um religioso.

Até a sua morte, a mãe de Pico della Mirandola era quem planejava o futuro do filho. Foi ela quem decidiu mandar seu filho a Bologna para estudar Direito Canônico, na esperança de vê-lo seguir a vida eclesiástica. Giulia temia que seu filho ingressasse na carreira militar como era a tradição em sua família, e muito trabalhou para mantê-lo longe do ambiente belicoso. Giovanni recorda quando, com apenas 10 anos, sua mãe, cheia de orgulho, entregou-lhe uma capa vermelha utilizada pelo clero.

Posteriormente, sem a ascendência de sua mãe, Giovanni Pico della Mirandola escolheu se inscrever na faculdade de filosofia em Ferrara, à

¹⁴⁷ Em abril de 1491, um ano antes de morrer, Giovanni cede a Gianfrancesco seus bens e a terça parte do principado por 30 mil ducados de ouro.

época denominada faculdade de arte, local onde também estudou a língua grega. Giovanni trata Ferrara como sua segunda pátria considerando-a até mais que Firenze. Os motivos dessa predileção eram a proximidade com sua cidade natal, o fato de ter sido a sede de seus primeiros estudos literários e a estima que o príncipe de Ferrara, Ercole D'Este, nutria pelo jovem.

Graças ao estudo da língua grega, Giovanni Pico della Mirandola pode se aprofundar nos estudos humanistas, abstraindo-se dos estudos em astronomia e medicina. Na cidade, frequentava círculos de intelectuais e como tal era tratado e reconhecido. Nutria paixão pela pesquisa e pelos debates, e invariavelmente era marcado pela rapidez com que expunha suas opiniões, algumas inclusive sem a prudência necessária.

Após quinze meses, com 18 anos, Giovanni Pico della Mirandola viajou à Padova para aprofundar seus estudos em filosofia, onde permaneceu por dois anos, até 1482. Neste novo círculo padovaneses Aristóteles era tratado como *o padre de todos os filósofos*, e Averróis “o seu mais confiável comentador”; Platão era considerado “o mais nobre dos antigos filósofos, mas de linguagem imprecisa e muita rica em metáfora”.

Neste ambiente, como tantos outros pensadores de sua época¹⁴⁸, estudou Aristóteles e Platão – estes dois nas diversas interpretações que cada filósofo lhe atribuía – Averróis, hebraico e retórica. Dedicou-se também à cabala¹⁴⁹, movimento intelectual de *gnose hebraica* que tinha influência neoplatônica. Por esta última, Giovanni Pico della Mirandola se entusiasmou pois acreditou que seu texto mais notável, *O Zohar*, fosse não somente parecido com os textos cristãos, mas uma preciosa chave para desvendar os mistérios religiosos.

Durante a vida, buscou harmonizar os pensamentos entre Platão e Aristóteles¹⁵⁰, ideal que será perseguido por todos os anos de sua vida. Para o filósofo, esta conciliação entre estes dois grandes pensadores significa identificá-los enquanto se concordam. Sempre trabalhou não no sentido de,

¹⁴⁸ Nicoletto Vernia, aristotélico e amigo de Giovanni Pico della Mirandola, defende que a fé cristã na imortalidade da alma não pode estar fundada em argumentos filosóficos. (BROCCHIERI, Maria Teresa Fumagalli Beonio. **Pico della Mirandola**. 1.ed. Bari-Itália: Laterza, 2011, p.12).

¹⁴⁹ O contato com a cabala aconteceu por meio dos hebreus Elias de Medigo e Flávio Mitriades.

¹⁵⁰ Boécio, da mesma forma, não via qualquer contradição entre Platão e Aristóteles, mas percebia haver harmonia entre ambos. (SAVIAN FILHO, Juvenal. **Metafísica do ser em Boécio**. São Paulo: Loyola, 2008, p.69).

evidenciando e enaltecendo os acertos de um, criticar e diminuir o outro por seus equívocos, mas uni-los de modo a completar um ao outro.

Dois anos antes do projeto de apresentação das suas 900 teses, em 6 de dezembro de 1494, numa carta enviada a Ermolao Barbaro, distinguiu a substância dos textos platônicos e aristotélicos do aparente significado das palavras. Este assunto – a reconciliação dos dois filósofos gregos – foi novamente abordado em sua obra *De ente et uno*.

Em Firenze, encontrou-se com personagens importantes, como Lorenzo, “o magnífico”¹⁵¹, e Girolamo Savonarola¹⁵². Nesta fase, seguindo a escola dos dois cosmos – uma correspondente ao mundo e o outro ao homem, uma analogia ensinada desde o século XII – já escrevia reconhecendo que o homem é um pequeno mundo e o mundo é um grande homem conforme manifestou Leonardo da Vinci:

Se l'omo há in sé l'osso che è l'armadura, il mondo há in sé i sassi sostenitori della terra. Se l'omo há in sé il laco del sangue dove cresce e discesce il polmone nel respiro, il corpo della terra ha il suo Oceano mare, il quale cresce e discesce ogni sei ore com il respiro del mondo.¹⁵³

Na primeira fase do Humanismo fiorentino, os protagonistas desta cultura foram chanceleres da República e homens do governo. Por mais de meio século Firenze estudou e se inspirou em Aristóteles. Suas obras *Ética a Nicômaco* e *Política* foram traduzidas por ordem de Médici.

Para tanto, nomeia Marsilio Ficino que traduzirá aproximadamente 36 obras. Os momentos prósperos da história, notadamente do Renascimento italiano, surgem de fenômenos deste tipo: do encontro entre poder – a família Médici – e cultura. Três séculos antes, por exemplo, em Andalusia muçulmana, o califa Abu Ya'qub Yusuf (aqui representando o poder) incumbiu Averroè (personalizando a cultura) de traduzir e comentar Aristóteles.

¹⁵¹ Lourenço de Médici, ou Lourenço o Magnífico, viveu na República Florentina no período do Renascimento, século XV. Foi diplomata, político e mecenas. Ajudou a manter a paz, ainda que por pouco tempo, entre os diversos Estados Italianos.

¹⁵² Padre Dominicano que viveu no século XV, em Florença; criticou severamente a Igreja durante o papado de Alexandre VI. Foi condenado à morte por heresia em 25 de maio 1498.

¹⁵³ Em tradução livre: “Se o homem tem dentro de si o osso, que é a armadura, o mundo tem em si as pedras que são as que seguram a Terra. Se o homem tem em si a lagoa de sangue onde cresce e diminui o pulmão no respiro, o corpo da terra tem o seu mar oceano que cresce e diminui a cada seis horas com o respiro do mundo.”

Enquanto realizava este exaustivo trabalho, chegava a Firenze o monge Leonardo da Pistoia trazendo consigo uma cópia do *Corpus Hermeticum*, uma obra de Hermes Trimegisto¹⁵⁴. A importância desta cópia fez com que Marsilio Ficino recebesse a ordem de suspender as traduções de Platão para dedicar-se exclusivamente aos estudos e à tradução desta nova obra. Hermes, então, tornou-se um mito.

Os homens deste tempo veneravam com maior intensidade as palavras dos pensadores antigos, pois acreditavam que assim estariam mais próximos da fonte e da verdade divina¹⁵⁵.

Marsilio Ficino, depois dos estudos decorrentes das obras que traduziu a pedido de Cosimo de Médici, concluiu que Platão foi influenciado por Hermes por meio de Pitágoras.

Todavia, a importância e os ensinamentos de Platão continuam acesos na mente dos pensadores renascentistas. Marsilio o indicará como um profeta, chamando-o de *Moisés que fala grego*¹⁵⁶.

Transcorridos três séculos da tradução do *Corpus Hermeticum*, o mito Hermes foi dissolvido. Issac Casaubon¹⁵⁷ demonstrou que os textos continham escritos de diversos autores pertencentes à cultura grega oriental, que viveram muito tempo depois de Platão, entre os séculos II e III d.C.

Giovanni Pico della Mirandola e Ficino tornaram-se muito próximos. Ambos tinham interesses análogos e preocupações idênticas. As semelhanças e diferenças entre ambos também foi objeto de estudo. Em agosto de 1494, portanto poucos meses antes da morte de Giovanni Pico della Mirandola, Ficino ainda rejeitava esta confrontação entre os dois pensadores.

Giovanni Pico della Mirandola, assim como Leonardo da Vinci, desejava ir a Firenze. Esta cidade tornou-se uma espécie de capital da

¹⁵⁴ Hermes de Trimegisto, também conhecido como “Hermes, o três vezes grande”, foi o autor dos textos denominados *Corpus Hermeticum* escrito no Egito entre os anos 100 e 300 d.C. Neles, Hermes narra o seu contato com *nous*, espécie de divindade, e traz ensinamentos sobre filosofia, arte, ciência e religião. Ficou conhecido como hermetismo, que consiste no estudo da evolução da consciência humana até a divina. Giordano Bruno e Marsilio Ficino foram os responsáveis por trazerem o teor destes textos ao conhecimento dos intelectuais de sua época durante o Renascimento fiorentino.

¹⁵⁵ O Renascimento reflete um sentimento de retorno e necessidade de se resgatar os clássicos em sua forma original, corrigindo as distorções promovidas pela Idade Média.

¹⁵⁶ BROCCIERI, Maria Teresa Fumagalli Beonio. **Pico della Mirandola**. 1.ed. Bari-Itália: laterza, 2011, p.25.

¹⁵⁷ Nasceu em Genebra, em 1559, e morreu em Londres, em 1614. Protestante e humanista, foi considerado o mais importante estudioso helenista do seu tempo.

península cujo prestígio foi conquistado graças a sua capacidade de criativas elaborações e formação humana.

Girolamo Savonarola pregava a bíblia e a filosofia Aristotélica de Santo Tomás de Aquino. O curioso e atento Giovanni Pico della Mirandola já o havia apreciado em uma disputa escolástica no capitólio da ordem domenicana em 1482, em Reggio Emília. Em razão de ter frequentado em Padova e Pavia o curso de filosofia da escola Aristotélica, nutria pelo padre Girolamo – instruído na escola Aristotélica e na doutrina de Tomás de Aquino – um interesse vivo e autêntico, talvez já prevendo o quanto aquele douto homem, austero e duro seria importante em sua vida. Ambos amavam os livros e em reuniões no Convento de São Marco, em Firenze, discutiam questões religiosas e filosóficas.

No entanto, a formação de ambos era diferente. Para o padre, a filosofia de Aristóteles estava ainda atrelada a Platão e reportava-se à pobreza enquanto para Giovanni Pico della Mirandola a filosofia aristotélica era útil na busca pela verdade. Ele também considerava o mundo um todo unitário e vivo por onde corriam sentimentos e força que se apertavam numa harmonia ativa. Para o padre, o mundo era dominado pela vontade divina e regulado por leis decifráveis pelas razões, esta doada por Deus aos homens.

Diante das diversas interpretações extraídas das escrituras, Giovanni Pico della Mirandola aprofundou suas investigações sobre a cabala, que aos seus olhos assumiu uma importância ainda maior como meio de interpretá-las. Também a utiliza como um método de solução da antítese entre a religião e a filosofia. Durante os anos de 1488 e 1489, esteve imerso em estudos bíblicos, analisando e defendendo a versão de Girolamo Savonarola e a tradução grega dos salmos. Além disso, sustentou que os verdadeiros eréticos eram aqueles que cultuavam a astrologia, cara ao Humanismo em gênero, que sob a aparência de uma ciência nada fez além de manter uma vida pagã e a superstição em sua forma mais mortificante ao espírito humano, vinculado ao determinismo astral.

O filósofo italiano não era capaz de gozar uma vida calma e serena voltada à literatura humanista e distante da atmosfera pulsante da ação. Convenceu-se a abandonar a contemplação porque bradava em si o espírito

rebelde¹⁵⁸ que não podia aquietar-se nas disputas acadêmicas. Fazia da cultura a sua arma em combate e sentia necessidade de resolver questões vitais e difundir suas soluções.

A maturidade atenuou seu ímpeto jovem e acentuou sua visão mística. Concebia a vida como um caminho a Deus e contra a doutrina da Igreja romana proclamou a libertação de pensamento.

Este ardor impetuoso, segundo os estudiosos de sua biografia, foi o que lhe impediu de tornar-se um grande filósofo. Hoje é criticado por transformar em religião suas descobertas filosóficas. É, portanto, reconhecido como um grande defensor da religião, sempre preocupado em preservá-la de ataques e devaneios interpretativos.

Em 1492, ano em que Lorenzo “o magnífico”, faleceu, Giovanni Picco della Mirandola mudou-se para Ferrara, mas manteve suas viagens a Florença, momento em que reencontrou Girolamo Savonarola, monge dominicano que exercia grande influência política, mas era um desafeto da família Médici. Era anti-humanista e avesso ao Renascimento. Giovanni Pico della Mirandola tornou-se monge, afastou-se da cabala, dos textos e de sua herança para seguir os ensinamentos de Girolamo Savonarola.

Giovanni Pico della Mirandola morreu em 1494, na cidade de Florença. O motivo ainda é um mistério. Alguns dizem que foi envenenado¹⁵⁹ pela secretária que não aceitava sua amizade com Girolamo Savonarola. Outros afirmam que o fora pelo sucessor de Lorenzo, Piero de Médici.

7.2 A cabala

A cabala¹⁶⁰ (em hebraico significa “recepção”) exerceu sobre o jovem filósofo uma forte influência. Nela, ele vislumbrou a melhor maneira de interpretar as escrituras. Foi um dos primeiros cristãos a se debruçar sobre esta filosofia, utilizando-a como um método de solução da antítese entre a

¹⁵⁸ Alguns estudiosos, não se sabe se corretamente ou precipitadamente, descrevem a seguinte antítese, traduzida livremente: “Entre o espírito claro, firme, intransigente de Savonarola e aquele confuso, audaz e indisciplinado de Pico.” (GARIN, Eugenio. **Giovanni Pico Della Mirandola**. Vita e dottrina. 5.ed. Firenze: Istituto Nazionale di Studi Sul Rinascimento, 2011, p.43).

¹⁵⁹ Tal qual a maioria das mortes criminosas do Renascimento: veneno, punhal e cetro.

¹⁶⁰ O termo “cabala” é grafado de diversos modos a depender do sentido empregado, ou da região na qual é empregada: Qabbala, Kabala, Kabalah. A cabala escrita com “C” é a cristã, e foi assim redigida para distinguir da Kabala judaica.

religião e a filosofia, e maneira de converter os judeus ao cristianismo. Em razão disso, consideramos necessário tecer alguns breves comentários sobre os seus fundamentos.

A cabala é uma filosofia esotérica que tem como objetivo conhecer Deus e o Universo. Acredita-se que cada letra, palavra, número e acento da escritura esconde um sentido que poderá ser desvendado ou resolvido por meio dos métodos a serem ensinados por ela própria.

Os cabalistas acreditam não ser possível expressar a verdade por meio de palavras, pois elas carregam e exprimem somente os sentidos e o intelecto humano. Sucede que a Torá foi reduzida a escrito, portanto, seu teor deve conter a verdade divina. A forma de decifrá-la é ir além da simples leitura das palavras. Com efeito, uma tentativa de desvendar estes mistérios é o fato de que na língua hebraica cada letra corresponde a um algarismo, de modo a ser possível calcular o valor numérico de cada palavra e aproximar palavras do mesmo valor. Assim, seria possível uma constatação de atualização do sentido da Torá até então desconhecido. Segundo a mística Judaica, segundo um rabino anônimo, tudo estaria interligado, do mais alto ao mais baixo, do mais rarefeito ao mais denso. A separação, ou a falta de ligação é a causa de desordem.

Sua origem antecede a tradução dos textos neoplatônicos que se encontravam em Constantinopla na época do reinado do sultão Otomano Maomé II, e posteriormente trazidos à Europa. Acredita o judaísmo que sobre o monte Sinai Moisés recebeu de Deus a lei escrita (Torá), seus comentários e a lei oral (Talmude). Esta transmissão, que em hebraico significa *gabbala*, seria o último conjunto de ensinamentos da origem da filosofia.

Somente após o século II d.C. é que os comentários esotéricos foram reduzidos a escritos, pois até então acreditava-se que a escrita engessaria o conhecimento. Atribui-se ao rabino Shimon Bar Yochai¹⁶¹, da escola de Jâmnia, a reunião dos relatos num manuscrito secreto, o Sefer há-zohar, ou livro do Esplendor, que somente veio a conhecimento público no século XIII pelas mãos de Moisés de Leon, cabalista de origem espanhola, que redigiu a obra em aramaico em 23 volumes. Esta coleção passou a ser utilizada pelos cabalistas como uma forma de desvendar os segredos da Torá.

¹⁶¹ Rabino e cabalista do século II d.C; considerado um sábio da história judaica.

O aumento do interesse pelo estudo destes textos e do desejo de melhor entender a doutrina cristã sob um enfoque mais místico do que comumente era verificado fomentou o uso da cabala neste trabalho de reinterpretação.

A cabala cristã¹⁶² surgida no final do século XV e no apogeu da Renascença, já então na posse das traduções dos textos neoplatônicos, buscou conciliar o cristianismo e alguns aspectos da sabedoria oculta judaica, utilizando o emprego da cabala tanto no estudo daqueles textos quanto no Novo Testamento. O conhecimento das escrituras, do Antigo e do Novo Testamento por meio dos métodos cabalistas judeus era uma tentativa de demonstrar que o estudo da cabala judaica possuía fortes argumentos favoráveis ao cristianismo.

Os temas de maior interesse e aprofundamento filosófico trazidos pela cabala foram de ordem metafísica, como os diversos nomes de Deus, a hierarquia dos seres angelicais, as razões da queda do homem e o porquê do universo e do seu funcionamento. Acreditavam os cabalistas que a correta pronúncia do nome de Deus seria capaz de modificar a realidade. Esta magia, para os renascentistas, significava a força do universo, crença esta que, dentre outros, levou à condenação de Giovanni Pico della Mirandola pelo Papa por heresia.

O jovem filósofo pretendia criar uma doutrina capaz de desvendar que para todas as religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo) havia um único Deus.

O assunto, de tão instigante, fez carreira após a prematura morte do filósofo italiano aos 31 anos. Johann Reuchlin (1456-1522) foi um dos que deu prosseguimento à cristianização da cabala. Jacob Boehme (1575-1624), sapateiro em Goerlitz, escreveu uma obra sobre o paralelismo existente entre o cristianismo místico e os ensinamentos da cabala judaica abordando assuntos sob o enfoque judaico-cristão como a natureza do pecado, do mal e da redenção. Além disso, ressaltou a importância do livre arbítrio como o maior dom concedido por Deus à humanidade, pois permitia a opção pela graça divina sem a perda da individualidade do homem.

¹⁶² Também conhecido como cabala renascentista.

Interessante mencionarmos que após Giovanni Pico della Mirandola, muitos dos que iniciaram este processo de cristianização da cabala eram judeus convertidos, portanto, profundo conhecedores do judaísmo e aptos a acreditar e vislumbrar a interpretação buscada. Talvez por este motivo muitas obras cristãs apresentem ainda hoje um significativo conteúdo judaico.

7.3 O humanismo em Giovanni Pico della Mirandola

O jovem filósofo, assim como o Humanismo, situou o homem em posição de destaque na natureza, depositando nele uma fração de tudo o quanto foi criado por Deus, o que fez sua natureza indeterminada. Isto lhe permite, por meio de escolhas advindas de sua liberdade, ascender aos céus como anjos, ou pender ao inferno como figuras inferiores, utilizando como ponto de partida o meio entre o céu e a terra.

Este entendimento inédito para a época expôs a magnitude e a importância da liberdade do homem. A grandiosidade das suas escolhas, que podem transformá-lo em qualquer criatura, não encontra barreiras.

Com efeito, Giovanni Pico della Mirandola rompeu com a cultura subserviente ao idealismo de Platão, encampado por Santo Agostinho em sua tentativa de fundamentar o cristianismo desde a Antiguidade. Talvez involuntariamente tenha se afastado de qualquer definição do perfil humano relativa às suas habilidades, capacidades ou aptidões. Aceitou, então, a possibilidade de mudança de rumos segundo a vontade do homem, isto porque em sua essência foi por Deus nele introduzido de tudo um pouco e, sob este prisma, nada lhe era impossível, tornando todos iguais. Desconstruiu também a pirâmide social idealizada por Platão ao permitir que o guardião viesse a ser um governante, que o trabalhador passasse a ser guardião e que o governante se tornasse um trabalhador.

A sua natureza indeterminada, característica atribuída por Deus, lhe permitiria desenvolver virtudes inexistentes ou pouco trabalhadas, possibilitando na sociedade o exercício de qualquer ofício ou função, tornando-o melhor ou pior segundo as suas escolhas. Também lhe franqueia, uma vez iniciado em determinada atividade, a possibilidade de alterar o rumo no curso da caminhada, passando a exercer um outro ofício.

Quanto ao Estado, podemos extrair da doutrina que nada poderia fazer senão estimular e respeitar o pleno exercício do livre arbítrio contrariando, assim, o projeto platônico de ideal de República no qual a criança era filha da comunidade e pelo Estado tutelada.

A possibilidade de o homem transitar entre as diversas esferas sociais somente seria possível em razão do exercício da liberdade e do livre arbítrio, já suscitadas pelo cristianismo, e novamente exaltados em Giovanni Pico della Mirandola¹⁶³. Quem estuda sua biografia atribui esta característica à formação intelectual e cultural de sua época, e não a uma simples retórica de redação. Maria Teresa Fumagalli¹⁶⁴ expõe neste sentido:

D'altra parte non va dimenticato che la "biografia costituisce il luogo ideale per verificare il carattere interstiziale della libertà a disposizione degli agenti individuali oltre che per osservare il modo in cui funzionano concretamente i sistemi normativi mai esenti da contraddizioni" (G. Levi). Nel caso di Giovanni Pico questo aspetto ha un particolare rilievo dal momento che il nostro filosofo è colui che nella *Oratio de Dignitate hominis* la più esplicita ed esaltante dichiarazione della libertà umana come qualità essenziale dell'uomo, segno emergente della sua natura, attributo costitutivo del suo essere e del suo destino [...] Libertà dunque come spazio interstiziale ma anche come condizione ineliminabile del mondo degli uomini studiato dagli storici.

7.4 Sua *Oratio*

Giovanni Pico della Mirandola viveu um momento crucial e penoso em razão da pontifícia proibição da discussão de suas 900 teses e por sua condenação pelo Papa¹⁶⁵, fato bastante grave para a época. A suspeita eclesiástica sobre o jovem filósofo fundava-se em sua temerária curiosidade sobre a cabala e a magia, além da sua arrogância intelectual considerando a sua pouca idade – tinha apenas 23 anos – que, segundo os juízes, o conduzia à heresia. A condenação também se lastreava por ser aristotélico-averroista numa época em que triunfava o platonismo, consequência do seu estilo

¹⁶³ Jacob Boehme (1575-1624), profundo conhecedor da cabala, exalta o livre arbítrio como o maior dom que Deus poderia ter concedido à humanidade, pois lhe permite a opção pela graça Divina sem que o homem perca sua individualidade.

¹⁶⁴ BROCCIERI, Maria Teresa Fumagalli Beonio. **Pico della Mirandola**. 1.ed. Bari-Itália: Laterza, 2011, p.VIII.

¹⁶⁵ Acredita-se que a real motivação para punir Giovanni Pico della Mirandola não eram as 13 teses, mas sim, atingir Lorenzo de Médici, a quem o Papa não nutria afeição.

parisiense em meio a *concinnitas*¹⁶⁶ das gramáticas, pois na realidade, ele era adversário daquele Humanismo em nome do verdadeiro Humanismo. Para Giovanni Pico della Mirandola somente por meio de uma interpretação alegórica e cabalística seria possível conciliar a escritura e a filosofia¹⁶⁷. Assim, as teses foram uma tentativa de harmonizar a religião e a filosofia, o catolicismo e a cabala, Aristóteles e Platão.

Os 16 oficiais eclesiásticos do Papa Inocêncio VIII¹⁶⁸ analisaram as teses, selecionaram 13 consideradas heréticas integralmente ou em parte, e por elas o condenaram. Em sua apologia¹⁶⁹, dentre os diversos argumentos apresentados, talvez o mais interessante tenha sido aquele em que defendeu a liberdade de expressão, a maneira livre de apresentar questões de modo diverso do estilo rigoroso e rebuscado que prevalecia à época¹⁷⁰. O importante para ele não era a retórica, mas a essência do pensamento e o encontro da verdade. Nele, a realidade estava no topo, a mente no meio, e as palavras na base; o pensamento, mais do que as palavras, é que se aproxima da realidade. Para ilustrar sua afirmação, utilizava a bíblia como exemplo, ao esclarecer que o texto ali exposto era destituído de elegância.

No prefácio das 900 teses, expôs o filósofo que “não imitara o esplendor da língua romana, mas, em vez disso, o estilo usado pelos mais célebres debatedores parisienses, já que ele é usado por quase todos os filósofos de nossa época.”

Esta forma parisiense e não humanista de apresentar suas teses foi recebida pela Cúria Romana como um ato de provocação. No entanto,

¹⁶⁶ Termo usado para indicar uma particular atenção à forma e ordem de harmonizar os elementos humanos com regras naturais matemáticas harmônicas. Pode ser também usado na arquitetura e na literatura. Indica, também, uma forma de retórica. No passado, no mundo latino, havia uma acepção diversa, da elegância se é passado à procura, que é novamente incentivada no Renascimento até o Humanismo. Retoricamente *concinnitas* é um estilo elegante, caracterizado, gramaticalmente por períodos longos e complexos e, ao mesmo tempo, equilibrado e harmônico graças à correspondência simétrica matemático.

¹⁶⁷ GARIN, Eugenio. **Giovanni Pico Della Mirandola**. Vita e dottrina. 5.ed. Firenze: Istituto Nazionale di Studi Sul Rinascimento, 2011, p.87-88.

¹⁶⁸ Interessante mencionar que um destes membros de nome Johannes Cordier, teólogo e futuro reitor da Universidade de Paris, ajudou Giovanni Pico della Mirandola a fugir da condenação para a França. No entanto, foi preso durante a viagem.

¹⁶⁹ A defesa, de fato reafirmava o teor das teses.

¹⁷⁰ Este argumento – o da escrita simples e não rebuscada – já havia sido empregada por nosso filósofo na carta em resposta a Bárbaro no ano de 1485, que era conhecido como possuidor de um estilo nítido e elegante. Em sua resposta, Giovanni Pico della Mirandola, em favor dos escolásticos defende que a essência dos pensamentos se sobrepõe a qualquer estilo literário, pensamento este que valoriza a filosofia em detrimento da retórica.

demonstrava a coerência do jovem filósofo com suas convicções¹⁷¹, notadamente a da liberdade do homem que, certamente, deveria se expressar em todos os meandros da vida, dentre eles a escrita.

Pouco antes da sua morte, quando passava alguns dias em Ferrara no ano de 1492, recebeu a notícia de que o Papa Alessandro VI, aquele que o condenou, fora sucedido por Inocêncio VIII. Este, rapidamente, em 16 de agosto, encaminhou uma petição – cujo conteúdo foi formalizado em junho de 1493 – absolvendo-o.

Sobre a antropologia, é reconhecida a existência de duas teorias que se sucederam durante a Idade Média até a propagação do pensamento de Giovanni Pico della Mirandola. A primeira, ocorrida no final do século XIV, exaltava um estilo de vida contemplativo sobre a rotina na cidade. A segunda surgiu a partir da descoberta dos clássicos da Antiguidade, com a tradução das obras de Platão, trazendo novamente a importância da atuação do homem na urbe. Neste segundo entrava em cena a cultura judaica que, junto à cultura clássica grega fomentou e permitiu uma nova literatura, qual seja, a da exaltação do homem, o que não seria mesmo possível se permanecesse forte tal qual ocorrida na Idade Média, a ideia de pecado e da fé sem razão.

Desde a Grécia dos sofistas já se louvava a figura humana. O ponto marcante entre este período e a Renascença é que no primeiro atribuía-se mais importância à contemplação; no segundo, à ação. O agir é o que possibilita a transformação do mundo propiciada pelas mãos do homem, o que faz dele um ser superior. Este agir é precedido da liberdade, do livre arbítrio¹⁷².

No entanto, não era esta a prerrogativa humana na qual Pico della Mirandola concentrava suas reflexões, pois este tema já vinha sendo tratado desde Boécio. O aspecto essencial estava na possibilidade deste agir alterar a realidade. Ou seja, quanto ao assunto liberdade (ou livre arbítrio) o Renascimento avançou e em Giovanni Pico della Mirandola se transformou num instrumento voltado à obtenção de alguma finalidade, na realização de atos e num estilo de vida ativo, além de encontrar no próprio homem o fim de

¹⁷¹ Em 06 de dezembro de 1494, numa carta a Ermolao Barbaro, Giovanni Pico della Mirandola distinguiu a substância dos textos platônicos e aristotélicos do aparente significado das palavras, tema novamente abordado na obra *De ente et uno*.

¹⁷² A liberdade em Giovanni Pico della Mirandola não significa apenas uma escolha, mas uma opção moral e intelectual responsável, que corresponda aos ensinamentos de Deus, nos elevando até ele ou próximo dele.

sua ação, e não mais a satisfação de interesses alheios, como assuntos da cidade.

A crítica ao cristianismo consistiu, sob forte influência de Tomás de Aquino, na ruptura da fé irracional para a racional que prevalecerá nos séculos seguintes.

Conforme descrevemos, o jovem filósofo italiano era um profundo conhecedor da filosofia grega clássica, do pensamento cristão, judeu, árabe, da metafísica e da antropologia, além da religião e da magia. Todo este conhecimento, aliado à influência platônica fez Giovanni Pico della Mirandola conciliar a filosofia grega clássica e o cristianismo. Conhecia também diversas línguas (latim, grego e francês) – o que lhe permitiu estudar os filósofos gregos no idioma original – e utilizá-las na elaboração do discurso e das suas teses. Em diversas passagens de sua vida sustentou que a verdade ou a essência das coisas deveria prevalecer sobre o verbo ou a palavra, tese já esposada por Aristóteles. Também adotou o critério da dialética para expressar e reforçar as suas convicções. Ou seja, após firmar um ponto de vista trazia, em seguida, argumentos de autoridades de filósofos respeitáveis para chancelar seu pensamento sobre determinado assunto. Assim também procedeu nas teses.

A dialética empregada na obra consistia em retirar das palavras de grandes pensadores interpretações que transcendiam o seu significado literal, trazendo uma nova posição, até então desconhecida. Assim o fez, tal qual Santo Agostinho e Tomás de Aquino, para confirmar os preceitos do cristianismo e de suas particulares opiniões, num verdadeiro sincretismo.

Com esta metodologia, Giovanni Pico della Mirandola sustentou na *Oratio* dois temas que conversam entre si: a indeterminação da condição humana e o livre arbítrio. Quanto ao primeiro, não poderia o homem ser reduzido a apenas uma de suas propriedades. Detentor de todas em sua origem, lhe seria facultado escolher aquilo que quisesse exercer. Quanto ao segundo, o livre arbítrio ou liberdade, princípio inerente do homem, deveria ser exercido moral e racionalmente segundo os dogmas cristãos¹⁷³. Estaria em

¹⁷³ A ela se reporta Giovanni Pico della Mirandola em sua obra: “Ó suma liberdade de deus pai, ó suma e admirável felicidade do homem! Ao qual é concedido obter o que deseja, ser aquilo que quer.” Deste trecho extraímos que no homem está inserido a natureza divina e a natureza humana. (PICCO DELLA MIRANDOLA, Giovanni, 1463-1494. **Discurso sobre a dignidade do homem**. 6.ed. (Textos filosóficos;

perigo o homem que procedesse a escolhas erradas, em torno de instância inferior, corrupta e libertinária. Ou seja, não seria propriamente a liberdade que moveria o homem, mas a sua capacidade intelectual e moral. A liberdade seria um mero instrumento de exercício destas capacidades, conforme descreveu em trecho de sua *Oratio*:

Desdenhemos das coisas da terra, desprezemos as astrais e, abandonando tudo o que é terreno, voemos para a sede supramundana, próximo da sumidade da divindade. Ali, como narram os sagrados mistérios, Serafins, Querubins e Tronos ocupam os primeiros lugares; deles também nós emulemos a dignidade e a glória, incapazes agora de recuar e não suportando o segundo lugar. E se quisermos, não seremos em nada inferior a eles.

Defendia ainda que o criador havia inserido o homem na posição intermediária entre ele e suas criaturas, entre o mundo celeste e o mundo animal, entre dois tempos: a eternidade e a finitude. Nesta condição, ele possuía plena liberdade de optar o que pretendia ser: se algo mais próximo do criador ou algo inferior.

Não te dei, ó Adão, nem um lugar determinado, nem um aspecto próprio, nem alguma prerrogativa tua, para que aquele lugar, aquele aspecto, aquelas prerrogativas que desejares, tudo conforme teu voto e teu conselho, obtenhas e conserves. A natureza limitada dos outros está contida dentro de leis prescritas por mim. Tu a determinarás, sem ser estrangido por barreira alguma, conforme teu arbítrio, em cujo poder te entreguei. Eu te coloquei no meio do mundo, para que de lá tu melhor pudesses contemplar tudo o que está no mundo. Não te fiz nem celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, para que de ti mesmo, quase como livre e soberano artífice, te plasmasses e te esculpisses na forma que tivesses escolhido. Poderás degenerar nas coisas inferiores que são os brutos; poderás, conforme teu querer, regenerar-se nas coisas superiores que são divinas.

Segundo ele, de pouca valia será o livre arbítrio ao ignorante, imoral ou amoral, pois dela fará mal uso, descendo ao fundo da terra, lugar de provações e sofrimentos. Assim, se nos valermos da ciência moral, na dialética como forma de clarificar a razão, do amor ao conhecimento das coisas divinas, a contemplação da verdade com a purificação da alma nos elevará ao Pai.

Mas ensinar-nos-á mediante um símbolo que existem escadas que sobem do fundo da terra até o cume dos céus, distintas numa longa série de degraus, no alto dos quais está sentado o Senhor, enquanto os anjos contemplantes por elas sobem e descem, alternando-se, cada um por sua vez; e se é nosso dever fazer a mesma coisa, imitando a vida dos anjos, pergunto, quem ousará tocar as escadas do Senhor ou com pé impuro ou com mãos por lavar? Ao impuro, segundo os mistérios, é-lhe vedado tocar aquilo que é puro.

A qualidade das nossas escolhas é representada por aquilo que almejamos nos transformar. Como um fervoroso cristão, Giovanni Pico della Mirandola prega a necessidade de não nos satisfazermos com bens materiais nem com a felicidade fugaz, pois somente assim nossa liberdade estará sendo bem exercida e a verdadeira paz alcançada.

[...] gozaremos a paz desejada, a santíssima paz, a indissolúvel união, a amizade concorde pela qual todas as almas não só se acordam numa única Mente que está acima de cada mente, mas também de uma maneira inefável se fundem num só. Esta é a amizade que os Pitagóricos dizem ser o fim de toda a filosofia, esta é a paz que Deus põe em ato nos seus céus, que os anjos descendo aos céus anunciaram aos homens de boa vontade [...]

Para alguns, seu discurso reflete um dos primeiros manifestos sobre a liberdade humana, conferindo ao homem autonomia moral e autodeterminação. Até este período o homem caminhava preso a dogmas religiosos, muitas vezes desvirtuados, visto por Deus como seu instrumento. Neste cenário o fim não é propriamente o homem, pois sua missão é servir ao Deus que o criou. Seu objetivo estava focado no após morte, e sua vida terrena deveria pautar-se neste sentido, limitando a consciência moral.

Em Giovanni Pico della Mirandola, este mesmo homem desperta e se enxerga como sujeito de direitos e reconhece a sua importância no mundo. Deus deixa de ser temido e passa a ser reconhecido como o Pai amoroso.

Para ele, a religião é a da liberdade, e, sendo o homem o criador de seu destino, ele, homem, é, também, o criador de sua própria religião.

Nesse cenário, não haveria problema, tal qual nos gregos, numa vida voltada aos assuntos da urbe. No entanto, dizia o filósofo, deveríamos agir como o fazem os *querubins* caso queiramos nos aproximar de Deus.

A sua obra *Oratio de Hominis Dignitate*, escrita em 1486, curiosamente redigida como uma simples introdução às teses¹⁷⁴ foi além de exaltar a dignidade do homem. Ela aprimorou a antropologia renascentista, significou uma forte crítica ao cristianismo medieval e serviu como base e fundamento ao pensamento moderno acerca da dignidade do homem, tornando-se o principal texto do Humanismo renascentista.

A obra é composta de duas partes: a primeira versa sobre a dignidade do homem, sua natureza, e a necessidade da filosofia como meio para sedimentar estes pontos. A segunda parte justifica a necessidade de existirem diferentes, e por vezes contraditórias posições e escolas filosóficas e religiosas a respeito dos temas mencionados.

A dignidade do homem foi projetada na posição na qual o homem é inserido no centro universo (o que faz dele o ser mais importante do universo depois do criador): entre Deus e os animais. No entanto, não se tratava de um mero espaço físico, pois nele estão envolvidos três temas de grande relevância: a razão, a liberdade humana e o ser.

Somente a razão seria capaz de fazer com que o homem tivesse consciência de sua dimensão e da sua liberdade. No homem foram inseridas as sementes de todos os elementos que compõem o universo, a partilha de todas as propriedades dos outros seres, o que o torna capaz de ser qualquer coisa, fazendo dele um artífice¹⁷⁵ de si mesmo. No homem nascente – diz Giovanni Pico della Mirandola – o Pai colocou sementes e germes de toda e qualquer vida. Com este dom, o homem será o dono do seu destino, ao qual exercerá por meio de opções e escolhas inerentes ao seu livre arbítrio.

Esta dignidade sucedida de liberdade vai muito além de seu aspecto antropológico – ponto marcante do Renascimento – pois, se assim o fosse, nosso filósofo estaria pareado com tantos outros que pensaram o mesmo, notadamente do movimento humanista, cujo cerne foi a valorização do homem. Giovanni Pico della Mirandola ultrapassa esta linha e caminha no

¹⁷⁴ Segundo seu sobrinho Gianfrancesco, autor da biografia de Giovanni Pico della Mirandola, *Oratio* tinha como finalidade responder às críticas daqueles que, antes mesmo da apresentação das teses, já censuravam-no tanto por seu método quanto pela sua pouca idade. (GARIN, Eugenio. **Giovanni Pico Della Mirandola**. Vita e dottrina. 5.ed. Firenze: Istituto Nazionale di Studi Sul Rinascimento, 2011).

¹⁷⁵ Neste ponto, Giovanni Pico della Mirandola se distancia do mito *Demiurgo*, de Platão. Neste mito, Demiurgo é artífice divino que, como um artesão dá forma à matéria do mundo terreno de modo a torná-la próxima do mundo das formas celestes. Para Giovanni, o homem é o Demiurgo de si mesmo.

sentido gnosiológico. Não faria sentido reconhecer no homem a sua importância e mantê-lo passivo diante do mundo que o cerca. A capacidade de investigação, questionamento e mudança deste mesmo mundo, saindo da posição de simples expectador para o de ator principal é o que distingue o jovem filósofo dos demais.

Tem essa doutrina, contudo, o mérito de não se limitar apenas a proclamar vagamente a autonomia moral do homem, como o fazem quase todas as demais, mas sim procurar atingir a própria estrutura essencial da liberdade mesma. Ainda assim, como veremos, partindo de uma liberdade absolutamente subjetiva, caracterizada como puro autofazer-se, sem limite lógico-objetivo algum, pois o seu limite é o seu próprio ato de autodeterminação, esta doutrina chega, na realidade, a um conceito de liberdade que nada mais é do que arbítrio e indeterminação.

A discussão sobre o livre arbítrio sempre apresentou dificuldades de conciliação em cada época da história; na maioria das tentativas, o problema não foi solucionado de forma satisfatória. A primeira dificuldade, marcante na Idade Antiga, era conciliar a liberdade do homem com o universo ou cosmos, ou então da urbe.

Com o Cristianismo a equação mantém-se, mas sob novos contornos, qual seja, o da dogmática. A liberdade cristã era conferida externamente e exercida apenas se cumprido certos requisitos morais. Giovanni Pico della Mirandola rompe com estes grilhões, e assim o faz reconhecendo a existência de uma lei que exsurge do homem enquanto tal, da mesma forma universal e objetiva. Esta lei, não meramente um dever-ser, é dotada de caráter funcional, apta ao exercício da liberdade. Para o filósofo, a escolha fruto do livre arbítrio poderia até mesmo ser imoral ou amoral; estas não mais se mostravam como amarras ao exercício da livre escolha.

Giovanni Pico della Mirandola nos remete ao mito do Protágoras, de Platão. Nele, os deuses incumbiram Epimeteu e seu irmão Prometeu de organizar e atribuir a cada raça mortal, inclusive a humana, as capacidades que as distinguissem, garantissem a sua vida e o equilíbrio entre as espécies. Epimeteu se voluntariou a fazê-lo e assim iniciou, atribuindo a cada espécie as qualidades necessárias para a sua sobrevivência. No entanto, ao final do seu trabalho, sem mais qualidades a distribuir, percebeu ter se esquecido de

qualificar a raça humana. Prometeu, sem mais tempo, e para não deixar o homem desabrigado retira a sabedoria artística de Hefesto e Atena, junto com o fogo¹⁷⁶ e os entrega ao homem. Assim o homem passaria a compartilhar da herança divina. Posteriormente, Zeus ordenou a Hermes que levasse aos homens respeito e justiça a permitir que convivessem em sociedade.

O homem, com todas estas qualidades e poderes, se aproximava dos deuses sem, no entanto, tornar-se um deles – o fogo, símbolo dos espíritos, e as artes, símbolo da capacidade de transformação do mundo. Por isso o homem é o único dos seres a reconhecer os deuses e levantar altares em sua homenagem.

No mito do Protágoras, ao homem não é conferido uma determinada natureza, conforme verificamos nos demais seres, pois ele possui todos os dons anteriormente distribuídos, podendo tornar-se aquilo que bem entender. Importante mencionarmos que na doutrina elaborada por Pico della Mirandola o saber não é o responsável ou essencial para o exercício da capacidade de mudança do homem, mas sim o seu livre arbítrio. No entanto, o saber ditará os rumos do homem: se para o bem ou para o mal. Aqui, o jovem filósofo alertou que o saber deveria ser utilizado sempre para o alcance do bem, aspirando aos mais altos valores espirituais. A capacidade de autodeterminação capaz de aproximá-lo de Deus nunca representará o próprio criador, mas sua semelhança e, como tal, será imperfeito.

Esta indeterminação ôntica, afirma Sante Pignagnoli¹⁷⁷, funciona como um pré-reflexivo que será determinado somente a partir da ação. Nesta época, o agir humano estará em alta. Foi este agir que contribuiu para as grandes descobertas em diversas áreas, tornando o homem mais autoconfiante, fazendo-o acreditar que sem sua participação, por mais religioso que pudesse ser não haveria que se falar em melhorias ou sucesso. Testemunhando os feitos humanos, como a circum-navegação, acreditou o homem em seu potencial e, a partir de então, iniciou a lenta migração do

¹⁷⁶ Por esta imprudência, qual seja, o roubo do fogo, Krátos afirma que os deuses se equivocaram ao chamá-lo de *Pro-metheus*, pois não soube ele “calcular antes” as consequências de seu ato. (Ésquilo, *Prometeu acorrentado*, vv. 85-87) Isto, porque, na composição deste nome o prefixo “pro”, “antes”, sucedido por uma variação a partir do substantivo *mêtis*, “medida”, juntas significam “conhecimento exato”.

¹⁷⁷ MIRANDOLA, Giovanni Pico della. **La dignità dell'uomo**. Introdução: Fabio Sante Pignagnoli. 2.ed. Bolonha: Patros, 1970, p.36.

religioso para o racional. É no agir que o homem experimenta e põe em prática a plenitude de sua liberdade.

Ao exercitar a razão para definir o que pretendia se tornar, o homem deveria praticar o que Giovanni Pico della Mirandola chamava boa magia, conhecimento da natureza e dos seus segredos. Assim atuando, estaria fazendo um bom uso dos seus dotes, limitando-os no sentido querido por Deus. Este conhecimento foi o precursor das ciências moderna e contemporânea¹⁷⁸.

Sempre coerente com a sua proposta, Giovanni Pico della Mirandola refutou qualquer hipótese ou teoria astrológica ou oculta que pudesse determinar o comportamento e o agir humano. O motivo de ressaltarmos este ponto é o fato de que nesta época existia uma forte corrente sustentada por nomes como Marsilio Ficino e Cesare Vasoli que defendia a influência dos astros nos homens. Segundo os postulados astrológicos, desde a Antiguidade acreditava-se que o planeta Marte causaria o impulso agressivo, a competitividade, o calor corporal em estado de atividade física ou febril, o desejo de conquista, de ataque ou defesa, influenciando intensamente no psicológico e no inconsciente humano, causando nele condutas pouco usuais ou acentuando aquelas que se alinhavam com as causadas pelo planeta¹⁷⁹.

Giovanni Pico della Mirandola, em que pese a tese contrária, acreditava que todas as correntes filosóficas e religiosas defendiam e cultuavam o mesmo Deus. Assim defendeu Eugenio Garin, estudioso do jovem filósofo. Não obstante a diversidade de posicionamentos, prevalecia a busca da verdade, considerada inacessível ao plano humano. Como existe apenas uma verdade, não seria mesmo possível, ao final, haver conclusões discrepantes.

A filosofia, na *Oratio*, foi tratada por Giovanni Pico della Mirandola como um elemento indispensável à evolução do homem. Seguindo a lógica do seu raciocínio, notadamente sobre a liberdade humana, afastou-se o homem do mundo hierárquico celestial platônico, que consistia no elementar, no celestial e no angélico. De fato, detentor do poder de transformações, tentar inseri-lo no grau hierárquico seria inútil ante a possibilidade de, a qualquer

¹⁷⁸ MIRANDOLA, Giovanni Pico della. **La dignità dell'uomo**. Introdução: Fabio Sante Pignagnoli. 2.ed. Bolonha: Patros, 1970, p.XXV.

¹⁷⁹ Santo Alberto Magno, que viveu no século XIII d.C., e foi mestre de Santo Tomás de Aquino, defendia que as estrelas não poderiam influenciar a alma humana, mas intercediam no corpo e na vontade.

momento e, segundo a sua vontade, migrar para outro ou mesmo postar-se fora da pirâmide.

As andanças pela pirâmide ou fora dela pressupunham necessariamente o manuseio do bem ou do mal. Deste trabalho impregnado de escolhas, responderá por sua obra e exurgirá a cobrança divina pelos erros e acertos. O mal comumente está ligado à ignorância e à ausência de valores enquanto o bem, à vontade livre e racional. Portanto, arremata Giovanni Pico della Mirandola, digno o filósofo será pelo seu espírito questionador na busca da verdade. Para tanto deverá ele sustentar um estilo de vida frugal, considerando importante não ostentar adulações, bens materiais ou títulos, mas o labor intelectual desinteressado na busca do saber.

Podemos comparar o trabalho de Giovanni Pico della Mirandola a um rascunho ou projeto das legislações vindouras que nos séculos seguintes que foram implantadas em diversos países ocidentais. Seu pensamento ajudou a delinear o princípio da dignidade e de liberdade adotados pela humanidade, notadamente nos séculos XIX e XX.

Quando de sua obra, o que parecia algo similar ao já dito e pensado por outros, se mostrará como uma semente que germinará rapidamente e muito contribuirá à formação histórica dos direitos humanos.

Ma se formalmente questa posiozione pó apparire affine, se non identica, al comune sincretismo, implica, in verità una sintesi nuova, che vuol essere risolvimento di teorie contrastanti.¹⁸⁰

A concepção de dignidade do homem que hoje conhecemos e adotamos teve a participação da religião, da filosofia e da ciência¹⁸¹. A religião de maior peso foi a cristã, visto que, mesmo reconhecendo a brevidade da vida humana a coloca, dentre todas as criaturas, no acme. No entanto, lhe confere poderes sobre todos, como os peixes, as aves, as feras e os répteis¹⁸². A

¹⁸⁰ GARIN, Eugenio. **Giovanni Pico Della Mirandola Vita e Dottrina**. Firenze: Istituto Nazionale di Studi Sul Rinascimento, 2011, p.75.

¹⁸¹ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. VII.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p.13.

¹⁸² Gênesis 1, 26: Disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão."

simples prerrogativa de nomeá-los garante ao homem o domínio na forma assinalada¹⁸³.

A importância científica conferida à dignidade do homem veio com a teoria darwiniana do processo evolutivo da espécie humana, tornando-o capaz de alterar o cenário que o cerca.

A igualdade entre os homens teria se iniciado entre os séculos VIII e II a.C., também denominado de período axial, mas foi com a lei escrita que a igualdade passou, de fato, a ser reconhecida e aplicada. Na citação de Konder Comparato¹⁸⁴:

Na democracia ateniense, a autoridade ou força moral das leis escritas suplantou, desde logo, a soberania de um indivíduo ou de um grupo ou classe social, soberania esta tida doravante como ofensiva ao sentimento de liberdade do cidadão. Para os atenienses, a lei escrita é o grande antídoto contra o arbítrio governamental, pois, como escreveu Eurípedes na peça *As Suplicantes* (versos 434-437), “uma vez escrita as leis, o fraco e o rico gozam de um direito igual; o fraco pode responder ao insulto do forte, e o pequeno, caso esteja com a razão, vencer o grande”.

Não podemos deixar de mencionar a fundamental importância que o cristianismo teve na questão da igualdade. Ao tratar do fato de que todos são filhos de Deus e irmãos entre si, não fez distinção entre classe social, religião ou localidade. Desde então, várias foram as interpretações resultantes deste postulado, indo da plena e total submissão, marcada pela contemplação e observação, até a posição ativa e de reconhecimento da importância da condição humana.

O *Bill of Rights*, promulgado na Inglaterra um século antes da Revolução Francesa, talvez tenha sido o primeiro grande passo no caminho da formalização, por meio de legislação, de limites à atuação do Estado em benefício do indivíduo. Ele foi o ocaso da monarquia absoluta, delineando a divisão de poderes. Com ele o papel do Parlamento foi fortalecido e sua

¹⁸³ “Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo o animal do campo, e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome.” (Gênesis, 2,19)

¹⁸⁴ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. VII.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p.13.

¹⁸⁴ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. VII.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p.25.

competência aumentada. Ampliou-se a instituição do júri, criou-se o direito de petição e a proibição de aplicar penas cruéis.

Posteriormente veio a Revolução Francesa no ano de 1789. Este movimento, que exaltou e consagrou como lema os princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade, rapidamente aboliu a conhecida pirâmide social, bem como de todos os privilégios dela decorrentes. No entanto, percebeu-se que o intuito da revolução não era tanto consagrar a liberdade do homem, mas sim, suprimir desigualdades. No entanto, não se nega a importância da revolução para o fortalecimento dos direitos do homem. Neste movimento foram extintos as servidões feudais, a emancipação dos judeus e o tráfico de escravos nas colônias, dentre outras medidas que tornaram o homem mais igualitário.

Durante a revolução, a pirâmide social estava dissolvida. Os estamentos representados pelo clero e pela nobreza perderam a sua colocação em nome da igualdade, pois a eles era atribuída a opressão sofrida pelo humilde e a restrição à liberdade econômica dos burgueses. De qualquer forma, e sem nos aprofundarmos neste momento histórico, o resultado do movimento revolucionário, ao enaltecer a liberdade e a igualdade do indivíduo, desvinculando-o de qualquer peia político-social, alargou os caminhos para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista e, conseqüentemente, o fortalecimento da classe burguesa. Nesse sentido são os comentários de Fábio Konder Comparato¹⁸⁵:

Já em 1819, aliás, Benjamin Constant, na famosa conferência pronunciada no *Ateneu Real* de Paris, mostrara como os gregos e romanos tinham da liberdade uma concepção diametralmente oposta à que inspirara a Revolução Francesa. Para eles, a verdadeira liberdade só existia na esfera política [...]. O ideal burguês, que ele denominou "liberdade moderna", é, ao contrário, o de uma liberdade inteiramente privada, com o repúdio a toda interferência estatal na vida de família ou na vida profissional. Como mostrou profeticamente Tocqueville alguns anos mais tarde, esse privatismo exacerbado podia dar ensejo não a um encolhimento do poder estatal, mas, bem ao contrário, à instauração de um novo autoritarismo político, combinado com o liberalismo privatista na sociedade civil [...] a civilização burguesa e o sistema econômico capitalista não teriam prosperado tão vivamente, a partir do século XIX se o direito revolucionário não tivesse criado as instituições que lhe serviram de fundamento.

¹⁸⁵ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. VII.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p.160.

As declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão trazidas na Constituição francesa aprovada em 03 de setembro de 1791, posteriormente alterada sucessivas vezes, são de inegável importância histórica, tanto pelo seu conteúdo quanto pela influência exercida sobre outras nações quando da elaboração de suas próprias Constituições.

Em junho de 1948, a Comissão de Direitos Humanos concluiu o que seria a primeira etapa (num total de três): a elaboração do projeto de uma Declaração Universal de Direitos Humanos. A segunda, consistente na elaboração mais concreta e pontual foi representada pela aprovação de dois pactos no ano de 1966. O primeiro relativo a civis e políticos; o segundo a direitos econômicos, sociais e culturais. Apenas a terceira e última etapa, consistente na criação de mecanismos hábeis a garantir universalmente o respeito a todos estes direitos é que aguarda conclusão, existindo, por ora, uma tímida possibilidade de reclamação dirigida à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

A influência das atrocidades cometidas durante as duas Grandes Guerras, notadamente a Segunda Guerra Mundial, contribuiu ou foi determinante para a aprovação da Declaração, mesmo tendo os países comunistas¹⁸⁶, a Arábia Saudita e a África do Sul se absterido de votar.

Diversos outros documentos correlatos sobre o assunto foram redigidos, como a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, celebrada em Roma em 4 de janeiro de 1950; a Convenção Americana de Direitos Humanos, aprovada em 22 de novembro 1969 na Conferência de São José da Costa Rica, cujo teor, em sua maior parte, reproduz a declaração de direitos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos, em Nairóbi, no Quênia, em junho de 1981 afirma que os povos, assim como os indivíduos, são titulares de direitos humanos tanto na esfera nacional quanto internacional. O que existia até então era o direito à autodeterminação dos povos, assim reconhecido nos pactos internacionais de 1966. Esses direitos consistem na livre disposição de sua riqueza e de recursos naturais, no desenvolvimento, na paz e segurança, e na preservação de um meio ambiente sadio.

¹⁸⁶ União Soviética, Ucrânia e Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia.

Todos estes movimentos históricos, direta ou indiretamente refletiram na valorização e no delineamento das futuras legislações acerca da dignidade do homem. No Brasil, ela aparece expressamente no primeiro artigo da Magna Carta, como fundamento da República. Está também mencionada no art. 226, §7º, e art. 227, ambos do mesmo diploma, no capítulo destinado à família, criança, adolescente, jovem e idoso.

Atualmente, na legislação pátria, a dignidade da pessoa humana foi alçada ao grau de princípio constitucional. Outras garantias constitucionais, como a isonomia e a liberdade são vistas por muitos como instrumentos para a garantia e concretização da dignidade.

A dignidade nasce com o indivíduo independentemente de qualquer termo ou condição pela sua simples condição de ser. Nas palavras de Chaves de Camargo,¹⁸⁷

Pessoa humana, pela condição natural de ser, com sua intelegência e possibilidade de exercício de sua liberdade, se destaca na natureza e se diferencia do ser irracional. Estas características expressam um valor e fazem do homem não mais um mero existir, pois este domínio sobre a própria vida, sua superação, é a raiz da dignidade humana. Assim toda pessoa humana, pelo simples fato de existir, independentemente de sua situação social, traz na sua superioridade racional a dignidade de todo ser. Não admite discriminação, quer em razão do nascimento, da raça, inteligência, saúde mental, ou crença religiosa.

Rizzatto Nunes¹⁸⁸ pondera ainda que o princípio da dignidade humana “é um verdadeiro supraprincípio constitucional que ilumina todos os demais princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais.” Conclui afirmando que este princípio deve ser observado nos atos dos juristas, como interpretação, aplicação ou criação de normas jurídicas.

A dignidade fundamenta diversas legislações especiais, como o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O art.4º, do Código de Defesa do Consumidor prevê como objetivo da Política Nacional das Relações de Consumo atender às necessidades dos

¹⁸⁷ Chaves de Camargo apud NUNES, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana** – doutrina e jurisprudência. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p.63-64.

¹⁸⁸ NUNES, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana** – doutrina e jurisprudência. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p.65.

consumidores e o respeito à sua dignidade. A dignidade, como se observa, está inserida em diversas situações reguladas por leis especiais, além de ter sua previsão como um princípio na Constituição Federal de 1988.

8 CONCLUSÃO

A sociedade vem alcançando um grau de liberdade que, no início lhe propiciou grandes e importantes movimentos sociais, políticos e científicos que se revelaram benéficos à evolução humana, ao menos em épocas específicas ao longo de sua história.

Na Grécia antiga, o homem livre não possuía a mesma conotação daquela que hoje conhecemos e vivenciamos, pois limitado aos assuntos de interesse da coletividade (da cidade) e ao chefe de família que, no lar, era considerado o soberano.

A mudança de rumo só foi possível a partir do cristianismo e da valorização do homem, ao fazer da liberdade não apenas uma mera contemplação conforme constatamos na Grécia clássica, mas uma ação voltada a realizar feitos artístico-culturais e científicos, época conhecida como Renascimento e Humanismo, na qual o potencial humano foi estimulado e resultou no individualismo.

A queda dos Estados gregos e a expansão do Império Romano marcaram o surgimento de diversas doutrinas filosóficas como o sofismo, o epicurismo e o estoicismo em substituição à difundida na *polis*. Nesta ordem, o homem passou a ser o centro das atenções, a medida de todas as coisas; depois um microcosmo ou uma parcela do *logos*. Como consequência, uma nova concepção de liberdade foi delineada, mas sempre regrada, limitada por princípios como a virtude, a ética e a sabedoria.

A liberdade foi elevada à condição de livre arbítrio e passou a ser concebida como algo inerente ao homem, subjetivo, sem relação com a sua condição social ou política. Esta transposição ficou mais visível na Idade Média a partir da patrística. Segundo Hanna Arendt¹⁸⁹, o problema da liberdade consiste na última das grandes questões metafísicas tradicionais a tornar-se tema de investigações filosóficas. Segundo ela, a liberdade como um atributo da vontade e do pensamento, como livre arbítrio, surge primeiramente com o apóstolo Paulo e, depois, com Santo Agostinho.

¹⁸⁹ ARENDT, Hannah. 1972, p.191

Esta nova concepção de homem que, nas palavras de Giovanni Pico della Mirandola, é artífice de seu próprio futuro, torna-se mais confiante e racional, distanciando-o lentamente dos temores impostos pela Igreja. Esta postura propicia a evolução do comércio como uma forma de sustento e de crescimento pessoal. Surge, então, a burguesia, classe social inexistente até o momento, mas que deterá o capital e mudará o rumo da história.

A expansão da atividade burguesa (comercial) antes limitada entre regiões, ganha corpo com as Cruzadas e o comércio com as índias e mundo árabe. O contato com as especiarias e outros artigos até então desconhecidos do ocidente amplia o comércio entre o ocidente e o oriente, fortalecendo ainda mais a classe burguesa.

O sistema feudal não mais servia para o novo quadro que se apresentava. A fragmentação político-financeira dos diversos feudos tornou-se um problema para a manutenção e a expansão dos negócios mercantis. O sistema vigente despendia para a sua manutenção grandes quantias. Cada feudo possuía seus impostos, moeda, medidas e sistema jurídico que, invariavelmente não coincidiam com os demais a sua volta. Era necessário mudar para tornar viável a mercancia que a esta altura já atingia mais de um continente.

Com efeito, sem título de nobre a burguesia não conseguiria galgar os patamares sociais exigidos para impor as mudanças necessárias. Para tanto, viu no rei o sucesso de seus planos. Com sua fortuna, a burguesia patrocinou o exército sob o comando do monarca, fortalecendo-o, e trabalhou para nele concentrar todo o poder política, enfraquecendo, desta forma, os senhores feudais que, a esta altura se mostravam muito debilitados e sem condições de oferecer resistência.

Este poder centralizado nas mãos do monarca, agora fortalecido, foi a base da unificação política, financeira, jurídica e territorial. A moeda passa a ser única, investe-se em estradas, as leis passam a ser uniformes dentre daquele novo território, agora Estado, com um único ou poucos julgadores, garantindo maior segurança jurídica.

As mudanças não se limitaram à formação dos Estados, exércitos, legislação e centralização de poder. Era necessário, ainda, fortalecer no homem sua concepção de autônomo e independente, de modo a torná-lo empreendedor, questionador, investigador, ideia tímida que ganhará corpo com o humanismo.

Estes novos ideais exigem maior racionalismo, novas teses capazes de tirar o homem do ostracismo e de uma posição submissa frente aos dogmas da Igreja. No entanto, este novo ideal devia ser sutil, sem despertar a fúria da Igreja que poderia interpretá-lo como herege. O humanismo surge como um movimento financiado pela burguesia, alguns dos seus integrantes chamados de mecenas.

O homem liberta-se lentamente das amarras dos dogmas cristãos. Assume um caminhar independente de Deus. Acreditando dono de seu destino, e como a maior criação de Deus, não vê limites em seu agir. As novas descobertas científicas fortalecem este sentimento de domínio e de poder.

Este novo caminhar humano enfraquece a higidez da pirâmide social e tira pouco a pouco o brilho da nobreza que, agora, convive com uma nova classe senão igual, de superior poder.

Dentro deste fervor social surge Giovanni Pico della Mirandola. Protegido por um desses mecenas, e de comportamento um tanto ousado característico de seu tempo, leva o ideal humanista ao seu apogeu por meio de um discurso que eleva a dignidade, fazendo do homem não somente um ser, dotado de livre arbítrio, mas algo mais, capaz de delinear seu futuro segundo sua vontade e convicções, e independente de Deus e dos seus ensinamentos, subordinando o homem a si próprio. Mesmo que as consequências de suas escolhas fossem trágicas, como a descida ao inferno, ainda assim permanecia dono de seu futuro.

Deus perde em importância, enfraquecendo a Igreja que, em alguns aspectos se posiciona contrariamente às atividades exercidas pelos burgueses, como o empréstimo a juros e a obtenção do máximo lucro no comércio.

Filhos de burgueses estudaram e passam a assessorar reis e a integrar as universidades, difundindo ainda mais o movimento humanista, fortalecendo a figura humana em todos os seus aspectos, tornando-se um polo irradiador deste novo e crescente ideal, a ponto de criar as bases para o humanismo religioso (reforma protestante), para o humanismo político (revolução francesa) e para o humanismo social (facilidade do proletariado chegar à classe média).

Pode-se sugerir que a dignidade do homem, que teve seu apogeu em Giovanni Pico della Mirandola, foi fruto de uma manobra burguesa que, ciosa pelo poder, patrocinou alguns filósofos para estudar profundamente esta nova doutrina de modo a buscar um fundamento para a liberdade quase absoluta do indivíduo, na qual os fins justificam os meios, o contrato deve ser respeitado acima de qualquer coisa – pois fruto da manifestação de vontade –, olvidando-se que esta manifestação em muitos casos está viciada por ausência de opção da parte mais fraca em contratar ou não contratar.

A liberdade e o livre arbítrio passaram a ser algo sagrado, intocável até mesmo a Deus, desvirtuando-a de seu fim religioso, um recurso para se alcançar um fim. Atacá-lo ou tentar limitá-lo era afrontar a dignidade humana, impedir que o homem seguisse seu destino.

O tema objeto da *Oratio* inspirou e foi tratado, ao longo da história, em diversas legislações e locais do mundo. No Brasil, foi inserida logo no art.1º da Magna Carta, que elenca os fundamentos da República Federativa do Brasil. Conceituar dignidade ainda hoje não é tarefa fácil ante a envergadura e abstração de seu significado.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Tomás de. **A prudência**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ARIÈS, Philippe. **Histórias da vida privada**. v. 2. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. 3.ed. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2009.
- _____. **A Política**.
- ASSIS, Olney Queiroz. **O estoicismo e o direito**. 1.ed. São Paulo: Lumen, 2002.
- BÍBLIA. Paulo. Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios. Cap. III, v.8.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de filosofia do direito**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- Boécio. **Contra Êutiques e Nestório**, 2005.
- BROCCHIERI, Maria Teresa Fumagalli Beonio. **Pico della Mirandola**. 1.ed. Bari-Itália: Laterza, 2011.
- BURCKHARDT, Jacob. **A civilização da Renascença Italiana**. 1.ed. Lisboa: Presença, 1968.
- CICCO, Claudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. VII ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- DOUGHERTY, Michelle Ruggaber. **Pico della Mirandola**. São Paulo: Madras, 2011.
- EBGI, Raphael. **Pico della Mirandola Dell'Ente e dell'Uno**. Milano: Bompiani Testi a Fronte, 2011.
- FORNACIARI, Paolo Edoardo. **Giovanni Pico della Mirandola**. Milano: Mimesis Edizioni, 2009.

- GARIN, Eugenio. **Giovanni Pico della Mirandola**. Vita e doutrina. 5.ed. Firenze: Istituto Nazionale di Studi Sul Rinascimento, 2011.
- GUTHRIE, Willian Keith Chambers. **Os sofistas**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- HADOT, Pierre. Les niveaux de conscience dans les états mystiques selon Plotin. **Journal de Psychologie**, n. 2-3, 1980.
- JAEGER, Werner. **A formação do homem grego**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MANETTI, Ianotti. **De dignitate et excellentia hominis**. 2.ed. Antenore: Padova. Editado por Elizabeth R. Leonard, 1975.
- MORAES. **Epicuro: as luzes da ética**, 1998.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A filosofia na idade trágica dos gregos**. 4.ed. Tradução: Maria Inês Madeira de Andrade. Lisboa: Edições 70, 1987.
- NUNES, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana** – doutrina e jurisprudência. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- NOGARE, Pedro dalle. **Humanismos e anti-humanismos**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PAVIANI, Luiz Carlos Bombassaro Jayme. **As fontes do humanismo latino**. v. 1. 1.ed. Porto Alegre: EDI PUCRS, 2003.
- PICCO DELLA MIRANDOLA, Giovanni, 1463-1494. **Discurso sobre a dignidade do homem**. 6.ed. (Textos filosóficos; 25). Título original: Oratio de Hominis Dignitate. Portugal: Edições 70, LDA. Introdução: Maria de Lourdes Sirgado Ganho e Luís Loia. Tradução: Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Edição bilíngue. janeiro, 2011.
- _____. **La dignità dell'uomo**. Introdução: Fabio Sante Pignagnoli. 2.ed. Bolonha: Patros, 1970.
- PLATÃO. **Fedro**. 3.ed. Tradução: Carlos Alberto Nunes, Belém: EDUFPA, 2007.
- _____. **A República**. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- REALE, Miguel. **Horizontes do direito e da história**. 3.ed. 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SAVIAN FILHO, Juvenal. **Metafísica do ser em Boécio**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2008.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. **Tratado sobre as justas causas da guerra contra os índios.**

SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos.** 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

ABNT NBR 6027: 2012 – Informação e documentação – Informação e documentação – Sumário – Apresentação

ABNT NBR 14724:2011 – Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação

ABNT NBR 15287: 2011 – Informação e documentação – Projetos de pesquisa – apresentação

ABNT NBR 6034: 2005 – Informação e documentação – Índice – Apresentação

ABNT NBR 12225: 2004 – Informação e documentação – Lombada – Apresentação

ABNT NBR 6024: 2003 – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação

ABNT NBR 6028: 2003 – Informação e documentação – Resumo – Apresentação

ABNT NBR 10520: 2002 – Informação e documentação – citações em documentos – Apresentação

ABNT NBR 6023: 2002 – Informação e documentação – Referências – Elaboração

ANEXO 1

Discurso de Giovanni Pico Conde de Concórdia (Oratio Ioannis Picci Mirandulani Concordiae Comititis)¹

Li nos escritos dos Árabes, venerandos Padres, que, interrogado Abdala Sarraceno sobre qual fosse a seus olhos o espetáculo mais maravilhoso neste cenário do mundo, tinha respondido que nada via de mais admirável do que o homem. Com esta sentença concorda aquela famosa de Hermes: “Grande milagre, ó Asclépio, é o homem.”

Ora, enquanto meditava acerca do significado destas afirmações, não me satisfaziam de todo as múltiplas razões que são aduzidas habitualmente por minutos a propósito da grandeza da natureza humana: ser o homem vínculo das criaturas, familiar com as superiores, soberano das inferiores; pela agudeza dos sentidos, pelo poder indagador da razão e pela luz do intelecto, ser intérprete da natureza; intermédio entre o tempo e a eternidade e, como dizem os Persas, cópula, portanto, himeneu do mundo e, segundo atestou David, em pouco inferior aos anjos. Grandes coisas estas, sem dúvida, mas não as mais importantes, isto é, não tais que consintam a reivindicação do privilégio de uma admiração ilimitada. Porque, de facto, não deveremos nós admirar mais os anjos e os beatíssimos corpos celestes?

Finalmente, pareceu-me ter compreendido por que razão é o homem o mais feliz de todos os seres animados e digno, por isso, de toda a admiração, e qual enfim a condição que lhe coube em sorte na ordem universal, invejável não só pelas bestas, mas também pelos astros e até pelos espíritos supramundanos. Coisa inacreditável e maravilhosa. E como não? Já que precisamente por isso o homem é dito e considerado justamente um grande milagre e um ser animado, sem dúvida digno de ser admirado.

Mas, escutai, ó Padres, qual é essa condição de grandeza e, com a vossa liberalidade, prestai um ouvido benigno e tolerante a este meu discurso.

Já o Sumo Pai, Deus arquitecto, tinha construído segundo leis de arcana sabedoria este lugar do mundo como nós o vemos, augustíssimo tempo da divindade. Tinha embelezado a zona superceleste com inteligências, avivados globos etéreos com almas eternas, povoado com uma multidão de animais de toda a espécie as partes vis e fermentantes do mundo inferior. Mas, consumada a obra, o Artífice desejava que houvesse alguém capaz de compreender a razão de uma obra tão grande, que amasse a beleza e admirasse a sua grandeza. Por isso, uma vez tudo realizado, como Moisés e Timeu atestam, pensou por último criar o homem. Dos arquétipos, contudo, não ficara nenhum sobre o qual modelar a nova criatura, nem dos tesouros tinha algum para oferecer em herança ao novo filho, nem dos lugares de todo o mundo restara algum no qual se sentasse este contemplador do universo. Tudo estava já ocupado, tudo tinha sido distribuído nos sumos, nos médios e nos ínfimos graus. Mas não teria sido digno da paterna potência não se superar, como se fosse inábil, na sua última obra, não era próprio da sua sapiência permanecer incerta numa obra necessária, por falta de decisão, nem seria digno do seu benefício amor que quem estava destinado a louvar nos outros a liberalidade divina, fosse constrangido a lamentá-la em si mesmo.

Estabeleceu, portanto, o óptimo artífice que, àquela a quem nada de especificamente próprio podia conceder, fosse comum tudo o que tinha sido dado

¹ PICCO DELLA MIRANDOLA, Giovanni, 1463-1494. **Discurso sobre a dignidade do homem**. 6.ed. (Textos filosóficos; 25). Título original: Oratio de Hominis Dignitate. Portugal: Edições 70, LDA. Introdução: Maria de Lourdes Sirgado Ganho e Luís Loia. Tradução: Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Edição bilingue. janeiro, 2011, p.51-117. (Para esta pesquisa, optamos por transcrever exclusivamente o texto original, desconsiderando observações e comentários dos tradutores da obra).

parcelarmente aos outros. Assim, tomou o homem como obra de natureza indefinida e, colocando-o no meio do mundo, falou-lhe deste modo: “Ó Adão, não te demos nem um lugar determinado, nem um aspecto que te seja próprio, nem tarefa alguma específica, a fim de que obtenhas e possuas aquele lugar, aquele aspecto, aquela tarefa que tu seguramente desejares, tudo segundo o teu parecer e a tua decisão. A natureza bem definida dos outros seres é refreada por leis por nós prescritas. Tu, pelo contrário, não constrangido por nenhuma limitação, determina-lá-ás para ti, segundo o teu arbítrio, a cujo poder te entreguei. Coloquei-te no meio do mundo para que daí possas olhar melhor tudo o que há no mundo. Não te fizemos celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, a fim de que tu, árbitro e soberano artífice de ti mesmo, te plesmasses e te informasses, na forma que tivesses seguramente escolhido. Poderás degenerar até aos seres que são as bestas, poderás regenerar-te até às realidades superiores que são divinas, por decisão do teu ânimo”.

Ó suma liberalidade de Deus pai, ó suma e admirável felicidade do homem! Ao qual é concedido obter o que deseja, ser aquilo que quer. As bestas, no momento em que nascem, trazem consigo do ventre materno, como diz Lucílio, tudo aquilo que depois terão. Os espíritos superiores ou desde o princípio, ou pouco depois, foram o que serão eternamente. Ao homem nascente o Pai conferiu sementes de toda a espécie e germes de toda a vida, e segundo a maneira de cada um os cultivar assim estes nele crescerão e darão os seus frutos. Se vegetais, tornar-se-á planta. Se sensíveis, será besta. Se racionais, elevar-se-á a animal celeste. Se intelectuais, será anjo e filho de Deus, e se, não contente com a sorte de nenhuma criatura, se recolher no centro da sua unidade, tornado espírito uno com Deus, na solitária caligem do Pai, aquele que foi posto sobre todas as coisas estará sobre todas as coisas.

Quem não admirará este nosso camaleão? Não sem razão Asclépio, ateniense, devido ao aspecto mutável e devido a uma natureza que a si mesma se transforma, disse que nos mistérios era simbolizado por Proteu. Daqui as metamorfoses celebradas pelos Hebreus e pelos Pitagóricos. Até mesmo a mais secreta teologia hebraica, de facto, transforma ora Enoch santo no anjo da divindade, ora outros noutros espíritos divinos. E os Pitagóricos transformam os celerados em bestas e, a acreditar em Empédocles, até mesmo em plantas. Imitando isto, Maomé repetia muitas vezes e com razão: “quem se afasta da lei divina torna-se uma besta”. De facto, não é a casca que faz a planta, mas a sua natureza entorpecida e insensível; não é o couro que faz a jumenta, mas a alma bruta e sensual; nem é a forma circular que faz o céu, mas a recta razão; nem é a separação do corpo que faz o anjo, mas a inteligência espiritual. Por isso, se virmos alguém dedicado ao ventre rastejar por terra como serpente, não é homem o que vê, mas planta; se alguém cego, como Calipso, por vãs miragens da fantasia, seduzido por sensuais engodos, escravo dos sentidos, é uma besta o que vemos, não é um homem. Se é um filósofo que discerne com recta razão todas as coisas, venerá-lo-emos, é animal celeste, não terreno. Se é um puro contemplante, ignaro do corpo, todo embrenhado no âmago da mente, este não é animal terreno, nem mesmo celeste: é um espírito mais elevado, revestido de carne humana. Quem, pois, não admirará o homem? Que não por acaso nos sagrados textos moisaicos e cristãos é chamado ora com o nome de cada ser de carne, ora com o de cada criatura, precisamente porque se forja, modela e transforma a si mesmo segundo o aspecto de cada ser e sua índole segundo a natureza de cada criatura? O persa Evantes, por isso, onde expõe a teoria caldaica, escreve que o homem não possui uma sua específica e nativa imagem, mas muitas estranhas e adventícias. Daí o dito caldaico de que o homem é animal de natureza vária, multiforme e mutável.

Mas com que objetivo recordar tudo isso? Para que compreendamos, a partir do momento em que nascemos na condição de sermos o que quisermos, que o nosso dever é preocuparmo-nos sobretudo com isto: que não se diga de nós que estando em tal honra não nos demos conta de nos termos tornado semelhantes às

bestas e aos estúpidos jumentos de carga. Acerca de nós repita-se, antes, o dito do profeta Asaph: “Sois deuses e todos filhos do Altíssimo”. De tal modo que, abusando da indulgentíssima liberalidade do Pai, não tornemos nociva, em vez de salutar, a livre escolha que ele nos concedeu. Que a nossa alma seja invadida por uma sagrada ambição de não nos contentarmos com as coisas mediócras, mas de anelarmos às mais altas, de nos esforçarmos por atingi-las, com todas as nossas energias, desde o momento em que, querendo-o, isso é possível.

Desdenhamos das coisas da terra, desprezemos as astrais e, abandonando tudo o que é terreno, voemos para a sede supramundana, próximo da sumidade da divindade. Ali, como narram os sagrados mistérios, Serafins, Querubins e Tronos ocupam os primeiros lugares; deles também nós emulemos a dignidade e a glória, incapazes agora de recuar e não suportando o segundo lugar. E se quisermos, não seremos em nada inferiores a eles.

Arde o Serafim no fogo de amor, refulge o Querubim no esplendor da Inteligência, está o Trono na solidez do juízo. Portanto, ainda que dedicados à vida activa, se assumirmos tratar as coisas inferiores com recto discernimento, afirmar-nos-emos com a firmeza dos Tronos. Se libertos das acções, meditando na criação o artífice e no artífice a criação, estaremos imersos na paz da contemplação, resplandeceremos rodeados de querubínica luz. Se ardermos só por amor do artífice daquele fogo que consome todas as coisas, inflamar-nos-emos logo com aspecto seráfico. Sobre o Trono, isto é, acima do justo juiz, está Deus juiz dos séculos. Acima do Querubim, ou seja, sobre o contemplante, voa e quase gerando-o por incubação aquece-o. De facto, o espírito do Senhor move-se sobre as águas, aquelas que estão por cima dos céus e que, como está escrito no livro de Job, louvam o Senhor com hinos antelucanos. O Serafim, isto é, o amante, está em Deus e Deus está nele, e Deus e ele são um só.

Grande é o poder dos Tronos e atingimo-lo com o juízo: suma é a sublimidade dos Serafins e atingi-la-emos com o amor. Mas como pode alguém julgar ou amar o que não conhece? Moisés amou o Deus que viu, e promulgou ao povo, como juiz, aquilo que antes tinha visto na montanha como contemplador. Eis por que no meio o Querubim com a sua luz nos prepara para a chama seráfica e nos ilumina juntamente com o juízo os Tronos. Este é o nó das primeiras mentes, a ordem sapiencial que preside à filosofia contemplativa: isto devemos, primeiro que tudo, emular, investigar e compreender, de modo a sermos arrebatados até aos fastígios do amor e descer em seguida instruídos e preparados para as tarefas da acção. Mas, se a nossa vida deve ser modelada sobre a vida dos Querubins, devemos ter claro, frente aos nossos olhos, em que consiste tal vida, quais as acções e quais as obras deles, este o preço de tal realização. Mas porque isto não podemos atingir, nós que somos carne e que temos o gosto das coisas terrenas, aproximemo-nos dos antigos Padres, os quais nos podem oferecer um seguro e rico testemunho de tais coisas, a eles familiares e congénitas. Perguntemos ao apóstolo Paulo, vaso de eleição, que faziam os exércitos dos Querubins quando foi arrebatado ao terceiro céu. Responder-nos-á, como interpreta Dionísio: purificava-se, eram iluminados e tornavam-se, por fim, perfeitos.

Também nós, portanto, emulando na terra vida querubínica, refreando o ímpeto das paixões com a ciência moral, dissipando a treva da razão com a dialéctica, purifiquemos a alma limpando-a das sujidades da ignorância e do vício para que os afectos não se desencadeiem cegamente nem a razão imprudente alguma vezes delire.

Na alma, portanto, assim recomposta e purificada, difundamos a luz da filosofia natural, levando-a em seguida à perfeição final mediante o conhecimento das coisas divinas.

E para não nos restringirmos aos nossos Padres consultemos o patriarca Jacob, cuja figura resplandece esculpida em sede de glória. O sapientíssimo

patriarca ensinar-nos-á que, se dormia no mundo terreno, velava no reino dos céus. Mas ensinar-nos-á mediante um símbolo (tudo assim se lhes apresentava) que existem escadas que sobem do fundo da terra até ao cume dos céus, distintas numa longa séria de degraus, no alto dos quais está sentado o Senhor, enquanto os anjos contemplantes por elas sobem e descem, alternando-se, cada um por sua vez. E se é nosso dever fazer a mesma coisa, imitando a visa dos anjos, pergunto, quem ousará tocar as escadas do Senhor ou com pé impuro ou com mãos por lavar? Ao impuro, segundo os mistérios, é-lhes vedado tocar aquilo que é puro.

Mas que pés? Que mãos? Sem dúvida, pé da alma é a parte vilíssima com a qual se apoia à matéria e ao solo; o poder que alimenta, fonte de lascívia, mestra de sensual brandura. E mão da alma porque não chamar à irascível que, serva dos apetites, por eles se bate e se lança como um predador sob o pó e o sol, que os devora sofregamente repousando à sombra? Estas mãos, estes pés, isto é, toda a parte sensível onde estão sediadas as seduções corpóreas que, como se diz, têm subjugada a alma, lavemo-los com a filosofia moral, como um vivo rio, para não sermos expulsos daquelas escadas como profanos e imundos.

Mas nem isto será suficiente, se queremos ser companheiros dos anjos que percorrem a escada de Jacob, se primeiro não tivermos sido bem habilitados e instruídos a mover-nos com a ordem de degrau em degrau, sem nunca sairmos da rampa da escada, sem estorvar a um ou a outro o caminho. Quando tivermos conseguido isto com a parte discursiva ou raciocinante, animados então por um espírito querubínico filosofando ao longo dos degraus da escada, isto é, da natureza, e tudo perscrutando do centro e para o centro, ora desceremos dilacerando com força titânica o um nos muitos, como Osíris, ora, recolhendo com força apolínea os muitos no um, como os membros de Osíris, elevar-nos-emos até que por fim no seio do Pai, que está no vértice da escada, repousaremos na felicidade teológica.

E perguntemos ao justo Job, o qual antes de ter sido gerado para a vida fez um pacto com o Deus da vida, que é que o sumo Deus deseja sobretudo, daqueles milhões de anjos que estão na sua presença; ele responderá, certamente: a paz, conforme nele se lê, “Aquele que faz a paz nos céus”. E porque a ordem mediana é, para a inferior, intérprete dos preceitos da ordem superior, que as palavras do teólogo Job sejam para nós ilustradas pelo filósofo Empédocles. Este, como atestam os seus poemas, simboliza com o ódio e com o amor, isto é, com a guerra e com paz, as duas naturezas da nossa alma, a partir das quais somos levados ao céu ou precipitados nos infernos. E ele, naquela luta e discórdia, transtornado como se fosse um louco, lamenta-se por ter sido arrastado para o abismo, para longe dos deuses.

É indubitável, ó Padres, que múltiplas são as discórdias entre nós, temos lutas intestinas graves e piores do que guerras civis, que só a filosofia moral poderá acalmar, se lhes quisermos fugir e se quisermos obter a paz que nos conduza ao alto, de modo a colocar-nos entre os eleitos do Senhor. Mas se antes de tudo o homem que há em nós pedir trégua aos seus inimigos, travará os descompostos tumultos do animal multiforme e o ímpeto, o furor e o assalto do leão. Depois, mais solícitos relativamente ao nosso bem, se desejarmos a segurança de uma paz perpétua, esta virá e coroará abundantemente os nossos votos, e morto um e outro animal, como vítimas imoladas, instituir-se-á um pacto inviolável de santíssima paz entre a carne e o espírito.

A dialética acalmará a razão tumultuosamente mortificada entre os contrastes das palavras e dos silogismos capciosos. A filosofia natural acalmará os conflitos da opinião e os dissídios que atormentam, dividem e dilaceram de modos diversos a alma inquieta, como disse Heráclito, é gerada pela guerra e, por isso, chamada por Homero luta. Nesta, no entanto, não podemos encontrar uma verdadeira calma e paz estável, dom e privilégio da sua senhora, isto é, a santíssima teologia. Esta mostrará o caminho e servir-nos-á de guia; esta, vendo-nos apressados, de longe

gritará: “Vinde a mim, vós que viveis laboriosamente, vinde e eu vos reconfortarei, vinde e dar-vos-ei a paz que o mundo e a natureza não vos podem dar”.

Chamados de um modo tão persuasivo, convidados com tanta benignidade, voando para o abraço da beatíssima mãe, com os pés alados como terrenos Mercúrios, gozaremos a paz desejada, a santíssima paz, a indissolúvel união, a amizade concorde pela qual todos as almas não só se acordam numa única Mente que está acima de cada mente, mas também de uma maneira inefável se fundem num só. Esta é a amizade que os Pitagóricos dizem ser o fim de toda a filosofia, esta é a paz que Deus põe em acto nos seus céus, que os anjos descendo à terra anunciaram aos homens de boa vontade, a fim de que mediante esta também os homens, subindo ao céu, se tornassem anjos. Esta paz desejemo-la aos amigos, desejemo-la ao nosso tempo, invoquemo-la em cada casa em que entremos, invoquemo-la para a nossa alma para que ela se torne morada de Deus, para que, rejeitadas as impurezas com a moral e a dialéctica, se adorne da mais vasta filosofia das portas com a grinalda da teologia, de tal modo que desça sobre ela o Rei da glória, vindo com o Pai, estabeleça nela a sua morada.

E se souber mostrar-se digna de tal hóspede, já que imensa é a sua demência, vestida de ouro, como de veste nupcial, circundada da múltipla variedade dos saberes, acolherá o singular hóspede, não já como hóspede, mas como esposo e, para nunca mais deste se separar, desejará desligar-se da sua gente, e esquecida da casa do pai e até de si mesma, desejará em si morrer para viver no esposo, a cujo conspecto é preciosa a morte dos santos, digo aquela morte, se morte se deve chamar a plenitude de vida, a cuja meditação os sábios chamaram estudo de filosofia.

E invoquemos também Moisés, em pouco inferior àquela inexcedível plenitude de sacrossanta e inefável inteligência, de cujo néctar os anjos se inebriam. Ouviremos o venerando juiz ditar as leis a nós que habitamos na deserta solidão do corpo: os que, ainda impuros, têm a necessidade moral, fiquem com o vulgo fora do tabernáculo, sob o céu descoberto, como os sacerdotes da Tessália, até estarem purificados. Os que já atingiram uma vida recta, acolhidos no santuário, não se aproximem ainda das coisas sacras, mas prestem-lhe primeiro serviço com um noviciado dialéctico, como zelosos levitas da filosofia. Por fim, admitidos também eles, contemplem agora, no sacerdócio da filosofia, ora o multicolor, quer dizer, o sidéreo ornamento do palácio de Deus, ora o candelabro das sete chamas, ora os elementos da pele, até que, acolhidos finalmente no tabernáculo do templo, por mérito da sublimidade teológica, usufruam, retirado totalmente o véu da imagem, da glória de Deus. Isto, sem dúvida, nos ordena Moisés e ordenando aconselha-nos, incita-nos e exorta-nos a preparar, enquanto pudermos, a via para a futura glória dos céus, por meio da filosofia.

Mas não só os mistérios moisaicos ou os cristãos, mas também a teologia dos antigos nos mostra o valor e a dignidade das artes liberais, que estou a discutir. Que outra coisa, de facto, querem significar nos mistérios gregos os graus habituais dos iniciados, admitidos no mistério através de uma purificação obtida com a moral e com a dialéctica, artes que já dissemos serem quase purificadoras? E aquela iniciação que outra coisa pode ser senão a interpretação da mais oculta natureza mediante a filosofia? Finalmente, quando estavam preparados, sobrevinha aquela [...], isto é, a visão das coisas divinas através da luz da teologia.

Quem não desejaria ser iniciado em tais mistérios? Quem é que não deseja, ainda peregrino na terra, mas desprezando tudo o que é terreno e desprezando os bens da fortuna, esquecido do corpo, torna-se comensal dos deuses e dessedentado pelo néctar da eternidade, receber, animal mortal, o dom da imortalidade? Quem não quererá ser inspirado pelo furor socrático, exaltado por Platão no *Fedro*, arrebatado em célere voo para a Jerusalém Celeste, fugindo rapidamente com um bater de asas daqui, isto é, do mundo, reino do demónio? Arrebatá-los-ão, ó Padres, arrebatá-los-ão os furores socráticos, trazendo-nos para fora da mente a tal

ponto que nos coloquemos a nós e à nossa mente em Deus. E por eles certamente seremos arrebatados, se primeiro tivermos realizado tudo quanto está em nós: se, de facto, com a moral forem refreados, dentro dos justos limites, os ímpetos das paixões, de tal modo que se harmonizem reciprocamente com estável acordo, se a razão proceder ordenadamente mediante a dialéctica, inebriar-nos-emos, invocados pelas Musas, com a harmonia celeste. Então Baco, senhor das Musas, mostrando-nos, tornados filósofos, nos seus mistérios, isto é, nos sinais visíveis da natureza, os invisíveis segredos de Deus, inebriar-nos-á com a abundância da casa divina na qual, se formos totalmente fiéis como Moisés, a santíssima teologia, aproximando-se, animar-nos-á com um duplo furor. Sublimados, portanto, no seu excelso observatório, referindo à medida do eterno as coisas que são, que serão e que foram, observando nelas a beleza original, seremos, como vates apolíneos, os amadores alados até que num inefável amor, como invadidos por um estro, postos fora de nós e cheios de Deus como Serafins ardentes, já não seremos mais a nós próprios, mas Aquele mesmo que nos fez.

Os sagrados nomes de Apolo, se alguém perscrutar a fundo o significado e os mistérios encobertos, demonstram suficientemente ser aquele Deus não menos filósofo do que vate, mas tendo já Amónio ilustrado isto copiosamente, não há motivo para que eu trate disso de uma outra maneira. Recordemo-nos, todavia, ó Padres, dos três preceitos délficos, indispensáveis aos que estão para entrar no sacrossanto e augustíssimo templo, não do falso mas do verdadeiro Apolo, que ilumina toda a alma que vem a este mundo; vereis que nada mais reclamam de nós senão que abracemos com todas as forças a tríplice filosofia acerca da qual agora se disputa. De facto, o [...], isto é, nada em excesso, prescreve rectamente a norma e a regra de cada virtude segundo o critério do justo meio, de que trata a moral. E o famoso [...], isto é, conhece-te a ti mesmo, incita e exorta ao conhecimento da natureza na sua totalidade, de que o homem é vínculo e quase síntese. Quem, de facto, se conhece a si mesmo tudo em si conhece, como escreveram primeiro Zoroastro e depois Platão no *Alcibíades*. Finalmente, iluminados por tal conhecimento mediante a filosofia natural, próximos agora de Deus e pronunciando *Ei*, isto é, *tu és*, teológica saudação, chamaremos o verdadeiro Apolo com alegre familiaridade.

Interroguemos também o sapientíssimo Pitágoras, sapiente sobretudo por nunca se ter considerado digno de tal nome. Exortar-nos-á, em primeiro lugar, a não nos sentarmos em cima do alqueire, isto é, não deixemos inactiva a parte racional com a qual a alma tudo mede, julga e examina, mas antes devemos dirigi-la e mantê-la desperta com o exercício e as regras da dialéctica. Indicar-nos-á então duas coisas que acima de tudo devemos evitar: urinarmos voltados para o sol e cortarmos as unhas durante o sacrifício. Só quando tivermos expulso de nós, mediante a moral, os turvos apetites da voluptuosidade e tivermos cortado as garras aduncas da ira, removidos os agulhões da alma, só então começaremos a tomar parte nos sacros mistérios de Baco, dos quais já falávamos e dedicar-nos-emos à contemplação de que o Sol merecidamente é considerado pai e senhor. Aconselhar-nos-á, por fim, a alimentar o galo, isto é, a saciar com sólida alimentação e com a celeste ambrósia das coisas divinas a parte divina da nossa alma. É este o galo cujo aspecto teme e venera o leão, isto é, toda a potência terrena. É este galo, ao qual, segundo Job, foi conferida a inteligência. Com o canto deste galo arrepende-se o homem extraviado. Este é o galo que canta todos os dias de madrugada, quando as estrelas de manhã louvam a Deus. É este o galo que Sócrates, na hora da morte, no momento em que esperava reunir o divino da sua alma à divindade de tudo e já afastado do perigo de qualquer doença corpórea, considerava que devia a Esculápio, isto é, ao médico da alma.

Examinemos também os testemunhos dos Caldeus e, se acreditarmos neles, veremos que são as mesmas artes que abrem aos mortais o caminho da felicidade. Escrevem os intérpretes caldaicos que Zoroastro havia dito ser a alma alada e que, quando lhe caem as asas, se precipita no corpo e volta a voar

para o céu quando lhe tornam a crescer. Tendo-lhe os discípulos perguntado de que modo poderiam tornar a alma apta para o voo com asas bem plumadas, “regai as asas, disse, com a água da vida”. E perguntando-lhe ainda estes como poderiam obter tais águas, respondeu-lhe, segundo o seu costume, com uma parábola: “O paraíso de Deus é banhado e irrigado por quatro rios: a partir daí podereis atingir as águas salutares. O nome daquele que corre de setentrião é Pischon, que significa justiça; o que vem do ocaso chama-se Dichon, isto é, expiação; o que vem do oriente é Chiddekel e significa luz; por fim, aquele que corre do sul chama-se Perath e podemos interpretar como fé”. Pensai bem, ó Padres, e considerai com atenção o significado destes dogmas de Zoroastro; certamente nada mais significam do que isto, que devemos purificar a viscosidade dos olhos com a ciência moral, como com ondas ocidentais; que devemos dirigir atentamente o olhar com a dialética, como com um nível boreal; que nos devemos habituar a suportar na contemplação da natureza a ainda fraca luz da verdade, primeiro indício do sol nascente: até que, finalmente, com a meditação teológica e o santíssimo culto de Deus, possamos aguentar vigorosamente, como águias do céu, o fulgurante esplendor do sol do meio-dia. Talvez sejam estes os conhecimentos matutinos, meridianos e vespertinos, cantados primeiro por David e em seguida explicados amplamente por Agostinho. Esta é a luz resplandecente que inflama os Serafins e do mesmo modo ilumina os Querubins. Esta é a região para a qual tendia sempre o antigo pai Abraão. É este o lugar onde, segundo o ensino dos Cabalistas e dos Árabes, não há lugar para os espíritos impuros.

E se é lícito trazer a público alguma coisa dos mais secretos mistérios, ainda que só sob o véu do enigma, dado que a nossa imprevista queda do céu condenou à vertigem a cabeça do homem; segundo as palavras de Jeremias, de facto, foram abertas as janelas à morte, a qual atingiu o coração e o fígado, invoquemos Rafael, médico celeste, para que nos liberte com a moral e a dialética, fármacos salutares. Habitará então entre nós, já outra vez de boa saúde, Gabriel, força de Deus, levando-nos através das maravilhas da natureza e mostrando-nos por todo o lado a virtude e o poder de Deus, apresentar-nos-á finalmente a Miguel sumo sacerdote, o qual, após termos prestado serviço nas milícias da filosofia, nos coroará, como se se tratasse de uma coroa de pedras preciosas, com o sacerdócio da Teologia.

Estes são os motivos, venerandos Padres, que não ó me encorajam, mas também me impeliram ao estudo da filosofia. Certamente não os teria exposto se não tivesse de responder a todos quantos têm o hábito de condenar o estudo da filosofia, sobretudo aos príncipes, ou que gozam em geral de uma qualquer fortuna. Todo este filosofar, de facto, dá azo mais ao desprezo e ao vitupério – e isto é uma infelicidade do nosso tempo – do que à honra e à glória. E esta funesta e monstruosa convicção invadiu de tal modo a mente da maioria que só pouquíssimos, ou mesmo ninguém, deviam poder filosofar: como se o investigar as causas das coisas, os processos da natureza, a razão do universo, os conselhos de Deus, os mistérios do céu e da terra não valesse nada, a menos que daí se consiga retirar algo de útil ou de lucrativo. Chegámos a um tal ponto, actualmente, e é uma dor de alma, que não se consideram sábios senão os que transformaram o estudo da sabedoria em fonte de lucro da sua violada virgindade e, recebido o dinheiro, deitar esse mal obtido dinheiro no cofre do amante.

E digo tudo isto, não sem uma enorme dor e profunda indignação, não já contra os príncipes, mas contra os filósofos do nosso tempo, os quais acreditam e dizem que não se deve filosofar porque não se estabeleceram prémios e recompensas para os filósofos; como se não mostrassem precisamente com esta afirmação não serem filósofos. Toda a vida deste, efetivamente, ao assentar no lucro ou na ambição, mostra que eles não abraçam por si mesmo o conhecimento da verdade. A mim mesmo concederei apenas isto, e não corarei, pois, por ser elogiado,

que nunca filosofei senão pelo amor da pura filosofia, nem nunca esperei ou procurei com os meus estudos e as minhas meditações obter alguma mercê ou algum fruto a não ser a formação da minha alma e o conhecimento da verdade, por mim ansiada acima de qualquer outra coisa. Da qual tenho sido sempre um amante tão apaixonado que, abandonada toda e qualquer preocupação relativamente aos negócios privados e públicos, me dediquei completamente à paz da meditação; disto nem calúnias de invejosos nem a maldade dos inimigos do saber me puderam até aqui desviar e nunca o poderão. Foi a filosofia que me ensinou a depender mais da minha consciência do que dos juízos dos outros; a estar sempre atento, não ao mal que de mim se diz, mas a não dizer ou a não fazer eu próprio o mal.

Não ignorava certamente, venerandos Padres, que esta discussão acabaria por ser tão apreciada e agradável a todos vós, amantes das artes liberais e dando voluntariamente prestígio à iniciativa com a vossa augustíssima presença, quanto intolerável e molesta a muitos outros, e bem sei que não faltam os que já condenaram antes e condenam agora de muitas maneiras a minha iniciativa, de tal modo que as boas e santas iniciativas têm habitualmente implacáveis críticas, se não mais, decerto não menos numerosas, do que as iníquas e viciosas. Alguns há que desaprovam este género de discussão e esta minha iniciativa de debater em público questões doutrinárias, afirmando que tudo isto tem mais como intenção mostrar engenho e erudição do que obter um melhor conhecimento. Outros, embora não desaprovando esta espécie de exercício, não o aprovam absolutamente no meu caso, visto que eu, com esta idade, isto é, com apenas vinte e quatro anos, tive a ousadia de propor uma discussão acerca dos mistérios mais altos da religião cristã, acerca das questões mais profundas da filosofia, acerca de doutrinas desconhecidas, numa cidade famosíssima, numa vastíssima assembleia e homens doutíssimos, frente ao senado Apostólico. Outros, embora consentindo que eu discuta, não admitem que eu discuta acerca de novecentos assuntos, afirmando maldosamente que isto é uma atitude tão soberba e ambiciosa como acima está das minhas forças.

Às objecções de todos estes me teria rendido imediatamente se assim me tivesse ensinado a filosofia que professo; nem mesmo agora, pelo seu ensino, responderia se eu considerasse que esta discussão tinha sido levada a cabo com o propósito de alterar e polemizar entre nós. Está, portanto, longe do nosso ânimo qualquer intenção de litígio e de provocação e a inveja que, segundo Platão, afasta dos deuses; examinemos, antes, amigavelmente se é admissível que eu tenha iniciado esta disputa e tenha discutido tantas questões.

Aos que criticam o hábito de discutir em público não direi muitas coisas, a partir do momento em que tal culpa, se como culpa é considerada, não é só comum a todos vós, exímios doutores, que muitas vezes haveis assumido esta tarefa não sem grande louvor e glória, mas também a Platão, a Aristóteles, a todos os filósofos mais famosos de todos os tempos. Os quais tinham por certíssima convicção que nada lhes era mais favorável para a obtenção da verdade que procuravam do que o exercício contínuo e frequente da discussão. De facto, do mesmo modo que as forças do corpo se robustecem com a ginástica, assim também, sem dúvida, nesta espécie de palestra do espírito, a energia da alma se torna mais forte e firme. E eu sou levado a crer que isto quiseram dar a entender os poetas com as famosas armas de Palas, ou os Hebreus considerando o ferro símbolo dos sábios, acerca da conveniência de tal género de lutas para obter a sapiência, assim como a necessidade delas para a defender. E talvez também por isto os Caldeus desejavam que no nascimento daquele que se deve tornar filósofo, Marte olhe triangularmente para Mercúrio, de tal modo que, uma vez retiradas estas conjunções e estes contrastes, toda a filosofia resultasse soporífera e sonolenta.

É-me mais difícil a defesa frente àqueles que não me consideram à altura desta iniciativa: se, de facto, me considerar à altura de tal empresa, serei talvez considerado digno da acusação de imodesto e presunçoso; se pelo contrário, me

considerar incapaz, serei digno da de imprudente e temerário. Vede, pois, em que caí, em que posição me encontro, já que não posso deixar de prometer sem reprovação o que em seguida não posso sem reprovação dar. Talvez possa citar e Job que o espírito está em todos, e ouvir com Timóteo: “ninguém despreze a tua juventude”. Mas, de um modo mais sincero e segundo a minha consciência, poderei dizer que em mim nada há de grande e de singular; ainda que admitindo ser estudioso e desejoso de saber, contudo não me arrego nem pretendo o nome de douto. Pelo que, se me propus realizar uma tarefa tão pesada, não foi porque não tivesse consciência da minha fraqueza; mas dependeu do reconhecimento, que é prerrogativa desta espécie de batalhas doutrinárias, de que o ser vencido é um ganho. Por isso, acontece que o mais fraco não só as deve evitar, mas antes pode e deve afrontá-las por sua iniciativa, já que quem sucumbe recebe não um dano, mas uma vantagem, pois volta para casa mais rico, isto é, mais douto e mais armado para as futuras batalhas. Animado de tal esperança, eu fraco soldado, não tive receio algum de afrontar uma tão perigosa batalha com combatentes mais fortes e corajosos. Se, contudo, a minha empresa é ou não temerária, poder-se-á julgar melhor a partir do resultado do combate, e não devido à minha idade.

Resta-me, em terceiro lugar, responder àqueles a quem ofende o número exagerado das teses propostas, como se o peso delas recaísse sobre os seus ombros e, em vez disso, não fosse apenas eu a dever suportar tal fadiga, por muito pesada que ela possa ser. Mas é verdadeiramente inconveniente e pouco razoável querer pôr um limite às obras dos outros e, como disse Cícero, querer exigir a mediocridade ao que é tanto melhor quanto maior é.

Numa empresa tão grande como esta, é necessário que eu sucumba ou triunfe; se consigo, não vejo por que motivo é digno de louvor conseguir com dez assuntos e se deva considerar uma culpa fazê-lo com novecentos. Se sucumbir, aqueles, se me odeiam, terão motivo para me acusarem; se me amam, para me desculparem. Que um jovem de pouco engenho e de exígua doutrina não esteja à altura de uma tão grande e arriscada empresa é um facto mais digno de perdão do que de condenação. Como diz o Poeta:

*Se as forças faltam, será fonte de
louvor a audácia: nas grandes
empresas, é já muito o tê-lo querido.*

Se, nos tempos, muitos, imitando Górgias e Leontino, propuseram disputas, não sem louvor, não só sobre novecentas teses, mas mesmo sobre todos os assuntos de todas as artes, porque não poderei eu, sem ser reprovado, discutir sobre muitas, sim, mas bem precisas e determinadas? Mas replicam que isso é supérfluo e ambicioso. Eu, pelo contrário, contraponho que não só não é supérfluo, mas que para mim é necessário fazê-lo, e se aqueles considerassem as razões do meu filosofar seriam constrangidas a reconhecer tal absoluta necessidade.

Os que, de facto, seguem uma qualquer escola filosófica, de São Tomás, por exemplo, ou de Escoto, que actualmente congregam os maiores consensos, cimentam a sua doutrina na discussão de poucas questões. Eu, pelo contrário, propus interessar-me seriamente por todos os mestres da filosofia, examinar todas as posições, conhecer todas as escolas, mas não jurar sobre a palavra de ninguém. Por isso, encontrando-me na necessidade de falar de todos os filósofos, para não parecer sustentar uma tese determinada sem tomar em consideração as outras, as questões propostas não podiam deixar de ser muitas no seu conjunto, ainda que sejam poucas as atinentes a cada um. Nem me venham reprovar que em qualquer lado que a tempestade se apresente aí chego eu como hóspede. Por todos os antigos, de facto, foi observada esta regra, que, examinando cada autor, não deixassem de ler, tanto quanto possível, nenhum escrito. Tal regra observou-a em

particular, Aristóteles que, por isso, era denominado por Platão [...], quer dizer, o leitor; e é verdadeiramente próprio de mente estreita restringir-se a uma só escola, quer ela seja o Pórtico ou a Academia. Portanto, não pode escolher entre todas a sua família quem primeiro não examinou a fundo todas. Acrescente-se que em cada escola há algo de peculiarmente insigne não comum com as outras, e, para começar com os nossos, aos quais chegou finalmente a investigação filosófica, há em João [Duns] Escoto qualquer coisa de vigoroso e de subtil, em Tomás [de Aquino] de sólido e de equilibrado, em Egídio [Romano] de terso e de exacto, em Francisco [de Mayronnes] de penetrante e de agudo, em Alberto [Magno] de antigo, amplo e imponente, em Henrique [de Gand], parece-me, qualquer coisa sempre sublime e veneranda.

E entre os Árabes há em Averróis algo de seguro e de inconcusso, em Avenpace e em Alfarrabi de grave e de meditado, em Avicena de divino e de platónico. Entre os Gregos, em geral, existe acima de tudo uma filosofia clara e pura; rica e ampla em Simplicio, elegante e sintética em Temístio, constante e douta em Alexandre de Afrodísia, profundamente elaborada em Teofrasto, ágil e Graciosa em Amónio. E se em seguida nos voltarmos para os Platónicos, para falar só de poucos, com Porfírio deleitar-nos-emos com a abundância de temas e com a religião complexa, em Jâmbico veneremos a filosofia oculta e os mistérios bárbaros, em Plotino não há nada que não se possa admirar, porque em tudo ele se mostra admirável, porque fala das coisas humanas coloca-se muito acima do humano com a sapiente subtilidade do discurso, de tal modo que, com algum trabalho, só o entendem os próprios Platónicos. E deixo os mais recentes, Proclo luxuriante de fecundidade asiática e os seus alunos, Hérmias, Damásio e Olimpiodoro e muitos outros, nos quais reluz sempre aquele [...], isto é, o divino, símbolo característico dos Platónicos.

Acrescente-se que, se há uma qualquer escola que combate as afirmações mais verdadeiras e calunia os válidos juízos da razão, ela reforça e não enfraquece a verdade, tal como o vento agitando a chama a alimenta e não apaga.

Movido por esta consideração, quis apresentar as conclusões não de uma só doutrina, como teria agradado a alguns, mas de todas, de modo a que, de confronto de muitas escolas e da discussão das múltiplas filosofias, o fulgor de verdade de que Platão fala nas *Cartas* resplandeça nas nossas almas, como um sol nascente no céu. Que valor teria tratar só da filosofia dos latinos, isto é, de Alberto, de Tomás, de Escoto, de Egídio, de Francisco, de Henrique, esquecendo a filosofia dos Gregos e dos Árabes, quando todo o conhecimento passou dos bárbaros aos Gregos e dos Gregos a nós? Por isso, os nossos sempre retiveram suficiente, no campo filosófico, atermem-se às descobertas dos outros e aperfeiçoar o pensamento alheio. De que teria valido discutir acerca de questões físicas com os Peripatéticos, se não se fizesse também intervir a Academia dos Platónicos, cuja doutrina acerca das coisas divinas, segundo Agostinho, tem sempre sido considerada santíssima entre todas as filosofias e agora, pela primeira vez, após tantos séculos, por mim apenas – que eu saiba, e longe de mim, que tais palavras sejam de inveja – foi trazida ao exame de um debate público? De que teria valido ter discutido as opiniões dos outros, se, convidados para o banquete como quem não leva nada consigo, não tivéssemos trazido nada de nosso, nada produzido e elaborado pelo nosso engenho? É verdadeiramente pouco nobre, como afirma Séneca, saber apenas de comentário, como se as descobertas dos maiores tivesse fechado o caminho para a nossa investigação, como se a força da natureza, como que esgotada, não pudesse gerar algo que, ainda que não mostrando completamente a verdade, a faça pelo menos entrever de longe. Do mesmo modo que o camponês odeia a infertilidade do campo e o marido a esterilidade na mulher, assim também a mente divina odiará ainda mais uma alma infecunda ligada e cingida a si, quanto mais nobre é a prole que dela se deseja.

Por tais motivos, eu, insatisfeito por ter trazido, além das doutrinas comuns, muitos assuntos da antiga teologia de Hermes Trimegisto, muitas das teorias

dos Caldeus e de Pitágoras, muitos dos escondidos mistérios dos Hebreus, também propus à discussão muitíssimos assuntos concernentes ao mundo natural e divino, encontrados e meditados por mim. Antes de tudo o mais, propus o acordo entre Platão e Aristóteles, por muitos já antes considerado possível, mas por ninguém suficientemente provado. Boécio, entre os Latinos, embora tivesse prometido fazê-lo, parece que nunca cumpriu o que sempre disse querer fazer: Simplício, entre os Gregos, tinha sustentado a mesma coisa, oxalá tivesse mantido quanto prometera. Até mesmo Agostinho, no livro *Contra os Acadêmicos*, escreve que muitos foram os que tentaram provar nas suas subtilíssimas disputas que a filosofia de Platão e de Aristóteles são uma mesma filosofia. Assim, João Gramático, que afirma que Platão difere de Aristóteles só para os que não percebem o texto de Platão, deixou aos vindouros a demonstração.

Acrescentámos ainda várias teses nas quais afirmámos que as sentenças consideradas contrastantes de Escoto e de Tomás, de Averróis e de Avicena, pelo contrário são concordantes. Propusemos, pois as conclusões por nós encontradas quer sobre a filosofia platónica, quer sobre a aristotélica e, portanto, setenta e duas novas teses de física e de metafísica, as quais, após demonstradas, qualquer um poderá, (se não me engano) com o que me será manifesto dentro de pouco tempo, resolver qualquer questão natural e teológica com um outro critério, diferente do que se ensinou e se ensina nas escolas e que é usado pelos filósofos do nosso tempo. E que ninguém se admire, ó Padres, que eu jovem em anos e de idade imatura, a qual, como insinuam alguns, só permite que se leiam os comentários dos outros, queira propor uma nova filosofia. Tal facto será antes de louvar, se a souber defender, de condenar, se for reprovada; enfim, os que deverão julgar as nossas descobertas e os nossos escritos, tenham em conta não os anos do autor, mas sim os méritos ou deméritos da obra.

Propusemos ainda, além das novas teses, um outro procedimento filosófico com base nos números, seguido pelos primeiros Teólogos, especialmente por Pitágoras, por Aglaofemo, por Filolau, por Platão e pelos antigos platónicos, doutrina que, como outras doutrinas ilustres, se apagou de tal modo, devido à incúria dos vindouros, que delas dificilmente se encontra actualmente um ou outro traço. Escreve Platão no *Epinómides* que a ciência de contar é, entre todas as artes e as ciências de contemplos, excelente e sumamente divina. E perguntando-se por que razão é o homem o mais sábio dos animais, responde: porque sabe contar. Esta sentença também Aristóteles recorda nos *Problemas*. Escreve Abumasar, que foi opinião de Avenzoar, babilónio, que tudo sabe quem sabe contar. Tal coisa de modo algum poderia ser verdadeira se, por arte de contar, se entendesse a arte do cômputo de que agora são peritos sobretudo os mercadores, e isto confirma também Platão quando nos adverte, com voz ampla, para não se confundir esta aritmética divina com a aritmética dos comerciantes. Após longas reflexões, considerando, portanto, ter examinado a fundo a aritmética assim exaltada e estando pronto para afrontar a discussão, tomei a decisão de responder publicamente mediante os números a setenta e quatro questões, consideradas principais entre as físicas e divinas.

Propusemos também teoremas mágicos onde demonstrámos que a magia é dupla; uma fundando-se exclusivamente na obra e autoridade dos demónios, é coisa execrável e monstruosa; a outra, pelo contrário, se olharmos bem, nada mais é do que a suprema realização da filosofia natural. Os Gregos, tendo presente uma e outra, indicam a primeira, não a dignificando de modo algum com o nome de magia com o vocábulo [...], e chama com o próprio e peculiar nome [...] à quase perfeita e suprema sapiência. Como disse Porfírio, de facto, na língua persa, “mago” tem o mesmo significado que tem para nós intérprete e cultor das coisas divinas. Grande, portanto, melhor, enormíssima, ó Padres, é a disparidade e a dissemelhança entre estas duas artes. Uma é condenada e detestada não só pela religião cristã, mas por todas as leis, por qualquer Estado bem organizado. A outra aprovam-na e abraçam-

na todos os sábios, todos os povos amantes de coisas celeste e divinas. Aquela é entre todas as artes a mais fraudulenta; esta é segura, digna de fé e sólida. Quem quer que tenha praticado aquela sempre o escondeu, pois teria revertido como vergonha e como dano sobre o seu autor; com esta, na antiguidade e depois, quase sempre se procurou grande celebridade e glória nas letras. Daquela nunca foi estudioso algum filósofo ou homem desejoso de aprender as boas artes; para aprender esta, Pitágoras, Empédocles, Demócrito e Platão correram os mares e quando voltaram ensinaram-se e tiveram-na como suprema arte nos seus mistérios. Aquela, porque não é sustentada por nenhuma razão, não é aprovada por nenhum autor; esta, quase tornada nobre por ilustres pais, tem sobretudo dois cultores.

Zalmóxides que imitou Ábaris, o Hiperbóreo, e Zoroastro, não aquele em que talvez estejais a pensar, mas o filho de Oromásio. Que magia é a destes dir-nos-á, se o interrogarmos, Platão no *Alcibíades*: que a magia outra coisa não era senão o conhecimento das coisas divinas, que os reis persas ensinavam aos seus filhos para que aprendessem a governar a sua República, segundo o exemplo da ordem do mundo. Responder-nos-á no *Cármines* que a magia de Zalmóxides é a medicina da alma, com a qual se atinge a harmonia da vida interior, do mesmo modo que com a outra se obtém a saúde do corpo.

Na esteira deste persistiram Carondas, Damigeron, Apolónio, Hostanes, Dárdano. Seguiu-a Homero, que demonstraremos um dia, numa nossa teologia poética, ter escondido sob as viagens do seu Ulisses, tal como todas as outras ciências, também esta. Seguiram-na Eudoxo e Hermipo. Seguiram-na quase todos os que investigaram a fundo os mistérios Pitagóricos e Platónicos. Entre os modernos que a praticaram encontro três, o árabe Alkindi, Rogério Bacon e Guilherme de Paris [de Álvérnia]. Recordar-a também Plotino, quando demonstra que o mago é ministro e não artífice da natureza: e tal espécie de magia, aquele homem sapientíssimo aprova e sustém, enquanto, pelo contrário, desdenha a tal ponto da outra que, convidado para os rituais dos demónios, respondi com razão que era melhor que eles fossem até ele e não ele até eles. Enquanto aquela, de facto, torna o homem escravo das forças do mal, esta torna-o senhor e dono. Aquela não pode reivindicar para si o nome da arte ou da ciência: esta, repleta de profundíssimos mistérios, abraça a contemplação mais alta das coisas mais secretas e por fim, o conhecimento total da natureza. Esta, como que trazendo das profundidades à luz as virtudes dispersas e disseminadas no mundo pela bondade de Deus, mais do que realizar milagres coloca-se ao serviço da milagrosa natureza. Esta, perscrutando intimamente o secreto acordo do universo a que os Gregos chamam de uma maneira muito significativa [...], explorando a mútua ligação das naturezas, atribuindo a cada uma delas as congénitas lisonjas que se chamam [...], isto é, encantamentos dos magos, traz à luz, como se ela própria fosse o artífice, as maravilhas escondidas nas profundezas do mundo, no seio da natureza e dos mistérios de Deus, e, do mesmo modo que o camponês casa olmos com videiras, também o Mago casa a terra com o céu, isto é, as forças inferiores com os dotes e as propriedades superiores. Daqui se infere que, enquanto a primeira magia aparece como monstruosa e nociva, a segunda mostra-se divina e salutar. Sobretudo por isto, enquanto uma, colocando o homem à mercê dos inimigos de Deus, o afasta de Deus, a outra exalta-o para tal admiração das obras de Deus, de onde seguramente derivam a caridade, a fé e a esperança. De facto, nada conduz melhor à religião, ao culto de Deus, como a constante contemplação das maravilhas de Deus, e quando as tivermos examinado bem mediante esta magia natural de que agora tratamos, mais ardentemente animados pelo culto e por um grande amor pelo artífice, seremos levados a cantar: “Cheios estão os céus, cheia está a Terra da Tua majestade e glória”.

E agora chega de magia, de que tanto falei, porque sei que muitos há que, como os cães que ladram sempre aos desconhecidos, também condenam e odeiam o que não compreende.

Passo agora às coisas que, tiradas dos antigos mistérios Hebreus, aleguei como confirmação da sacrossanta e católica fé, e com o fim de não serem consideradas por aqueles que as ignoram como vaidades, patéticas ou fábulas de charlatãs, quero que todos saibam que as coisas são e quais, donde derivam, por que ilustres autores são confirmadas, quão escondidas, quão divinas, quão necessárias são tais coisas para defender a nossa religião contra as fastidiosas calúnias dos Hebreus. Escrevem não só célebres doutores hebreus mas, entre os nossos, também Esdras, Hilário e Orígenes, que Moisés recebeu no monte não só a lei que depois deixou aos descendentes em cinco livros, mas também uma secreta e verdadeira interpretação dela. A Moisés Deus ordenou que divulgasse a lei, mas que não escrevesse a interpretação da lei nem a divulgasse, mas a revelasse só a Jesus Nave e este, por sua vez, aos seguintes sumos sacerdotes, sob o sagrado sigilo do absoluto silêncio. Era suficiente conhecer mediante o simples relato daqueles factos que a potência de Deus, quer a sua ira contra os malvados, quer a demência para com os bons, a justiça para com todos, e serem deste modo educados, mediante preceitos divinos e salutares, para uma vida boa e feliz, para o culto da verdadeira religião. Porém, revelar abertamente à plebe os mistérios mais secretos, escondidos sob a casca da lei, expor os sublimes mistérios de Deus, ocultos sob a rude veste das palavras, que outra coisa teria sido senão dar as coisas santas aos cães e lançar pérolas a porcos?

Manter, portanto, tudo isso oculto do vulgo, a fim de o comunicar apenas aos perfeitos, entre os quais unicamente Paulo afirma pronunciar palavras de sapiência, não foi obra de humana prudência, mas de divina sabedoria. E tal costume foi escrupulosamente observado pelos antigos filósofos. Pitágoras não escreveu senão pouquíssimas coisas que ao morrer confiou à filha Damo. As Esfinges, esculpidas nas frentes dos templos egípcios, advertiam que os ensinamentos místicos deviam ser guardados com os nós dos enigmas, invioláveis para a multidão profana. Platão, escrevendo a Dionísio acerca dos modos das substâncias supremas, afirma: “é necessário exprimirmo-nos mediante enigmas de modo que, se alguma vez por acaso a carta cair na mão de um outro, não seja percebido pelo outros aquilo que escrevo”. Aristóteles dizia que os livros da *Metafísica*, nos quais trata das coisas divinas, eram publicados e inéditos. Que mais ainda: Orígenes afirma que Jesus Cristo, mestre de vida, revelou aos discípulos muitas coisas que eles não quiseram escrever para não serem vulgarizados. Tal facto confirma-o sobretudo Dionísio Areopagita, o qual diz que os mistérios mais secretos foram transmitidos pelos fundadores da nossa religião [...], isto é, de mente a mente, sem escritos, mediante o Verbo.

Tendo deste modo sido revelada, por mandamento de Deus, a verdadeira interpretação da lei dada a Moisés por Deus, deu-se-lhe o nome de *Cabala*, que para os Hebreus tem o mesmo significado que para nós *receptio* (recepção). E isto porque tal doutrina era recebida, não mediante momentos literários, mas por meio de sucessivas revelações que um recebia do outro, como por direito hereditário.

Quando os Hebreus, libertados por Ciro da escravidão babilónica e construído o templo sob Zorobabel, se empenharam em restaurar a lei, Esdras, então chefe da igreja, depois de ter emendado o livro de Moisés, ao ver claramente que não se podia manter a tradição fixada pelos antepassados de transmitir oralmente a doutrina nos exílios, nos massacres, nas fugas, nos cativeiros do povo de Israel, dado que deste modo pereceriam os mistérios da celeste doutrina, concedidos por Deus, não podendo manter-se por muito tempo a memória desta sem a interposição de textos escritos, estabeleceu que, reunidos os sábios então sobreviventes, cada um manifestasse quando conservava guardado na memória acerca dos mistérios da lei. Estes em seguida, chamados os escribas, foram escritos em setenta volumes, tantos quantos eram então os sábios do Sinédrio. E porque nisto, ó Padres, não deveis apenas crer em mim, escutai Esdras que assim fala: “Ao fim de quarenta dias, o Altíssimo falou dizendo: o que primeiro escreveste torna-o público e que o leiam os

dignos e os indignos; mas os últimos setenta livros conservá-los-ás a fim de os confiáres aos sábios do teu povo; neles está a veia do intelecto, a fonte de sabedoria, um rio de ciência. E assim fiz”: Assim Esdras, textualmente.

São estes os livros da ciência da Cabala; neles, com razão, Esdras proclamou claramente estar ali a veia do intelecto, isto é, a inefável Teologia da supersubstancial divindade; a fonte de sapiência, isto é, a exacta metafísica das formas inteligíveis e angélicas; e o rio de ciência, isto é, a solidíssima filosofia das coisas da natureza. Estes livros, Sisto IV, Sumo Pontífice, que foi o imediato predecessor de Inocêncio VIII sob o qual felizmente vivemos, mandou, com grande cuidado e grande zelo, que fossem traduzidos para latim, para pública utilidade da nossa fé. Assim, quando morreu, já três tinham sido traduzidos. Estes livros procurei-os com não pequeno dispêndio de dinheiro, li-os com suma diligência e incansável estudo e vi neles – Deus é disso testemunha – não tanto a religião Moisaica quanto a Cristã. Aqui os mistérios da Trindade, aqui a encarnação do Verbo, aqui a divindade do Messias; aqui quanto diz respeito ao pecado original, à expiação deste por meio de Cristo, quanto concerne à Jerusalém Celeste, à queda dos demónios, aos coros angélicos, às penas do purgatório e do inferno; li as mesmas coisas que todos os dias lemos em Paulo e Dionísio, em Jerónimo e em Agostinho. No tocante à filosofia, parece-nos ouvir Pitágoras e Platão, cujos princípios são tão afins à fé cristã que o nosso Agostinho dá imensas graças a Deus por lhe terem chegado às mãos os livros dos platónicos.

Concluindo, não há nenhum assunto controverso entre nós e os Hebreus, em que estes não possam ser combatidos e convencidos com os livros cabalísticos, de tal modo que não lhes fica nem sequer um cantinho onde se possam esconder. De tal facto, tenho uma testemunha atendibilíssima, António Crónico, homem eruditíssimo, que na sua casa durante um banquete ouviu com os seus próprios ouvidos Dáctilo Hebreu, conhecedor profundo de tal ciência, chegar em tudo às mesmas conclusões dos cristãos acerca da Trindade.

Mas, voltando ao exame dos argumentos da minha disputa, trouxe-mos também o nosso modo de interpretar os carmes de Orfeu e de Zoroastro. Orfeu lê-se nos textos gregos quase integralmente, Zoroastro nos textos gregos está mutilado, mas está mais completo nos dos Caldeus. Ambos são considerados pais e autores da antiga sabedoria. Para não falar de Zoroastro, frequentemente mencionado pelos Platónicos e sempre com suma veneração, Jâmbico de Calcídica escreve que Pitágoras considerava a teologia órfica o modelo sobre o qual plasmou e formou a sua filosofia.

Precisamente por isso, porque derivam da iniciação órfica, os ensinamentos de Pitágoras consideram-se sagrados; deles emanou, como sua primeira fonte, a secreta doutrina dos números e tudo o que de grande e de sublime teve a filosofia grega. Mas, como era costume dos antigos teólogos, Orfeu revestiu os mistérios dos seus dogmas com a veste das fábulas e dissimulou-os com véus poéticos, de tal modo que quem lê os seus hinos pode julgar não passarem estes de fabulações e de divagações brincalhonas. E quis dizer isto para que se saiba que a fadiga foi a minha, que dificuldade foi tirar do emaranhado dos enigmas, dos véus das fábulas, os sentidos ocultos da secreta filosofia, sem o auxílio de outros intérpretes, numa empresa tão grave, recôndita e inexplorada. E mesmo assim, os que me assediam como cães ladram que eu acumulei por mera ostentação futilidade e patéticas, como se não tivesse proposto todas aquelas questões que são as mais ambíguas e controversas, sobre as quais polemizam as principais escolas; como se eu tivesse proposto questões de todo desconhecidas e nunca focadas mesmo por aqueles que me atacam e se reputam de mestres entre filósofos.

De tal modo estou longe de tais culpas que procurei reduzir a discussão ao menos número possível de pontos. Que, se eu tivesse querido – como é habitual outros fazerem – dividir e desmembrar nas suas partes, teria escrito

certamente um número inumerável de teses. Para não falar de tudo o mais, quem não sabe que uma só das novecentas teses, isto é, aquela sobre a conciliação entre a filosofia de Aristóteles e a de Platão, eu a poderia ter dividido, e sem incorrer na suspeita de prolixidade, em seiscentos pontos, para não dizer mais ainda, enumerando separadamente todos os lugares em que os outros consideram que os dois contrastam e eu penso, pelo contrário, que estão de acordo?

Mas certamente – e di-lo-ei, embora não seja modesto da minha parte e seja contra a minha índole – di-lo-ei, contudo, porque a isso me obrigam os invejosos e me forçam os detractores: quis nesta assembleia mostrar não tanto que sei muitas coisas, mas que sei coisas que os outros ignoram. E para que isto agora, é Venerando Padres, seja manifesto a partir de realidade dos factos, para que o meu discurso não empate muito mais o vosso desejo, excelentíssimos doutores que vejo, prontos e preparados, esperando a contenda, e não sem grande prazer, com um bom augúrio, como ao som da trompa de guerra, venhamos agora à batalha.